

**ELISETE EMIKO OBARA**

**POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (1999-2006)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**

**CAMPO GRANDE**

**2009**

**ELISETE EMIKO OBARA**

**POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (1999-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**Área de Concentração:** Educação

**Orientador (a):** Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Regina Tereza Cestari de Oliveira

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**

**CAMPO GRANDE**

**2009**

# **POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (1999-2006)**

**ELISETE EMIKO OBARA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Educação

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margarita Victoria Rodríguez (UFMS)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariluce Bittar (UCDB)

Campo Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**

**UCDB**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Yassutaka Obara e Katsue Obara pelo exemplo de vida  
e por possibilitarem o alicerce para chegar aonde cheguei.

Aos meus filhos Álisson, Anderson e Taila pela paciência, compreensão e carinho,  
mesmo nas horas ausentes.

Ao meu companheiro João do Couto pelo apoio, cumplicidade,  
sabendo compreender a importância dos meus estudos.

Aos meus irmãos Arlete, Meire e Sérgio, cunhados e sobrinhos.

A vocês, todo o amor que tenho e sempre terei.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela oportunidade de viver.

Aos meus filhos, pelo carinho e compreensão com os meus estudos.

Em especial, à minha orientadora Professora Dr<sup>a</sup>. Regina Tereza Cestari de Oliveira que com muita competência e sabedoria, conduziu os passos da minha trajetória no Mestrado. Agradeço pelo compromisso assumido, pelo empenho que colocou neste trabalho, pela análise rigorosa e afetuosa de cada capítulo, pelas sugestões, pelos esclarecimentos e pelos comentários sempre oportunos.

Agradeço as professoras Dr<sup>a</sup> Margarita Victoria Rodríguez e Dr<sup>a</sup> Mariluce Bittar, por aceitarem fazer parte da Banca Examinadora e pelas orientações necessárias que contribuíram para o melhor aperfeiçoamento da pesquisa.

Ao Prefeito de Chapadão do Sul, Jocelito Krug pelo apoio e incentivo dado quando da minha intenção em cursar o Mestrado, expresso o meu profundo agradecimento pelo reconhecimento e entendimento de que é preciso estudar sempre.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da UCDB, pela capacidade e pela efetiva contribuição no meu amadurecimento intelectual.

As entrevistadas, pessoas dedicadas, que disponibilizaram os dados necessários para a concretização dessa pesquisa.

Aos inesquecíveis colegas de turma de Mestrado pela importante troca de experiências.

Aos colegas de trabalho que sempre incentivaram e apoiaram a minha caminhada no Mestrado.

OBARA, Elisete Emiko. *Política Educacional para o Ensino Médio no Estado de Mato Grosso do Sul (1999-2006)*. Campo Grande, 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

## RESUMO

Esta dissertação insere-se no Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação” e à Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação -, da Universidade Católica Dom Bosco. Seu objetivo foi o de analisar o processo de implantação da reforma do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, no período de 1999 a 2006, compreendendo dois mandatos do governador José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT). Os objetivos específicos são: verificar a relação do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) /Projeto Escola Jovem, do governo federal, com a política para o Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul; examinar como se processou a reforma do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul e qual o currículo proposto; verificar os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, entre eles, o Referencial para a Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. A investigação baseou-se em fontes primárias como Leis, Pareceres, Resoluções e documentos produzidos pela Secretaria de Estado de Educação de MS (SED/MS), além de entrevistas, com base em um roteiro de questões abertas, com a Superintendente de Educação, no primeiro mandato do governo (1999-2002) e a Gestora do Ensino Médio, no segundo mandato do governo (2003-2006) que participaram, mais diretamente, do processo da reforma do ensino médio. Os resultados mostram que na primeira gestão do governo popular, a reforma educacional para o Ensino Médio, baseou-se em princípios definidos na Constituinte Escolar, cuja proposta curricular fundamentava-se na concepção da Escola Única, ou seja, voltada para a formação geral, articulada em três eixos: formação cultural, formação econômica e formação política. Assim, diferenciava-se da proposta definida no âmbito da política nacional para o Ensino Médio. Em decorrência, foi aprovado o Plano Curricular Unificado do Ensino Médio para o Estado de Mato Grosso do Sul, enfatizando a articulação entre a base comum de formação geral e a Parte Diversificada. No segundo mandato do governo foram aprovados os “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul”, nas três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias, com fundamentação teórica da proposta original. No entanto, o Plano Curricular Unificado para o Ensino Médio foi alterado e foi aprovada a Matriz Curricular para o Ensino Médio, retirando a carga horária da Parte Diversificada, que garantia a materialização da unidade do Plano Curricular. Além disso, a implantação da reforma curricular para o Ensino Médio, contraditoriamente, ocorreu com recursos do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PROMED)/Projeto Escola Jovem, do governo federal, oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Palavras-chave: Política Educacional para o Ensino Médio; PROMED/Projeto Escola Jovem; Referenciais Curriculares.

OBARA, Elisete Emiko. *Educational politics for the Medium Education of the State of Mato Grosso of the South (1999-2006)*. Campo Grande, 2009. 128 p. Dissertation (Masters) Dom Bosco Catholic University.

## ABSTRACT

This work is part of the Research Group “Public Policy and Education Management” and Research Line "Education Politics, Management of the School and Teaching Formation of the Program of After- Graduation - Master of Education – of the Dom Bosco Catholic University. His goal was to analyze the implementation process the reform of Medium Education in Mato Grosso of the South, in the period of 1999 the 2006, including two terms of Governor Jose Orcirio Miranda dos Santos of the Workers Party (PT). The specific objectives are: to determine the relationship of the Program Improvement and Expansion of Secondary Education (PROMED) / Young School Project, the federal government, with the politics, the School of Mato Grosso of the South, to examine as if processed the reform of Medium Education in Mato Grosso of the South and which the considered resume; to verify the Curricular References for Medium Education in Mato Grosso of the South, between them, the Benchmark for the Area of Sciences of the Nature, Mathematics and its Technologies. The research was based on the research primary sources had been used as Laws, To seem, Resolutions and documents produced for the State Secretariat of Education of MS (SED/MS), beyond interviews, on the basis of a script of opened questions, with the Superintendent of Education, in the first mandate of the government (1999-2002) and the Manager of Medium Education, in as mandate of the government (2003-2006) that they had participated, more directly, of the process of the reform of I teach medium. The results show that: on the first management of the popular government, the educational reform for Medium Education, was based on principles defined in the Pertaining to school Constituent, whose proposal curricular, was based on the conception of the Only School, that is, come back toward the general formation, articulated in three axles: cultural formation, economic formation and formation politics. Thus, it was differentiated of the proposal defined, in the scope of the national politics for Medium Education. In result, the Unified Curricular Plan of Medium Education for the State of Mato Grosso of the South was approved, emphasizing the joint enters the common base of general formation and the Diversified Part. In as the mandate of the government they had been approved the “Curricular References for Medium Education of Mato Grosso of the South”, in the three areas of the knowledge: Languages, Codes and its technologies; Sciences Human beings and its technologies; Sciences of the Nature, Mathematics and its technologies, with theoretical recital of the proposal original. However, the Unified Curricular Plan for Medium Education was modified and approved the Curricular Matrix for Medium Education, removing the workload of the Diversified Part, that guarantee the materialization of the unit of the Curricular Plan. The implantation of the curricular reform for Medium Education, contradictorily, occurred with resources of the Program of Expansion and Improvement of Medium Education (PROMED) /Project Young School, of the federal government, deriving of the Inter-American Bank of Development (BID).

**Word-key:** Educational politics of Medium Education; PROMED/Project Young School; Curricular References.

## LISTA DE SIGLAS

AGESUL	Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
APM	Associação de Pais e Mestres
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CEIs	Centros de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DEB	Diretoria de Educação Básica
DNA	Ácido desoxirribonucléico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura
FAPEMS	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul
FEBRACE	Feira Brasileira de Ciência e Engenharia
FETEMS	Federação dos Trabalhadores em Educação/MS
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
NEM	Núcleo de Ensino Médio
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PEE	Plano Estadual de Educação
PGU	Procuradoria Geral da União
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMED	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEMS	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SED	Secretaria de Estado de Educação

SEFOP	Secretaria de Estado de Finanças, Orçamento e Planejamento de Mato Grosso do Sul
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SIGE	Sistema de Gestão Escolar
SINEPE	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino/MS
SINTED	Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso do Sul
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TOR	Termo de Referência
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UF	Unidades Federadas
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação/MS
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela n. 1-</b> Número de alunos matriculados no ensino médio regular no Brasil no período de 2000 a 2006 .....	27
<b>Tabela n. 2-</b> Rendimento e movimento escolar no ensino médio regular no Brasil no período de 2000 a 2006.....	28
<b>Tabela n. 3 -</b> Matrícula no Ensino Médio Regular na Rede estadual de Mato Grosso do Sul.	51

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Plano Curricular do Ensino Médio –Período Diurno/2000.....	77
<b>Quadro 2</b> – Plano Curricular do Ensino Médio – Período Noturno/2000.....	78
<b>Quadro 3</b> – Plano Curricular Unificado do Ensino Médio – Período Diurno/2003.....	91
<b>Quadro 4</b> – Plano Curricular Unificado do Ensino Médio – Período Noturno/2003.....	92
<b>Quadro 5</b> – Matriz Curricular do Ensino Médio – Diurno e Noturno/2004.....	95
<b>Quadro 6</b> – Área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.....	105
<b>Quadro 7</b> – Conhecimentos da Biologia para serem tratados no âmbito das Unidades Temáticas.....	106

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b> - Roteiro de entrevista .....	119
<b>Anexo 2</b> - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	120
<b>Anexo 3</b> - Componentes e metas do Projeto de Investimento do Estado de Mato Grosso do Sul para o Ensino Médio.....	121
<b>Anexo 4</b> - Programa: democratização de Acesso Escolar.....	122
<b>Anexo 5</b> - Programa: democratização da Gestão Escolar.....	123
<b>Anexo 6</b> - Programa: Qualidade Social da Educação.....	124
<b>Anexo 7</b> - Proposta Pedagógica Referencial para o Ensino Médio na Escola Guaicuru.....	125
<b>Anexo 8</b> - Democratização do acesso, da permanência e da progressão escolar.....	126
<b>Anexo 9</b> - Democratização do saber e da qualidade.....	127
<b>Anexo 10</b> - Democratização da gestão.....	128

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I – A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NOS ANOS DE 1990</b> .....	23
1.1 O Ensino Médio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) .....	23
1.2 O Parecer n. 15/1998 do CNE/CEB .....	32
1.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio .....	43
1.4 A implantação do PROMED.....	44
<b>CAPÍTULO II – A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PRIMEIRA GESTÃO DO GOVERNO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL (1999-2002)</b> .....	49
2.1 Caracterização do estado de Mato Grosso do Sul.....	49
2.2 A implementação do PROMED no Estado de Mato Grosso do Sul.....	51
2.3 O projeto político-educacional “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”.....	56
2.4 A proposta do Ensino Médio no Projeto “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição” .....	62
2.5 A proposta do Ensino Médio do final de junho de 2001 a dezembro de 2002 .....	79
<b>CAPÍTULO III – A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA SEGUNDA GESTÃO DO GOVERNO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL (2003-2006)</b> .....	85
3.1 O Ensino Médio no Plano Estadual de Educação.....	85
3.2 O Projeto “Escola Inclusiva: espaço e cidadania” .....	88
3.3 A execução do PROMED na segunda gestão do Governo .....	97
3.4 Referencial Curricular para o Ensino Médio .....	102

3.5 O Referencial Curricular para o Ensino Médio na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
<b>ANEXOS</b> .....	119

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente e vincula-se ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão de Educação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação - da Universidade Católica Dom Bosco.

Seu objeto de estudo é a Política Educacional para o Ensino Médio no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1999 a 2006. O objetivo geral é analisar o processo de implantação da reforma do Ensino Médio, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394 de 1996.

Com a finalidade de aproximação do objeto de pesquisa, foram definidos como objetivos específicos:

- 1- Verificar como o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) Projeto Escola Jovem do governo federal, se articula com a política para o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul;
- 2- Examinar como se processou a reforma do Ensino Médio no estado de Mato Grosso do Sul e qual o currículo proposto.
- 3- Verificar os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul, entre eles, o Referencial para a Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

A preocupação em analisar essa política está vinculada à nossa trajetória profissional e prática de trabalho como professora das séries do Ensino Médio. Ao atuar especificamente na área de Ciências Biológicas observamos várias dificuldades enfrentadas pelos alunos, que já trabalhavam para ajudar na renda familiar e outros problemas familiares.

Além disso, as dificuldades relacionadas pela falta de profissionais na área de formação, devido à insuficiência de professores habilitados e deficiência de materiais nas instituições dessa etapa de ensino, o que culminou o interesse por este estudo

Esta temática é relevante, na medida em que poderá contribuir para a discussão, análise e formulação de políticas educacionais para o ensino médio, empreendidas no estado de Mato Grosso do Sul.

Ainda busca o entendimento de política educacional, como uma modalidade da política social, conforme Azevedo (1997, p. 5), ao afirmar que “abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o ‘Estado em ação’. A autora continua e define que:

Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente.

A pesquisa compreende o período de 1999 a 2006 e corresponde aos dois mandatos do governo de José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT), denominado de Governo Popular<sup>1</sup>: no primeiro mandato, de 1999 a 2002, três secretários assumiram a pasta da Educação em Mato Grosso do Sul: Pedro Cesar Kemp Gonçalves (janeiro de 1999 a junho de 2001); Antônio Carlos Biffi (junho de 2001 a março de 2002) e Elza Aparecida Jorge (abril de 2002 a dezembro de 2002).

O período do primeiro mandato foi marcado, no campo educacional, pela implantação do Projeto político-educacional denominado “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, tendo à frente o Secretário de Estado de Educação, Pedro Kemp.

No segundo mandato, de 2003 a 2006, assumiu a Pasta da Secretaria Estadual de Educação o Prof<sup>o</sup> Hélio de Lima, período em que foi proposto o projeto político-educacional denominado “Escola Inclusiva: espaço de cidadania”; foi aprovada a Lei do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, n. 2.787, de 24 de dezembro de 2003 e o Plano Estadual de

---

<sup>1</sup> Em vários documentos consultados (1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006) e relacionados ao longo deste trabalho, aparece a denominação Governo Popular. Ela indica “que o governo assume o compromisso de estabelecer uma gestão administrativa com democracia participativa, ou seja, com ampla participação da população nas decisões do governo, conforme menciona o Programa do Governo para Mato Grosso do Sul” (MATO GROSSO DO SUL, 1998, p. 3). A população seria o sujeito ativo dos rumos do governo. Nas palavras de José Orcírio Miranda dos Santos: “Este é exatamente o desafio [...] a construção de um Estado eficiente, transparente e democrático, que permita uma efetiva participação da sociedade através do orçamento participativo e de outros mecanismos” (MATO GROSSO DO SUL, 1998, p. 4).

Educação (PEE), pela Lei n. 2.791 de 30 de dezembro de 2003; além de terem sido publicados os “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul” em 2004.

Ao delimitar nosso objeto de pesquisa, optamos por iniciar o levantamento dos estudos e pesquisas relacionados ao tema proposto. Os nossos primeiros levantamentos iniciaram-se pelos Programas de Pós-Graduação em Educação de Mato Grosso do Sul, com dissertações defendidas, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Além disso, verificamos o banco de teses e dissertações da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, realizamos uma busca no portal *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Portanto, serão aqui apresentadas as pesquisas que mais se aproximam desta problemática, na medida em que analisam o processo de implantação da reforma do Ensino Médio, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 de 1996, de modo específico, no período delimitado para o estudo, ou seja, no decorrer do governo de José Orcirio Miranda dos Santos, em Mato Grosso do Sul.

No Programa de Pós Graduação - Mestrado em Educação da UCDB, encontra-se a dissertação defendida por Ernângela Maria de Souza Calixto, com o tema: “Políticas de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul: 1999-2006”, cujo objetivo foi “analisar a política de formação continuada de professores e a proposta do ensino médio da Escola Guaicuru na perspectiva de qualidade social anunciada nos documentos do governo Popular”. A autora verificou que, “apesar do Governo Popular ter anunciado nos documentos que promoveria uma política educacional contrária a do Ministério da Educação, visando romper com o modelo nacional de formação continuada, a política implantada no Estado acabou incorporando os pressupostos e orientações da política nacional nesta área, explicitando a contradição entre discurso teórico e a prática vivenciada”. A pesquisa da autora analisa o processo de formação continuada de professores para a implantação da proposta do Ensino Médio que teve início com a Escola Guaicuru, no primeiro mandato do governo do estado e ajudou a compreender e analisar a referida proposta.

Ainda encontramos na Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, o artigo denominado “Banco Interamericano de Desenvolvimento no Financiamento do Ensino Médio”, de Terezinha Pereira Braz (2004). A autora faz uma análise do trajeto dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde suas raízes, via Contrato de Empréstimo n. 1052/OC-BR, até o seu desdobramento em Mato Grosso do Sul, por meio das políticas do Ministério de Educação e Cultura, desenvolvidas na Rede Estadual de Mato

Grosso do Sul, com o “Programa Melhoria e Expansão do Ensino Médio” (PROMED/Escola jovem). Explica por meio dos estudos produzidos sobre o tema em questão, as determinações mais amplas desse financiamento, nascidas nos Acordos de Cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial, a que se vincula o BID, ressaltando a relação do Brasil com esse organismo internacional, no longo percurso traçado desde a década de 1930 até a execução das ações do PROMED em Mato Grosso do Sul. Esclarece que a relação dos países em desenvolvimento com o Banco Mundial é o pano de fundo para que se compreendam os acordos de empréstimo, suas implicações e consequências.

Na Universidade de São Paulo, encontramos a tese de doutorado da autora acima citada intitulada “O financiamento do ensino Médio da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (1996-2006)”, cujo objetivo foi investigar como se definiram as políticas de financiamento do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul e compreender como as fontes foram organizadas, com base nas políticas mais amplas de educação no Brasil. O estudo possibilitou compreender a trajetória e implantação dos recursos do PROMED no estado de Mato Grosso do Sul.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), encontramos duas dissertações que se relacionam mais diretamente com o objeto desta pesquisa. A dissertação, “A Política do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul: A Escola Guaicuru de 1999/2002”, de Zaíra Portela de Souza (2005), teve como objetivo geral à análise da Política do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul, investigando os princípios do Ensino Médio na Escola Guaicuru, de 1999/2002, e seus subsídios. A pesquisa contribuiu com informações referentes à proposta para o Ensino Médio da Escola Guaicuru e trouxe esclarecimentos para o problema pesquisado nesta dissertação.

Outra dissertação, “A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001): uma proposta de gestão democrática”, de Maria Alice de Miranda Aranda (2004) auxiliou no entendimento do processo da Constituinte Escolar, desencadeado no período mencionado. A autora discute que Constituinte Escolar é um dos projetos constitutivo de um projeto educacional maior denominado “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”, formulado e apresentado aos educadores e comunidades escolares, como uma proposta de gestão democrática, pautado na democracia participativa e colocado como um exercício possível para a superação de práticas arraigadas ao longo da história da educação do estado.

Além disso, vale citar aqui, que em relação à reforma político-educacional do ensino médio, no portal *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), encontrou-se treze artigos dos quais selecionamos três que têm relação com a nossa temática. O primeiro artigo, “O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito”, de Acácia Zeneida Kuenzer (2000), propõe desvendar o caráter ideológico do discurso oficial que afirma que o novo Ensino Médio agora é para a vida, em substituição ao modelo que, ao integrar educação geral e profissional em uma mesma rede, era para o trabalho, entendido como "não vida".

O segundo artigo, “Ensaio de inovação no ensino médio” de Eleny Mitrulis (2002), tem por objetivo examinar alguns ensaios de inovação que vêm ocorrendo no ensino de nível médio e destacar elementos que possam contribuir para sua interpretação, bem como para a formulação de políticas de apoio e de orientação às escolas.

O terceiro artigo, “A escola média: um espaço sem consenso” de Nora Krawczyk (2003) discute o processo de implementação da reforma do ensino médio, com base em dados colhidos em pesquisa realizada em três estados brasileiros. O intuito foi analisar os principais eixos das reformas estaduais e seus focos mais críticos, com base no estudo de seus diferentes aspectos e das tensões geradas entre a intencionalidade das novas estratégias, a realidade que se quer transformar e o que foi efetivamente produzido como decorrência das medidas propostas. O estudo conclui que a situação atual do ensino médio encerra o seguinte paradoxo: uma reforma curricular complexa junto com a desvalorização do trabalho intelectual da escola como instituição cultural.

Esses estudos foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, pois constituíram subsídios para a definição do objeto de pesquisa, para a análise e a compreensão do processo de implantação da Reforma do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1999 a 2006.

O estudo em foco parte do exame dos seguintes documentos oficiais: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/1996; Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB)/Conselho Nacional de Educação (CNE) n. 15/1998; Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n. 10.172/2001. Foram também identificados documentos que regulamentam o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, que serviram de base para as análises dos dados desta pesquisa, tais como a Proposta de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul, 1999-2002, ou seja, Projeto Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição (1999); Cadernos da Série Constituinte

Escolar – O que é a constituinte escolar (1999); O Ensino Médio na Escola Guaicuru (2000); o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2001); Perspectivas Pedagógicas para o Ensino Médio (2001); Resolução SED n. 1.629 de 2003; o Projeto Escola Inclusiva: espaço e cidadania (2003); o Plano Estadual de Educação (PEE) de 2003; além dos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul (2004), entre outros documentos.

Sendo assim, para a concretização dos objetivos, definimos os procedimentos técnico-metodológicos desta pesquisa, que foram analisados os documentos em âmbito nacional e os documentos referentes à política educacional do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, no período delimitado.

Foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturadas, com base em um roteiro previamente elaborado, no sentido de levantar informações e de trazer esclarecimentos para o problema pesquisado, além de aproximar e revelar a implantação da política para o ensino médio no estado (ANEXO 1).

Foram entrevistados dois técnicos, estes selecionados por terem participado, mais diretamente, do processo de implantação da reforma do Ensino Médio no estado de Mato Grosso do Sul, no decorrer do período. A primeira exerceu o cargo de Superintendente de Educação, de janeiro de 1999 a junho de 2001. A segunda, de Gestora do Ensino Médio, de janeiro de 2003 a dezembro de 2006.

As entrevistas ocorreram no período de fevereiro e março de 2009, gravadas e transcritas. Os entrevistados<sup>2</sup>, após serem informados sobre os objetivos da pesquisa, concordaram em conceder a entrevista, com a identificação de seus nomes e com a divulgação das informações e, portanto, assinaram o “Termo de Compromisso Livre e Esclarecido” (ANEXO 2). A análise pautou-se nos seguintes eixos: implementação do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) em Mato Grosso do Sul; interdisciplinaridade do conhecimento nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares; concepção da proposta de reforma do ensino médio da Escola Guaicuru; reforma curricular do ensino médio de Mato Grosso do Sul.

Diante do exposto, a organização do trabalho compreende a disposição dos assuntos em três capítulos, conforme se relata a seguir:

---

<sup>2</sup> Os entrevistados serão identificados no decorrer dos capítulos como Técnica 1 e Técnica 2.

O primeiro capítulo, **“A Legislação Educacional Brasileira e a Reforma do Ensino Médio nos Anos de 1990”**, descreve as bases legais para essa etapa de ensino, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), do Parecer n. 15/1998 da Câmara de Educação Básica (CEB), e, posteriormente, apresentamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 1998, assim como a implantação do PROMED.

O segundo capítulo, **“A Reforma do Ensino Médio na Primeira Gestão do Governo Popular de Mato Grosso do Sul (1999-2002)”**, aborda a proposta de reforma para o ensino médio no primeiro mandato do Governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002).

O terceiro capítulo, **“A Reforma do Ensino Médio na Segunda Gestão do Governo Popular de Mato Grosso do Sul (2003-2006)”**, analisa a reforma para o ensino médio, no decorrer do segundo mandato do Governo de José Orcírio Miranda dos Santos (2003-2006), com ênfase na reforma curricular desta etapa da Educação Básica.

Nas considerações finais, apresentam-se a síntese dos principais resultados da pesquisa.

## CAPÍTULO I

### **A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NOS ANOS DE 1990**

Este capítulo tem como objetivo descrever as bases legais para o ensino médio, etapa final da educação básica. Na primeira parte do capítulo analisamos o Ensino Médio segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Na segunda parte, realizamos análise do Parecer n. 15, de 1º de junho de 1998 do Conselho Nacional de Educação (CNE) - Câmara de Educação Básica (CEB) - e, posteriormente, apresentamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 26 de junho de 1998, assim como o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED).

#### **1.1 O Ensino Médio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**

Após um período de ditadura militar (1964-1985), no processo de abertura democrática, uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada e instalada em 1986. Depois de 20 meses de trabalho, em sessão solene no dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal (CF), que substituiu a Constituição de 1967.

Como assinalam Frigotto e Ciavatta (2003, p. 104), “o Brasil experimentou uma década de intensos debates na travessia da ditadura civil-militar para a redemocratização. O centro desses debates foi canalizado pelo processo constituinte e, em seguida, pela elaboração da nova Constituição (1988)”.

Segundo Souza (2001, s/p), a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, “anunciava o resgate de um projeto econômico e político, para o qual já havia acenado o governo Collor que implicava a abertura do País ao exterior, programas de privatização de empresas estatais, além da reestruturação do sistema previdenciário”. No campo educacional, “tomariam então grande fôlego as propostas de cunho conservador, já adotadas na maioria dos países do Terceiro Mundo”.

Conforme acentua o autor, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu prosseguimento ao projeto econômico e político fundamentado na ideologia neoliberal<sup>3</sup>. As idéias neoliberais foram disseminadas no Brasil nos anos 1990 e assumidas por esse governo. “As teses centrais do neoliberalismo, considerando o conceito de mercado como eixo das relações sociais, bem como a defesa do estado mínimo contra o estado benfeitor, têm sido orientadoras das políticas sociais e muito especialmente das políticas educacionais” (SANFELICE, 2001, p. 11).

Frigotto e Ciavatta (2003, p. 104), ao analisarem o governo do referido presidente afirmam que

É o governo Cardoso que, pela primeira vez, em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado. Dilui-se dessa forma, o sentido de público e o Estado passa a ter predominantemente uma função privada. Passamos assim, no campo da educação no Brasil, das leis do arbítrio da ditadura civil-militar para a ditadura da ideologia do mercado (Frigotto e Ciavatta (2000, p. 107)

Os autores acrescentam,

A dimensão talvez mais profunda e de conseqüências mais graves situa-se no fato de que o governo FHC, por intermédio do MEC, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 108).

---

<sup>3</sup> Segundo Perry Anderson (1995, p. 9) “o neoliberalismo, fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado, “nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o *Caminho da Servidão*, de Friederich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”.

No governo do mencionado presidente foi sancionada, sem vetos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta Lei, no entanto, como instrumento regulatório, define a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio” (Inciso II do artigo 4º) e determina que esta etapa de ensino integre a educação básica, juntamente com a educação infantil e o ensino fundamental. (BRASIL, 1996).

Assim, conforme Cury (2002, p. 183), “legalmente, então, o ensino médio deixou de ser independente do conjunto da educação básica, compondo-se com ela e tornando-se progressivamente obrigatório”.

Nos termos, novamente, de Cury (2002):

A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. Resulta daí que a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão conseqüente das partes.

A “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (inciso II), definida pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, como dever do Estado, entre outros, foi alterada pela Emenda Constitucional n. 14/1996, que estabeleceu a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (BRASIL, 1996<sup>a</sup>).

Mas cabe perguntar: o que significa esta alteração? Como mostra Oliveira (2001, p. 37):

Tanto uma redação como a outra não têm impacto imediato, pois ambas apresentam uma perspectiva para a expansão do sistema. São diretivas para o futuro. A versão original era mais enfática que a emendada, pois ‘obrigatoriedade e gratuidade’ tem um significado de mais explícita responsabilização do Estado do que ‘universalização’.

Quanto ao financiamento do ensino médio, tanto a Emenda Constitucional n° 14/1996, como a Lei de Diretrizes e Bases, atribui aos estados a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento (BRASIL, 1996b).

Segundo Krawczyk (2003, p. 171), historicamente, os índices brasileiros de matrículas no ensino médio sempre foram muito deficientes, principalmente se comparados com outros países latino-americanos.

No entanto, como acentua Mitrulis (2002, p. 220) é o ensino médio que apresentou a maior taxa de crescimento nesta década em todo o sistema, devido “a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade do ensino fundamental, que resultaram na queda dos

índices de abandono e repetência e na elevação das taxas de conclusão do curso”. A autora acrescenta que, “outro fator é o retorno aos bancos escolares de um contingente da população que havia interrompido a continuidade dos estudos, movido pelas novas exigências do sistema produtivo”.

Nesse sentido, Mitrulis (2002, p. 221) afirma que o Ensino Médio “vem registrando uma mudança significativa na composição social, econômica e cultural de seus alunos”. Destaca ainda que:

A incorporação de grupos sociais antes excluídos da continuidade de estudos, egressos do ensino fundamental, e o retorno dos que haviam deixado a escola criam um novo quadro no qual se alia, de um lado, uma grande explosão da demanda, e do outro, uma acentuada diferenciação da clientela (MITRULIS, 2002, p. 220).

Ainda, a esse respeito, o documento elaborado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC) (2000a, p. 4) refere-se à progressiva elevação dos índices de atendimento à escolaridade obrigatória. Acentua que iniciativas diversificadas, desenvolvidas por sistemas públicos estaduais e municipais – programas de aceleração da aprendizagem, progressão continuada dos estudos, entre outros – vem aumentando a eficiência interna e corrigindo o fluxo dos alunos do ensino fundamental e, assim, já começam a refletir na redução da repetência, da evasão e da distorção idade/série. E continua:

Com isso, contingentes cada vez maiores de adolescentes e jovens chegam às séries finais e concluem o ensino fundamental. Tais contingentes configuram a crescente demanda por Ensino Médio, e definem um novo perfil do alunado, constituído por jovens provenientes dos estratos menos privilegiados da população, aos quais a histórica seletividade do ensino fundamental impedia o acesso ao Ensino Médio. Somam-se a estes, os jovens e adultos que, já inseridos no mercado de trabalho, buscam maior nível de escolaridade, movidos pelas novas exigências produtivas. Tais características fazem com que, no Ensino Médio, se reproduza e até se amplie o fenômeno da distorção série/idade entre os alunos (BRASIL, MEC/SEMTEC, 2000a, p. 4).

Ainda, na análise de Mitrulis (2002, p. 221), ao ensino médio,

[...] passam a ter acesso jovens procedentes dos estratos populares menos favorecidos economicamente, com pouco apoio cultural do meio familiar de origem, que realizaram um percurso acidentado, mais longo, entremeado por reprovações, afastamentos, motivados ou não por necessidades de trabalho. São jovens que estão em busca de, ou já alcançaram, autonomia na vida pessoal e profissional, portadores de visões de mundo, trajetória de vida, experiências profissionais, convicções políticas e religiosas e compromissos familiares diversos.

Conforme Frigotto (2004, p. 4), nesse nível de ensino estão os sujeitos “predominantemente jovens e, em menor número, adultos de classe popular, filhos de

trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, do campo, da cidade, de regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas”. O autor afirma ainda que,

[...] é sob esta realidade de tempos e espaços diversos de sujeitos coletivos (jovens e adultos) reais que poderemos construir, na relação Estado e sociedade, Estado e movimentos sociais, uma política de ensino médio que resgate o direito de continuação do processo de escolarização para aqueles a quem isso foi negado até o presente e, sobretudo, que a universalização da idade apropriada, garanta a permanência com efetiva democratização do conhecimento.

Os dados do Censo Escolar mostram no Brasil, nos anos de 2000 a 2004, um crescimento no número de alunos matriculados no ensino médio regular. Entretanto, houve uma queda no número de matrículas de 1,5% no ano de 2005 em relação ao ano anterior. No ano de 2006, novamente o número de matrículas apresentou queda de 1,4% nesse nível de ensino.

**Tabela n.1-** Número de alunos matriculados no ensino médio regular no Brasil no período de 2000 a 2006

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
MATRÍCULAS	8.193.012	8.417.007	8.787.737	9.072.942	9.166.835	9.031.302	8.906.820

FONTE: INEP/MEC. Organizado pela autora com base nos registros retirados de [www.inep.gov.br/imprensa/censo/escolar](http://www.inep.gov.br/imprensa/censo/escolar). Acesso em: 20/12/2009

Conforme se observa na tabela a seguir, o número de alunos do ensino médio reprovados nos anos de 2000 a 2006 aumentou gradativamente, sendo que as taxas de abandono e aprovação tiveram oscilação durante o mesmo período.

**Tabela n.2** – Rendimento e movimento escolar no ensino médio regular no Brasil no período de 2000 a 2006

<b>Rendimento e movimento escolar no ensino médio regular* (Brasil)</b>				
	<b>Aprovados</b>	<b>Reprovados</b>	<b>Abandono</b>	<b>Concluintes</b>
2000	6.094.895 (77,9%)	612.093 (7,8%)	1.111.023 (14,2%)	1.836.130
2001	6.196.666 (78,2%)	648.902 (8,2%)	1.073.574 (13,5%)	1.855.419
2002	6.334.050 (77,0%)	747.000 (9,1%)	1.135.009 (13,8%)	1.884.874
2003	6.535.898 (75,8%)	879.037 (10,2%)	1.201.045 (13,9%)	1.851.834
2004	6.583.114 (73,7%)	956.736 (10,7%)	1.392.404 (15,6%)	1.879.044
2005	6.468.517 (73,0%)	1.014.903 (11,6%)	1.289.568 (14,7%)	1.858.615
2006	5.900.336 (74,0%)	1.010.984 (12,7%)	1.057.324 (13,3%)	1.749.731

(\*) Censos Escolares 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007.

FONTE: INEP/MEC. Organizado pela autora com base nos registros retirados de [www.inep.gov.br/imprensa/censo/escolar](http://www.inep.gov.br/imprensa/censo/escolar). Acesso em: 20/12/2009

De acordo com a LDB, cabe aos Municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escola, e, com prioridade o ensino fundamental (Art. 11, inciso V) e os Estados são responsáveis por assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio (Art. 10, inciso VI). Os artigos 35 e 36 estabelecem a finalidades do ensino médio, traça diretrizes gerais para a organização curricular e define o perfil de saída do educando.

Para Mitrulis (2002, p. 221), “a nova identidade do ensino médio como etapa da educação básica de atendimento universal impõe uma mudança de cultura e das práticas escolares”. Ainda assinala que:

A situação exige um grande empenho para não se reproduzirem erros do passado em que se universalizou, no ensino fundamental, um método destinado à educação de uma minoria social que acabou por minimizar os resultados esperados da ampliação da oferta, dadas as altas taxas de evasão e repetência registradas no processo.

No que se refere aos currículos do ensino fundamental e médio, a LDB define, em seu artigo 26, que “devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas

características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996).

Porém, a elaboração da proposta pedagógica é, em última instância, competência da escola e envolve a participação dos professores e demais profissionais da educação (Artigos 12 e 13).

Sobre essa questão, analisa Kuenzer (2000a, p. 30-31) que “o desenvolvimento histórico do ensino médio no Brasil caracterizou-se pela heterogeneidade em todos os aspectos, da finalidade à estrutura física”. E acrescenta que “essa heterogeneidade, somada às diferenças e desigualdades do alunado e às especificidades regionais, determina a necessidade da oferta de programas diversificados, estimulando a criação de alternativas [...]”.

O artigo 35 da LDB estabelece que o Ensino Médio, como etapa final da educação básica, com a duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Como se verifica, o Ensino Médio tem função formativa e se constitui etapa conclusiva da Educação Básica.

Enquanto o artigo 36 define que o currículo do ensino médio observará as seguintes diretrizes:

- I. destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- II. adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
- III. será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo dentro das disponibilidades da instituição.

O parágrafo primeiro do artigo 36 da LDB estabelece que os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III. domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Essa finalidade do Ensino Médio evidencia, mais do que dominar conteúdos deverá o jovem nesta etapa da Educação Básica, conforme Kuenzer (2000b, p. 67) “aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora”.

Ressalta-se que em relação ao aspecto profissionalizante do Ensino Médio, a LDB assegura no parágrafo 2º, do Art. 36, que o Ensino Médio “[...] atendida a formação geral do educando poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Este preceito é confirmado no capítulo referente à educação profissional em que se lê: “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (Art. 40).

No entanto, a articulação entre o ensino regular e o profissionalizante foi rompida pelo Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, por meio de seu Art. 5º, que institui: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

Conforme Mitrulis (2002, p. 226),

[...] construiu-se um consenso, em certos setores da sociedade, sobre a necessidade de um tipo de formação de caráter mais geral que servisse de base e alicerce às sucessivas e diversas formações especializadas das quais o futuro profissional haverá de necessitar, oferecida em cursos modulares de estrutura mais dinâmica e flexível. Estas foram algumas das idéias e dos argumentos que sustentaram as justificativas, as decisões e as orientações que transferiram a formação profissional de nível técnico para um curso que, embora possa ser realizado concomitantemente com o ensino médio, caracteriza-se como um pós-médio, uma vez que o aluno somente pode receber seu certificado de técnico deste nível após a conclusão do ensino médio. Este passa a ser considerado como etapa final de educação básica de formação geral com o propósito de aprofundar e consolidar conhecimentos adquiridos no ensino fundamental.

A Lei sinaliza, que mesmo a preparação para o prosseguimento de estudos terá como conteúdo não o acúmulo de informações, mas a continuação do desenvolvimento da

capacidade de aprender e a compreensão do mundo físico, social e cultural, tal como prevê o artigo 32 para o ensino fundamental, do qual a etapa do ensino médio é a consolidação e o aprofundamento.

No entanto a preparação básica para o trabalho não está vinculada a nenhum componente curricular em particular. No artigo 36 da LDB, as diretrizes para a organização do currículo do ensino médio, a fim de que o aluno apresente o perfil de saída preconizado pela lei, estabelecem “o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna” (Inciso I) (BRASIL, 1996).

Já no artigo 36, prevê a possibilidade de sua articulação com cursos ou programas diretamente vinculados à preparação para o exercício de uma profissão, não sem antes reiterar a importância da formação geral a ser assegurada; e definir a equivalência de todos os cursos de ensino médio para efeito de continuidade de estudos, pois de acordo com o § 2º desse artigo, “o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”, e o §3º, “os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos”.

Portanto, “a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional” (§ 4º).

Ainda, no artigo 36 da LDB, destaca-se a importância das linguagens: a Língua Portuguesa, não apenas como expressão e comunicação, mas como forma de acessar conhecimentos e exercer a cidadania; as linguagens contemporâneas, entre as quais é possível identificar suportes decisivos para os conhecimentos tecnológicos a serem dominados.

Segundo Frigotto (2004, p. 5),

[...] o ensino médio enquanto educação básica tem como eixo central a articulação *entre ciência/conhecimento, cultura e trabalho*. Como tal, não pode ser definido por uma vinculação imediata e pragmática, nem como o ‘mercado de trabalho’ e nem como ‘treinamento’ para o vestibular. Aqui reside um ponto central para recuperar seu sentido de educação básica que faculte aos jovens as bases dos conhecimentos que lhes permitam analisar, compreender o mundo da natureza, das coisas e o mundo humano/social, político, cultural, estético e artístico (grifo do autor).

Para o autor, “essa compreensão nos diz, pois, que não está dissociado da vida e, portanto do mundo do trabalho. Trabalho produtivo aqui não como alienação da vida, mas como meio de vida, valor de uso” (FRIGOTTO, 2004, p. 5).

Após a aprovação da LDB, por meio do Aviso Ministerial n. 307, de 7 de julho de 1997, o Ministro da Educação encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) proposta de regulamentação dos dispositivos da LDB que tratam do Ensino Médio, com o objetivo de estabelecer parâmetros para a organização do Ensino Médio e diretrizes curriculares para a sua organização curricular. No CNE, o conteúdo do Aviso Ministerial foi apreciado pela Câmara de Educação Básica (CEB), com base no Parecer lavrado pela Conselheira Guiomar Namó de Mello, exposto a seguir.

## **1.2 O Parecer n. 15/1998 do CNE/CEB**

Segundo o Parecer do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) n. 15, de 1º de junho de 1998, no esforço de responder à iniciativa do Ministério da Educação (MEC), a CBE/CNE viu-se assim convocada a ir além do cumprimento estrito de sua função legal e,

procurou dessa forma recolher e elaborar as visões, experiências, expectativas e inquietudes em relação ao ensino médio que hoje estão presentes na sociedade brasileira, especialmente entre seus educadores, a maior parte das quais coincidem com os pressupostos, idéias e propostas do documento ministerial (BRASIL, 1998, p.1).

Dentre eles, o Parecer destaca as propostas e estudos desenvolvidos pelo próprio MEC, por intermédio da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC) que foram colocados à disposição da CEB, considerando-os uma rica fonte de referências.

Acrescenta que o ensino médio tem sofrido uma transformação acelerada, pois essa etapa “tem sido a mais afetada pelas mudanças nas formas de conviver, de exercer a cidadania e de organizar o trabalho, impostas pela globalização econômica e pela revolução tecnológica”. (BRASIL, 1998, p. 16).

A esse respeito, assinala Mitrulis (2002, p. 221-222),

Não se encontra um conjunto articulado de políticas de atenção aos jovens que contemple os aspectos de inserção no trabalho, participação cidadã, realização de atividades culturais ou práticas sociais, o que sobrecarrega o ensino médio com expectativas às quais, até então, não era chamado a responder e às quais não pode mais se furtar.

O Parecer do CNE/CEB n.15/1998, afirma que a LDB, sintonizada com as demandas educacionais, com as iniciativas mais recentes, que os sistemas de ensino do mundo

todo vêm articulando para respondê-las, busca conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento dos princípios científicos que presidem a produção moderna e exercício da cidadania plena, formação ética e autonomia intelectual (BRASIL, 1998, p.19).

As dimensões de vida ou contextos valorizados pela LDB em seus artigos 35 e 36 são o trabalho e a cidadania. Segundo consta no Parecer CNE/CEB n. 15/1998:

[...] na medida em que o Ensino Médio é parte integrante da educação básica e que o trabalho é princípio organizador do currículo, muda inteiramente a noção tradicional de educação geral acadêmica ou, melhor dito, academicista. O trabalho já não é mais limitado ao ensino profissionalizante. Muito ao contrário, a lei reconhece que, nas sociedades contemporâneas, **todos**, independentemente de sua origem ou destino socioprofissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho enquanto uma das principais atividades humanas, enquanto campo de preparação para escolhas profissionais futuras, enquanto espaço de exercício de cidadania, enquanto processo de produção de bens, serviços e conhecimentos com as tarefas laborais que lhes são próprias (BRASIL, 1998, p. 43).

Ainda, segundo o mesmo Parecer, a concepção da preparação para o trabalho, que fundamenta o artigo 35 da LDB, aponta para a superação da dualidade do Ensino Médio, explicitando que “essa preparação será básica, ou seja, aquela que deve ser base para a formação de todos e para todos os tipos de trabalho”. Por ser básica, o Parecer assinala que:

[...] terá como referência as mudanças das demandas do mercado de trabalho, daí a importância da capacidade de continuar aprendendo; não se destina apenas àqueles que já estão no mercado de trabalho ou que nele ingressarão a curto prazo; nem será preparação para o exercício de profissões específicas ou para ocupação de postos de trabalho determinados (BRASIL, 1998, p. 15).

O Parecer indica que a preparação básica para o trabalho, não fica vinculada a nenhum componente curricular em particular, na medida em que deve oferecer uma formação básica para todos os tipos de trabalho e, portanto, deve integrar-se ao currículo como um todo.

Sobre a questão da dualidade entre formação geral e profissionalizante, o Parecer CNE/CEB n. 15/1998, afirma estar resolvida essa questão da seguinte forma:

Não há dualidade entre a formação geral e a preparação básica para o trabalho. Mas há uma clara prioridade para ambas em relação a estudos específicos que habilitem para uma profissão técnica ou preparem para postos de trabalho definidos. Tais estudos devem ser realizados em cursos ou em programas complementares, posteriores ou concomitantes com o ensino médio (BRASIL, 1998, p.58).

Em relação ao conceito de preparação para o trabalho, o Parecer assinala ainda que: “essa preparação geral para o trabalho abarca, portanto os conteúdos e competências de caráter geral para a inserção no mundo do trabalho e aqueles que são relevantes ou

indispensáveis para cursar uma habilitação profissional e exercer em profissão técnica” (BRASIL, 1998, p.52).

Outro ponto relevante indicado pela LDB é o exercício da cidadania. Conforme o referido Parecer:

[...] a cidadania não é dever nem privilégio de uma área específica do currículo nem deve ficar restrita a um projeto determinado. Exercício de cidadania é testemunho que se inicia na convivência cotidiana e deve contaminar toda a organização curricular. As **práticas sociais e políticas e as práticas culturais e de comunicação** são parte integrante do exercício cidadão, mas a **vida pessoal, o cotidiano e a convivência** e as questões ligadas ao **meio ambiente, corpo e saúde** também. (BRASIL, 1998, p. 45, grifos da relatora).

De acordo com o Parecer do CNE/CEB n. 15/1998, a organização curricular do ensino médio deve ser orientada por alguns pressupostos indicados a seguir:

- Visão orgânica do conhecimento, afinada com as mutações surpreendentes que o acesso à informação está causando no modo de abordar, analisar, explicar e prever a realidade, tão bem ilustradas no hipertexto que cada vez mais entremeia o texto dos discursos, das falas e das construções conceituais.
- Disposição para perseguir essa visão organizando e tratando os conteúdos do ensino e as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo.
- Abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do ensino e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria com suas conseqüências e aplicações práticas.
- Reconhecimento das linguagens como formas de constituição dos conhecimentos e das identidades, portanto como o elemento chave para constituir os significados, conceitos, relações, condutas e valores que a escola deseja transmitir.
- Reconhecimento e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva, forjada socio-interativamente na sala de aula, no trabalho, na família e em todas as demais formas de convivência.
- Reconhecimento de que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais (BRASIL, 1998, p. 36).

Ao propor a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos do processo produtivo, conforme consta no Parecer da CEB n.15/1998, a LDB, insere a experiência cotidiana e o trabalho no currículo do ensino médio como um todo e não apenas na sua base comum, como elementos que facilitarão a tarefa educativa de explicitar a relação entre a teoria e a prática (BRASIL, CNE/CEB 15/1998, p. 35).

Ainda de acordo com o referido Parecer (BRASIL, 1998, p. 36), a organização curricular deve permitir a construção de “pontes” entre a teoria e a prática e para isso “é preciso que a escola seja uma experiência permanente de estabelecer relações entre o aprendido e o observado”.

Assim, conforme o Parecer CNE/CEB n.15/1998 (p. 37),

[...] a formação básica a ser buscada no Ensino Médio realizará mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas do que pela quantidade de informação. Aprender a aprender e a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre teoria e prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a aprendizagem desperta (BRASIL, 1998).

Conforme Oliveira (2001a, p. 4), “para o MEC a importância do nível médio enquanto momento básico de apropriação de conteúdos básicos para a vivência em sociedade, de continuidade de estudos ou de inserção no mercado de trabalho, não será por este revestir-se de caráter propedêutico, nem também pela ênfase na quantidade de conteúdos transmitidos”. Mas principalmente, “pela articulação dos conhecimentos ministrados no interior da escola com a realidade na qual o educando está inserido. Só assim, será possível desenvolver as competências fundamentais para a vivência no mundo atual”.

Assim, para o ensino médio desenvolver tais competências, segundo o MEC, torna-se necessária a reestruturação do seu currículo e, ao mesmo tempo, é fundamental esta nova estruturação balizar-se por uma concepção de que a estrutura curricular necessita ser pensada interdisciplinarmente e contextualizada em relação à realidade sócio-política da clientela a ser atendida (OLIVEIRA, 2001a, p. 5).

Portanto, segundo o Parecer CNE/CEB, n.15/1998, uma organização curricular que responda a esses desafios requer:

- desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências de tipo geral, que são pré requisito tanto para a inserção profissional mais precoce quanto para a continuidade de estudos, entre as quais se destaca a capacidade de continuar aprendendo;
- (re) significar os conteúdos curriculares como meios para constituição de competências e valores, e não como objetivos do ensino em si mesmos;
- trabalhar as linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação mas como constituidoras de significados, conhecimentos e valores;

- adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno-professor e aluno-aluno para a permanente negociação dos significados dos conteúdos curriculares, de forma a propiciar formas coletivas de construção do conhecimento;
- estimular todos os procedimentos e atividades que permitam ao aluno reconstruir ou “reinventar” o conhecimento didaticamente transposto para a sala de aula, entre eles a experimentação, a execução de projetos, o protagonismo em situações sociais;
- organizar os conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;
- tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual;
- lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento (BRASIL, 1988, p. 37-38).

Assim sendo, o documento indica que no Ensino Médio é preciso que sejam consideradas e trabalhadas as diversas dimensões da formação humana, incluindo os aspectos cognitivos, éticos, culturais e sociopolíticos do processo de construção de um indivíduo intelectualmente autônomo e crítico.

Nesse sentido, o Parecer menciona, também, o aspecto relacionado à interdisciplinaridade, entendendo que deve ir além da mera justaposição de disciplinas, na medida em que há “a possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do Ensino Médio” (BRASIL, 1998, p.38).

Ainda, consta no referido Parecer, a interdisciplinaridade, deve “**partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez, vários.**” (BRASIL, 1998, p. 39 grifos do texto).

Domingues (2000, p. 10) acentua que a interdisciplinaridade e a contextualização “devem ser o recurso para conseguir superar o arbítrio da proposição de áreas ou agrupamentos de conteúdos, adequando-as às características dos alunos e do ambiente socioeconômico”. Ainda conforme o autor, “a interdisciplinaridade e a contextualização, podem possibilitar a reorganização das experiências dos agentes da escola, de forma que revejam suas práticas, discutam sobre o que ensinam e como ensinam”.

No que se refere, ainda, a essa questão, o Parecer afirma que “o tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo” (BRASIL, 1998, p.42) e acrescenta que “a contextualização evoca áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas”. Portanto, a interdisciplinaridade e a contextualização formam o eixo organizador da organização curricular expressa na LDB.

O Parecer CNE/CEB n. 15/1998, define, ainda que:

Uma proposta nacional de organização curricular, portanto, considerando a realidade federativa e diversa do Brasil, há que ser flexível, expressa em nível de generalidade capaz de abarcar propostas pedagógicas diversificadas, mas também com certo grau de precisão capaz de sinalizar ao país as competências que se quer alcançar nos alunos do Ensino Médio, deixando grande margem de flexibilidade quanto aos conteúdos e métodos de ensino que melhor potencializem esses resultados (BRASIL, 1998, p. 59).

Assim, aponta que os princípios axiológicos que devem inspirar o currículo foram propostos para atender o que a Lei demanda quanto a:

- fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca;
- formação de valores;
- aprimoramento como pessoa humana;
- formação ética;
- exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 60).

Portanto, conforme o Parecer, a interdisciplinaridade e contextualização foram propostas como princípios pedagógicos estruturados do currículo para atender o que a LDB estabelece quanto às competências de:

- vincular a educação ao mundo do trabalho e à prática social;
- compreender os significados;
- ser capaz de continuar aprendendo;
- preparar-se para o trabalho e o exercício da cidadania;
- ter autonomia intelectual e pensamento crítico;
- ter flexibilidade para adaptar-se a novas condições de ocupação;
- compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos Ivã produtivos;
- relacionar a teoria com a prática (BRASIL, 1998, p. 60).

Em relação à contextualização, na perspectiva do Parecer, Mello (1998, p. 42) argumenta que,

o contexto que é mais próximo do aluno e mais facilmente explorável para dar significado ao conteúdo da aprendizagem é o da vida pessoal, cotidiano e convivência. O aluno vive num mundo de fatos regido pelas leis naturais e está mesmo num universo de relações sociais. Está exposto a informações cada vez mais acessíveis e rodeado por bens cada vez mais diversificados,

produzidos com materiais sempre novos. Está exposto também a vários tipos de comunicação pessoal e de massa. O cotidiano e as relações estabelecidas com o ambiente físico e social devem permitir dar significado a qualquer conteúdo curricular, fazendo a ponte entre o que se aprende na escola e o que se faz, vive e observa no dia a dia [...]

O Parecer indica que a proposta pedagógica da escola, por sua vez, deverá contemplar a aplicação de ambos, princípios axiológicos e pedagógicos, no tratamento de conteúdos de ensino que facilitem a constituição das competências e habilidades valorizadas pela LDB.

Porém, como observa Kuenzer (2000a, p. 29),

ao assumir que os compromissos do Ensino Médio referem-se a todos os adolescentes, independentemente de sua origem de classe, é preciso destacar o papel da escola pública na construção de uma proposta pedagógica que propicie situações de aprendizagem variadas e significativas a seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, cultural e socialmente.

Conforme a autora exige-se uma proposta pedagógica que possibilite ao jovem desenvolver suas competências e habilidades instrumentais, humanas e políticas. Uma proposta e uma formação que reconheça nele, sua identidade como sujeito de cultura (KUENZER, 2000a, p. 29).

Para Kuenzer (2000a, p. 30)

elaborar a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento e o trabalho, entre estes e a cultura é a nova finalidade do Ensino Médio: ser geral sem ser genérico, incorporando o trabalho sem ser profissionalizante, no sentido estreito.

Portanto, o ensino médio poderá contemplar diferentes conteúdos em diferentes modalidades, para atender às especificidades de seus alunos, diferentes e desiguais social e economicamente. A autora ressalta ainda que o ensino médio “será unificado pela sua finalidade, que expressa o compromisso com a igualdade de direitos, não como um atributo formal assegurado pela legislação, mas como uma conquista real, processo histórico de destruição das desigualdades, que se dá pela atividade real dos homens, da qual a escola participa”.

No que se refere à organização do currículo o Parecer destaca as três grandes áreas de conhecimento, assim definidas:

- área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
- área de Ciências Humanas e suas Tecnologias
- área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (BRASIL,1998).

Estas áreas do conhecimento, por sua vez, correspondem a 75% da carga horária mínima que as escolas têm que cumprir. O restante da carga horária pode ser preenchido com conteúdos regionais, o que indica uma flexibilidade curricular.

Na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, o Parecer acentua que “estão destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados que serão de grande valia para a aquisição e formalização de todos os conteúdos curriculares, para a constituição da identidade e o exercício da cidadania”. E ainda ressalta que “o agrupamento das linguagens busca estabelecer correspondência não apenas entre as formas de comunicação - das quais as artes, as atividades físicas e a informática fazem parte inseparável - como evidenciar a importância de **todas** as linguagens como constituintes dos conhecimentos e das identidades dos alunos, de modo a contemplar as possibilidades artísticas, lúdicas e motoras de conhecer o mundo” (BRASIL, 1998, p. 60-61, grifo do texto). Além disso, destaca que a utilização dos códigos que dão suporte às linguagens vise buscar principalmente a competência de desempenho, o saber usar as linguagens em diferentes situações ou contextos, ou seja, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, objetivando a constituição de habilidades que permitam ao educando:

- Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de: organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.
- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.
- Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.
- Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da identidade.
- Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.
- Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhe dão suporte e aos problemas que se propõem solucionar.
- Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias.
- Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida (BRASIL, 1998, p. 63 e 64).

Essa área indica que a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos é uma necessidade para a participação do educando na sociedade, em diferentes situações.

Já na área das Ciências Humanas e suas Tecnologias “destacam-se as competências relacionadas à apropriação dos conhecimentos dessas ciências com suas particularidades metodológicas, nas quais o exercício da indução é indispensável”. E acrescenta que “o ensino das ciências humanas e sociais deverá desenvolver a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de história, geografia, sociologia, filosofia, antropologia, psicologia, direito, entre outros” (BRASIL, 1998, p. 61), objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

- Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros.
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que neles intervêm como produtos da ação humana, como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
- Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição de benefícios econômicos.
- Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.
- Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver.
- Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.
- Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe.
- Aplicar as tecnologias das ciências humanas e sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida (BRASIL, 1998, p. 65).

A aprendizagem nesta área deve levar o estudante a entender a sociedade em que vive e que ela é resultado da construção humana, que está em constantes mudanças ao longo

das gerações, num processo contínuo. A construção de si próprio como um agente social que intervém na sociedade, se apropria das tecnologias para o desenvolvimento e na estruturação das sociedades.

Enquanto na área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, “incluem-se as competências relacionadas à apropriação de conhecimentos da Física, da Química, da Biologia e suas interações ou desdobramentos como formas indispensáveis de entender e significar o mundo de modo organizado e racional, como também de participar do encantamento que os mistérios da natureza exercem sobre o espírito que aprende a ser curioso, indagar e descobrir”. E acentua que, “o agrupamento das ciências da natureza tem ainda o objetivo de contribuir para compreensão do significado da ciência e da tecnologia na vida humana e social de modo a gerar protagonismo diante das inúmeras questões políticas e sociais para cujo entendimento e solução as ciências da natureza são uma referência relevante” (BRASIL, 1998, p. 61), objetivando a constituição de habilidades e competências que permitam ao educando:

- Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolvem por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.
- Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.
- Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos.
- Apropriar-se dos conhecimentos da física, da química e da biologia e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural.
- Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades.
- Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas realizando previsão de tendências, extrapolações e interpolações e interpretações.
- Analisar qualitativamente dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente relacionados a contextos sócio econômicos, científicos ou cotidianos.
- Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade.
- Entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõe solucionar.
- Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida. Compreender

conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplicá-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas (BRASIL, 1998, p. 64 e 65).

Portanto, a aprendizagem na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, a utilização dos conhecimentos científicos (física, química, biologia) possibilitam explicar o funcionamento do mundo, assim como planejar, executar e avaliar as ações de intervenção na realidade.

O documento assinala a presença das tecnologias em cada uma das áreas de conhecimento, enfatizando “a opção por integrar os campos ou atividades de aplicação, isto é, os processos tecnológicos próprios de cada área de conhecimento resultam da importância que ela adquire na educação geral – e não apenas na profissional – em especial no nível do ensino médio”. (BRASIL, 1998, p. 62).

Ainda, a presença da tecnologia no Ensino Médio remete diretamente às atividades relacionadas à aplicação dos conhecimentos e habilidades constituídas ao longo da educação básica, no sentido de dar expressão concreta à preparação básica para o trabalho, prevista na LDB.

Conforme consta no Parecer CEB n.15/1998:

O produto mais importante de um processo de mudança curricular não é um novo currículo materializado em papel, tabelas ou gráficos. O currículo não se traduz em uma realidade pronta e tangível, mas na aprendizagem permanente de seus agentes que leva a um aperfeiçoamento contínuo da ação educativa (BRASIL, 1998, p. 68).

O Parecer deixa claro que para a implementação dos novos currículos de ensino médio, dois eixos norteadores da Lei 9.394/1996 deverão orientar a ação executiva e normativa tanto dos sistemas como dos próprios estabelecimentos de ensino médio:

- O eixo da flexibilidade, em torno do qual se articula os processos de descentralização, desconcentração, desregulamentação e colaboração entre os atores, culminando com a autonomia dos estabelecimentos escolares na definição de sua proposta pedagógica;
- O eixo da avaliação, em torno do qual se articulam os processos de monitoramento de resultados e coordenação, culminando com as ações de compensação e apoio às escolas e regiões que maiores desequilíbrios apresentem e de responsabilização pelos resultados em todos os níveis (BRASIL, 1998, p. 68-69).

Assim sendo, após a análise e emissão do Parecer CEB n.15/1998, ao documento enviado pelo Ministro da Educação, que apresenta propostas de regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio, o Conselho Nacional de Educação

(CNE) aprovou em 26 de junho de 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), que serão descritas a seguir.

### **1.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**

A Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Educação, de 26 de junho de 1998 instituiu as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, com quinze artigos. Conforme o artigo 1º, trata-se de:

um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho (BRASIL, 1998).

O artigo 2º indica os valores que deverão ser levados em conta pela escola ao elaborar a sua proposta pedagógica, que são:

- I. Os fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II. Os que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

O artigo 3º apresenta os fundamentos do Ensino Médio, ou seja: a) estéticos, privilegiando “a estética da sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade [...]”; b) políticos, com destaque para a política da igualdade, tendo como eixo central “o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania [...]”; c) éticos, com ênfase na ética da identidade. Quanto a este aspecto, busca-se “superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores [...]”.

Do artigo 4º ao 12, a Resolução apresenta as finalidades, os princípios e as áreas curriculares. Com relação às finalidades, destacam-se o que está disposto nos artigos 35 e 36 da LDB, preceitos esses que deverão nortear a organização curricular a ser adotada pela escola.

A Resolução do CNE enumera, também, os princípios pedagógicos, ou seja, da identidade, da diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização, que deverão ser seguidos pela escola na elaboração do seu projeto pedagógico (artigos 6º, 7º, 8º e 9º), para se oferecer uma sólida educação geral, que propicie o desenvolvimento integral do ser humano, conforme prescreve a LDB.

No artigo 10, a Resolução do CNE afirma que a base nacional comum dos currículos do ensino médio será organizada em áreas de conhecimento e o artigo 11 realça que “a parte diversificada deverá ser organicamente integrada à base nacional comum, por contextualização e por complementação, diversificação, enriquecimento, desdobramento, entre outras formas de integração”, enquanto o artigo 12, estabelece a necessidade da integração entre a formação geral e a preparação básica para o trabalho.

No que se refere a reforma curricular, segundo o entendimento de Zibas (2005, p. 26), “o contexto da virada do século justificava (e ainda justifica) um profundo repensar do currículo do ensino médio [...]”. Para a autora, o Parecer n. 15/1998 da CEB/CNE, propondo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio causou certo grau de perplexidade nas redes de ensino e na academia, onde “o impacto do Projeto decorreu, principalmente, de sua clara pretensão de ‘refundar’ a escola média, uma vez que veiculava um conjunto de princípios ainda inéditos no processo de implantação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996”.

Diante disso, Zibas (2005, p. 26),

[...] a indicação da interdisciplinaridade e da organização do currículo por áreas de conhecimento, da contextualização dos conteúdos, a ênfase na aprendizagem e no protagonismo do aluno, deslocando o professor do centro do processo e a insistência no desenvolvimento de competências, não na transmissão de conhecimentos, constituíram um conjunto de diretrizes que objetivava mudar radicalmente o perfil da escola média.

Sendo assim, com a interdisciplinaridade, pretende-se utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para tratar de um determinado problema ou compreender um fenômeno sob diferentes pontos de vista.

Como exposto, o Parecer CNE/CEB n. 15/1998 delineou os princípios da reforma do ensino médio e a Resolução CNE n. 3 instituiu as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Essa reforma desencadeou um processo de mudanças do currículo e de definições de ações para o Ensino Médio, visando atender à demanda e viabilizar os dispositivos definidos na LDB.

#### **1.4 A implantação do PROMED**

O governo federal, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do MEC negociou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um novo contrato de Empréstimo, n. 1225/OC – BR, firmado em 03/2000, para consolidar o desenvolvimento

do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) proposto pelo Banco e incorporado pelo MEC (BRAZ, 2008, p. 105). Portanto, o MEC elaborou o Projeto Escola Jovem, ficando assim conhecido esse Programa.

Vale lembrar que, a partir da década de 1970, segundo Braz (2008, p. 99), a educação brasileira passou a receber recursos emprestados do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e BID, por meio de vários programas.

Segundo Fonseca (1998, p. 85), “a cooperação oferecida por organismos internacionais inclui ações de doação financeira e de monitoramento aos órgãos centrais de decisão, em áreas de política, planejamento e gestão educacional, assim como o desenvolvimento de projetos de financiamento”.

De acordo com Fonseca (1998, p. 85-86), “embora a política de crédito do Banco à educação se autodenomine cooperação ou assistência técnica, o cofinanciamento constitui modelo de empréstimo do tipo convencional, tendo em vista os pesados encargos que acarreta e também a rigidez das regras e as condições financeiras e políticas [...]”. A autora ressalta ainda que apesar do BIRD adotar diversas formas de empréstimos, “o financiamento à educação brasileira, por exemplo, segue as mesmas regras fixadas para qualquer projeto comercial, do tipo cofinanciamento”.

Nos últimos anos, segundo Prazeres (2007, s/p) o Banco Mundial “vem redefinindo seu raio de atuação passando a interferir diretamente no campo educacional, priorizando a educação básica como instrumento para o desenvolvimento econômico, social e ainda sustentável, em sintonia com o propósito de aliviar a pobreza”.

Nessa lógica, o Projeto Escola Jovem foi uma das estratégias do Ministério da Educação para alavancar a implementação da reforma do ensino médio no conjunto do país. Segundo a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, por meio do Projeto Escola Jovem, “o MEC apoiará técnica e financeiramente as Unidades Federadas (UF) em suas políticas de melhoria do atendimento e expansão da oferta de vagas de ensino médio na rede estadual. Ao mesmo tempo estimulará o processo de planejamento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal” (BRASIL, 1999, p. 3).

Segundo Braz (2008), o MEC, no momento do lançamento do PROMED/Escola Jovem, disponibilizou em seu *site* inúmeros textos explicando o Programa. O documento Programa de Melhoria e Expansão: Projeto Escola Jovem, 2001, afirma a necessidade de se

definir um financiamento específico para o ensino Médio, que assegure sua expansão e melhoria, em longo prazo, e explica que é nesse quadro que o PROMED ganha importância, constituindo-se “[...] instrumento de alavancagem para enfrentar os desafios postos pela necessária mudança no Ensino Médio do país” (BRASIL, 2001, p. 8).

Assim, de acordo com o Contrato de Empréstimo n. 1225/OC-BR, o PROMED – 1ª fase tem como objetivo “apoiar a programação da reforma e expansão do Ensino Médio, melhorando a qualidade do ensino e seu grau de cobertura” (BRASIL, 2000a, p. 27).

Para tanto, o PROMED/Projeto Escola Jovem contou com dois subprogramas: o primeiro era destinado ao financiamento das políticas da melhoria de atendimento e de expansão de vagas para o Ensino Médio, nos sistemas públicos dos Estados e do Distrito Federal; e o segundo destinado ao financiamento de ações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), órgão do Ministério da Educação responsável pela articulação, em nível nacional, das políticas de desenvolvimento do ensino médio e da educação profissional e que, neste caso, era o responsável por fomentar e apoiar a implementação da reforma do ensino médio nos sistemas de ensino das unidades federadas (BRASIL, 2000a, p. 10).

O documento indicava os caminhos que as Unidades Federadas, participantes do Projeto Escola Jovem deveriam seguir nos subprogramas. Assinalava que cada estado tinha autonomia para elaborar as ações que seu diagnóstico indicasse, mas deveria inseri-las nos eixos dos subprogramas. Assim, o primeiro subprograma exigia o desenvolvimento de ações dentro dos eixos abaixo:

1. Fortalecimento institucional das secretarias de educação: priorizar ações que assegurassem a gestão eficiente da rede de ensino.
2. Racionalização e expansão da rede escolar e melhoria do atendimento: atender a implantação do reordenamento da rede física pública, as atividades voltadas à racionalização da distribuição das matrículas e dos recursos humanos.
3. Redes alternativas de atendimento: ampliar a oferta de modalidades diversificadas de atendimento, tais como: educação à distância, sistemas modulares, assim como a oferta do ensino médio a populações indígenas e portadores de necessidades especiais.
4. Democratização e autonomia da escola: oferecer atividades que propiciem o fortalecimento e melhoria da capacidade de autogestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas.

5. Desenvolvimento curricular: assegurar que os objetivos e princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio norteiem os currículos desenvolvidos pelas escolas.
6. Formação inicial e continuada dos profissionais da Educação: ações para assegurar aos profissionais a necessária habilitação para o exercício de suas funções.
7. Valorização dos profissionais da educação: desenvolver mecanismos de acesso a bens culturais e de informação, como livros, jornais, revistas, acesso a internet, contribuindo para o desenvolvimento profissional.
8. Projetos juvenis: envolver os alunos em projetos e atividades de pesquisa
9. Plano de disseminação e difusão: atividade que visem informar e sensibilizar a sociedade para participar do processo de melhoria e expansão do ensino médio (BRASIL, 2000a, p.11).

Portanto, o Projeto Escola Jovem tinha como metas: implementar a reforma curricular e assegurar a formação continuada de docentes e gestores de escolas do ensino médio; equipar progressivamente as escolas de ensino médio com bibliotecas, laboratórios de informática e ciências; redefinir a oferta de ensino médio, com a criação de uma rede de escolas para jovens (CURY, 2002, p. 184), desvinculadas, no entanto, de outras etapas, nível e modalidade de ensino.

No segundo subprograma, destinado a financiar as ações da SEMTEC, os eixos foram os seguintes:

1. Reformulação de políticas para o ensino médio: proporcionar ao SEMTEC condições materiais para formular e conduzir políticas e diretrizes federais para o ensino médio das Unidades Federadas e dar condições para orientar e prestar assistência técnica às equipes das Secretarias de Educação.
2. Fortalecimento institucional: contratar consultores e proporcionar a aquisição de equipamentos, capacitação da equipe técnica e administrativa. Acesso aos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
3. Formulação de políticas: produzir o referencial teórico-operacional e materiais de apoio que embasem as políticas e programas federais (BRASIL, 2000a, p. 12).

Diante disso, para implementar a reforma curricular e expandir o atendimento no Ensino Médio, o governo do estado de Mato Grosso do Sul selou o compromisso de execução do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED), do governo federal, com a ajuda de financiamento externo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O próximo capítulo analisa a execução do PROMED e o processo de construção da política educacional para o ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul, na primeira gestão do governo José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002), do Partido dos Trabalhadores (PT).

## **CAPÍTULO II**

### **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PRIMEIRA GESTÃO DO GOVERNO POPULAR DE MATO GROSSODO SUL (1999-2002)**

Este capítulo visa discutir o processo de elaboração da reforma para o ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul, na primeira gestão do governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999 a 2002), do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para o desenvolvimento deste capítulo, é necessário abordar, inicialmente, aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do estado de Mato Grosso do Sul, para, em seguida, destacar o processo de construção da reforma do Ensino Médio.

#### **2.1 Caracterização do estado de Mato Grosso do Sul**

O Estado de Mato Grosso do Sul situa-se na região Centro-Oeste brasileira, faz divisa ao norte com Mato Grosso e Goiás (Rio Itiquira e Rio Aporé); ao sul com o Paraguai e o Estado do Paraná (Rio Paraná); ao leste com os Estados de São Paulo e Minas Gerais (Rio Aporé e Rio Paranaíba); e no Oeste com o Paraguai e Bolívia (Rio Paraguai). Possui 78 municípios, 165 distritos, quatro mesorregiões geográficas e onze microrregiões geográficas, distribuídos numa área de 357.124,962 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 22,2% da superfície da região Centro-Oeste e 4,2% da área territorial brasileira e conta com uma população estimada de 2.265.274 habitantes (IBGE, 2007).

Conforme os estudos do IBGE, antes da divisão do Estado de Mato Grosso, a década de 1970 corresponde ao período em que o estado passou a ser efetivamente povoado,

apresentando altos índices de crescimento. Entre a década de 1940 e o ano de 2006, a população aumentou quase dez vezes, ao passo que a população do Brasil, no mesmo período, aumentou pouco mais que quatro vezes. Isso, no entanto, não ocorreu devido a uma alta taxa de natalidade no estado, mas à grande quantidade de migrantes de outros estados ou imigrantes em Mato Grosso do Sul (IBGE, 2008).

O estado foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo Presidente Ernesto Geisel (1974-1979). A sua instalação oficial ocorreu em primeiro de janeiro de 1979, sendo seu primeiro governador nomeado Harry Amorim Costa (ARENA), cujo governo encerrou no dia 12 de junho de 1979, quando, sem respaldo político, foi exonerado pelo Presidente da República, João Batista Figueiredo (1979-1985).

Em seguida, estiveram à frente do poder executivo: o governador Londres Machado, da ARENA (13 de junho de 1979 até 30 de junho de 1979); o Governador Marcelo Miranda Soares, da ARENA (30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980); novamente o governador Londres Machado, da ARENA (28 de outubro de 1980 a 7 de novembro de 1980) e o Governador Pedro Pedrossian, do PDS (7 de novembro de 1980 a 15 de março de 1983) (SANTOS, 2008, p. 74).

Posteriormente, por meio de eleições diretas, em 1982, elegeu-se governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, do PMDB, governando de 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986. Este deixou o governo para concorrer ao Senado e assumiu em seu lugar, o seu vice Ramez Tebet, também do PMDB, para complementar o mandato, de 14 de maio de 1986 a 15 de março de 1987. Na seqüência, elegeram-se governadores, Marcelo Miranda Soares do PMDB (15 de março de 1987 a 15 de março de 1991); Pedro Pedrossian do PTB (15 de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995); e Wilson Barbosa Martins do PMDB (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999).

Em 1998, foi eleito governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o sindicalista José Orcírio Miranda dos Santos, mais conhecido politicamente como Zeca do PT. Assumiu no dia primeiro de janeiro de 1999 e governou até 2002, sendo reeleito para a gestão de 2003-2006.

Apresenta-se, a seguir, os dados de matrícula dos alunos do Ensino Médio, terceira etapa da Educação Básica, em Mato Grosso do Sul, conforme o Censo Escolar dos anos de 1999, 2002 e 2006.

**Tabela n.3** – Matrícula no Ensino Médio Regular na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul

DEPENDÊNCIA	1999	2002	2006
Estadual	72.391	83.581	85.139
Federal	401	458	419
Municipal	1.214	119	164
Particular	14.994	15.650	14.335
TOTAL	89.000	99.808	100.057

Fonte: INEP – Organizado pela autora com base nos registros retirados de [www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula). Acesso em 20/05/2009.

A tabela acima mostra que nas quatro esferas de atendimento da Educação Básica, o Ensino Médio aumentou 12,42% de 1999 a 2006, assim como evidencia a participação da Rede Estadual no atendimento do ensino médio que atinge nos respectivos anos os percentuais: 1999 (81,3%); 2002 (83,7%) e 2006 (85,0%). Isso confirma que o Estado vem assumindo, progressivamente, a sua responsabilidade determinada pela LDB, por meio do Artigo 10, inciso VI, “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio”. No ano de 2006, essa afirmativa fica comprovada, pois a Rede Estadual participou com 85,1% do atendimento ao ensino médio, a Rede Privada com 14,3%, a Rede Federal com 0,41% e a Rede Municipal com 0,16%.

Nota-se com relação ao Ensino Médio, ao longo do período estudado, que a participação da Rede Estadual cresce sistematicamente, sendo que as demais redes de ensino têm uma participação menos expressiva.

Após apresentar a caracterização do estado de Mato Grosso do Sul, passa-se à discussão da reforma do ensino médio, durante a primeira gestão do governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999 a 2002), do Partido dos Trabalhadores (PT).

## 2.2 A implementação do PROMED no estado de Mato Grosso do Sul

Ao assumir o governo, em janeiro de 1999, José Orcírio Miranda dos Santos, conhecido como Zeca do PT, com todo seu secretariado, iniciou o processo de implantação das propostas políticas<sup>4</sup> que cada pasta iria construir, delineadas no Programa de Governo para Mato Grosso do Sul: Movimento Muda Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO

<sup>4</sup> Segundo o Programa de Governo para Mato Grosso do Sul: Movimento Muda Mato Grosso do Sul-PT/PDT/PPS/PC do B/PAN/PSB/1998, ou seja, as forças políticas que sustentaram essa candidatura, as propostas foram “[...] discutidas amplamente com as representações organizadas da sociedade sul-mato-grossense, pauta-chave da campanha eleitoral” (MATO GROSSO DO SUL, 1998).

SUL, 1998) e indicou para a Secretaria de Estado de Educação, o professor Pedro César Kemp Gonçalves, conhecido politicamente como Pedro Kemp.

No mesmo ano, o MEC solicitou para o estado de Mato Grosso do Sul, a elaboração e apresentação do seu Projeto de Investimento (PI). Trata-se de uma das fases que precedem a transferência aos Estados e ao Distrito Federal de recursos do empréstimo internacional tomado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e avalizado pelo Ministério de Educação, para implementar o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem.

Ressalta-se que o MEC não aprovou o Projeto de Investimento apresentado pela primeira equipe de consultores, exigindo que o mesmo fosse refeito, porque o Projeto não apresentava um diagnóstico da situação da Educação Básica no Estado e em particular do ensino médio, objeto do referido Projeto. Segundo a nota técnica n. 01/2000 da gerência do Projeto Escola Jovem, embora houvesse “uma razoável disponibilidade de dados, nem todos os aspectos foram abordados como, por exemplo, recursos humanos, currículo, materiais de ensino-aprendizagem”. Também não havia “nenhuma referência no documento quanto à educação indígena e aos assentamentos, questões relevantes no Estado” (BRASIL, 2000b, p. 4).

Enquanto isso, a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento negociaram a assinatura de um novo Contrato de Empréstimo, n. 1225/OC-BR, firmado em 03/2000, para a execução da 1ª fase do PROMED. Assim, o PI foi refeito pela Secretaria de Estado de Educação/MS e aprovado pelo MEC em 21 de novembro de 2000, conforme a Ata da quarta reunião do Conselho Diretor do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem (BRASIL, 2000a).

Assim, a União, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), representado pelo seu Ministro Paulo Renato Souza e o estado de Mato Grosso do Sul, por meio da sua Secretaria de Estado de Educação, representado pelo seu Secretário Pedro César Kemp Gonçalves, celebraram o Convênio n. 259/00/PROMED, no dia 29 de dezembro de 2000, para implementar, no âmbito do Estado, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – 1. Fase – Projeto Escola Jovem, nos termos do Contrato de Empréstimo n. 1225/OC-BR, firmado em 02.03.2000, entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e dos instrumentos suplementares, regidos pela Lei n. 8.666, de 21.06.1993, com suas alterações, no que couber, pelo Art. 35 da Medida Provisória n. 2.036-85, de 23.11.2000 e

reedições, pelo Decreto n. 93.872, de 23.12.86, e pela Instrução Normativa (IN) n. 1, de 15.01.97, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF) (BRASIL, 2000b).

De acordo com a cláusula terceira do Convênio n. 259/00/PROMED, a vigência do Convênio seria de 26 (vinte seis) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo 24 (vinte e quatro) meses para a sua execução, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, e os últimos meses para a apresentação da prestação de contas final.

O Projeto de Investimento de Mato Grosso do Sul (PI/MS) foi orçado em R\$ 9.571.615,74, sendo R\$ 4.756.159,90 recursos do Projeto Escola Jovem (MEC/BID), e R\$ 4.815.419,84 recursos da contrapartida estadual de acordo com os tetos e requisitos definidos pelo MEC para o Programa (BRAZ, 2004, p. 145).

No entanto, segundo Braz (2008, p.216), o Secretário de Educação e sua equipe não queriam se render aos empréstimos do BID, mas mudaram essa posição ao verificarem que o Ensino Médio vinha se desenvolvendo, assim como as demais políticas do ensino fundamental e modalidades, sem recurso e planejamento específico. Assim, o recurso do BID era a única oportunidade de se obter condições materiais para se desenvolver um trabalho pedagógico para o Ensino Médio.

Segundo o PI/MS, o objetivo geral era implementar a reforma curricular e estrutural e expandir o atendimento no Ensino Médio no estado, visando à melhoria de sua qualidade e à ampliação de seu grau de cobertura, como forma de garantir maior equidade social (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p.3).

Desse modo, foram definidas as principais diretrizes para o Ensino Médio no estado de Mato Grosso do Sul:

- **Democratização da Gestão:** apoiar as escolas na elaboração dos projetos escolares; destinar recursos para as escolas investirem no Ensino Médio; implementar a autonomia da gestão administrativa das escolas; e ampliar e capacitar a equipe do ensino médio da Secretaria e equipar o núcleo central.
- **Permanência e progressão escolar do aluno:** adotar metodologias de ensino diferenciadas para os alunos do noturno e com distorção idade/série; e realizar uma política de reordenamento da rede física, de modo a construir uma identidade para as escolas de Ensino Médio e a atender toda a demanda por meio da ampliação do número de vagas.
- **Qualidade Social da Educação:** adequar, recuperar e equipar escolas para melhor atender à clientela do Ensino Médio; adquirir equipamentos

e acervo bibliográfico para as unidades gestoras e equipes das escolas; construir e divulgar os referenciais curriculares do Estado; garantir a formação inicial de todos os docentes do Ensino Médio que não apresentem a habilitação adequada; investir maciçamente na formação continuada dos docentes de modo a garantir a implementação da reforma curricular do ensino Médio; criar mecanismos de avaliação próprios para o Ensino Médio; e capacitar as equipes de Ensino Médio das unidades escolares na utilização do material de apoio pedagógico (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p.2-3).

Cada um dos eixos, por sua vez, abrangia um conjunto de metas e programas a serem realizados ao longo da gestão do governo estadual. Os eixos definidos no Projeto de Investimento presentes no Plano de Trabalho elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul estavam, por sua vez, focados em vários componentes (ANEXO 3) (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p. 25-26).

No PI do estado, além de equipamentos a serem adquiridos para os laboratórios das escolas de Ensino Médio do estado, estavam previstos materiais para capacitação dos professores<sup>5</sup>, como fitas de vídeo, apontando “a dificuldade de reunir os educadores do estado em um único local”, assim como destacando que “para a viabilização do Projeto de Ensino a compreensão das políticas e princípios, se faz necessário, a alternativa encontrada, foi à aquisição de 700 fitas VHS T120 virgens, três por escola para que sejam gravadas as teleconferências que capacitarão esses educadores” (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p. 43).

Além disso, no PI/MS estavam previstos equipamentos a serem adquiridos e destinados à Coordenação do Ensino Médio como: micro computador, unidade de gravação e regravação de CD, zip drive, estabilizadores, impressora laser, scanner, cadeira giratória, cadeira fixa, aparelho de fax, impressora jato de tinta, mesa de computador, mesa de impressora, projetor multimídia portátil, notebook, mesas de fórmica redondas e um veículo (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p. 44-47).

Ainda estava previsto, acervo bibliográfico a ser adquirido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, constando 24 títulos diferentes, totalizando a aquisição de 325 exemplares, assinatura anual de duas revistas e assinatura anual da Folha de São Paulo (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p. 44-47).

---

<sup>5</sup> Implantar uma política de desenvolvimento profissional para os trabalhadores da educação incluindo capacitação continuada, presencial e a distância, uma das metas do programa qualidade social da educação (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p. 24).

De acordo com a Técnica 1 entrevistada (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009), o PROMED/Projeto Escola Jovem foi importante porque “para o governo investir só no ensino fundamental, não bastava mais para resolver a crise. O capitalismo vai gerando algumas situações que vai destruindo a própria humanidade e a gente foi vendo porque o governo começou a investir no ensino médio”. A entrevistada acrescenta que “esses meninos estavam nas ruas e cada vez em maior volume, e a violência aumentando. Então tinha que se investir, e só no ensino fundamental não era suficiente. Tinha que tirar esses meninos da rua e colocar dentro da escola. Então o recurso vinha também para isso, a gente tinha essa clareza.”. E continua:

[...] foi um recurso alto, foi um recurso que a gente pôde construir algumas escolas, foi um recurso para infra estrutura da própria Secretaria, pois não se tinha recurso tecnológico para fazer um trabalho, não se tinha computador na própria estrutura da Secretaria de Educação, não se tinha um data show para que se pudesse trabalhar com os professores, quer dizer, a infra estrutura tecnológica não se tinha na própria Secretaria. E veio recurso para isso também, assim como veio recurso para a escola. Para a construção de escolas, para aparelhar as escolas (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

A entrevistada ainda afirma sobre o PROMED/Projeto Escola Jovem, descrevendo que “esse era um projeto que não tinha a intenção clara pelo Ministério de resolver e investir no Ensino Médio. Tanto não tinha, que chegava uma hora que ele parava e o estado sozinho tinha que bancar o Ensino Médio”.

Neste período, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul havia apresentado o projeto político-educacional denominado “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”<sup>6</sup>, com base no Programa do governo, em que a proposta para o Ensino Médio no estado, se inseria. Tal Programa registra que o desafio é fazer política de uma nova forma: “agregando todas as forças vivas da sociedade no sentido de formular e construir, em conjunto, um novo modelo de desenvolvimento, observando e projetando todas as potencialidades do Estado” (MATO GROSSO DO SUL, Programa de Governo, 1998, p.10). Neste desafio destaca o projeto de educação para ser concretizado com base nos princípios de integração e participação, cujo compromisso era a construção de uma escola pública democrática, de qualidade.

---

<sup>6</sup> O termo Guaicuru resgata o processo histórico de constituição do povo sul-mato-grossense. Faz referência aos grupos étnicos “que ocuparam e dominaram, com exclusividade, quase todo o território correspondente a Mato Grosso do Sul”, dando origem à Nação Guaicuru. Resistindo à colonização européia por quase 300 anos, “formaram a primeira plataforma sócio-econômica-cultural com abrangência correspondente à área do Estado” (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p. 9).

O que se propõe, ao contrário, é uma educação comprometida com bases filosóficas, teóricas e metodológicas fundadas no princípio de uma organização de sociedade mais justa, igualitária, solidária, enfim, capaz de promover a mudança de verdade dos caminhos traçados pelos governos autoritários elitistas que dirigiram o povo sul-mato-grossense por muitos anos (MATO GROSSO DO SUL/Programa de Governo, 1998, p.12).

Para tanto, conforme o documento citado destacou-se como algo de fundamental importância a desvinculação dos paradigmas que regem as formulações tecnocráticas neoliberais inviabilizadores de ações políticas voltadas para a transformação da ordem social vigente.

### **2.3 O projeto político-educacional “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”**

O Projeto de Educação denominado “Escola Guaicuru: Vivendo Uma Nova Lição” foi elaborado, na gestão do Secretário de Educação Pedro Kemp, com o propósito de realizar uma educação crítica e popular, dirigida a toda sociedade, e sistematizado em cadernos, ordenados numericamente, contemplando duas séries de idéias, uma intitulada “Série Fundamentos Político-Pedagógicos”, sintetizando os eixos centrais, programas, projetos e metas, e, a outra, “Série Constituinte Escolar”, que reorganiza o processo destinado à discussão, estudo e levantamento dos temas e suas temáticas que nortearam o ponto culminante de todo o trabalho, ou seja, a elaboração do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Um princípio destacado no Caderno da Escola Guaicuru n. 1, é a rejeição das políticas que causam a exclusão de milhares de seres humanos do mundo do trabalho, da participação das riquezas, do acesso aos bens culturais, deixando explícito o entendimento de que a educação é um direito de todos. Em outras palavras:

O Projeto Escola Guaicuru entende a educação como direito de todos e como um dos pressupostos básicos para a cidadania ativa. Seu eixo principal é o compromisso de estabelecer um processo participativo de construção de novos caminhos que garantam a democratização do saber, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da gestão da escola pública (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p.9).

Os pontos apresentados fundamentam os três grandes programas do Projeto “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”: Democratização de acesso, Democratização da Gestão Escolar e o programa Qualidade Social da Educação (ANEXOS 4, 5 e 6 ).

Conforme Caderno da Escola Guaicuru n.1, trata-se de um projeto para ser trabalhado coletivamente pelos segmentos que desejam mudanças na educação numa perspectiva de transformação social e originou-se de discussões realizadas coletivamente por

educadores e de experiências bem sucedidas em outros estados (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p.10).

Ainda segundo o documento (1999a, p. 13), “a materialização da Escola Guaicuru só poderá ser viabilizada por meio de uma ampla mobilização da sociedade sul-mato-grossense”. Assim:

[...] o ponto de partida para as mudanças educacionais será o estabelecimento de um processo de discussão que iniciará no interior da escola, com a participação de todos os segmentos, em especial, os colegiados escolares, abrindo também para outros canais de participação como fóruns e conselhos locais, regionais e estaduais. [...] a operacionalização da Escola Guaicuru permitirá um novo modo de pensar a educação básica [...] (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p. 13).

Na gestão do primeiro Secretário de Estado de Educação, professor Pedro Cesar Kemp Gonçalves (janeiro de 1999 a junho de 2001), portanto, a política educacional do governo do Mato Grosso do Sul esteve pautada no **Projeto Escola Guaicuru- vivendo uma nova lição**, tendo como objetivo essencial, segundo o documento Proposta de educação do governo do estado de Mato Grosso do Sul (1999-2002), “o compromisso de se construir na sociedade sul-mato-grossense, uma escola pública que efetivasse a democratização do acesso, a democratização da gestão, a permanência e progressão escolar do aluno e a qualidade social da educação, incluindo valorização de seus trabalhadores” (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p. 13). Conforme, ainda, o referido documento, esse projeto “inseriu-se na proposta do Governo Popular de Mato Grosso do Sul para uma ruptura na tradição educacional do Estado”.

Segundo a Superintendente de Educação, no início da gestão, o professor Pedro Kemp, “instituiu na Secretaria de Estado de Educação, o Conselho Político que era formado pelo Secretário de Educação, seus assessores, pelos superintendentes, coordenadores e chefes de núcleo, que tinha um caráter deliberativo. A partir de então, iniciou-se o processo de construção da política da Escola Guaicuru”. (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Portanto, foi no âmbito deste Conselho Político e que depois se expandiu para as escolas, a discussão das políticas, tanto da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, da educação do campo, da educação para as etnias, assim como do papel dos coordenadores pedagógicos e supervisores escolares. A entrevistada acrescenta que “era um repensar de todas essas políticas, considerando as diretrizes da Escola Guaicuru que tinha sua relação junto ao governo popular” (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Ainda, de acordo com a Superintendente, posteriormente foi definido o Conselho Técnico e a metodologia de trabalho utilizada pela Secretaria de Estado de Educação para a discussão destas políticas. Enfatiza que deveria ser uma metodologia que viabilizasse a participação ativa e qualificada. “Assim, tinha que ser um processo de formação e, portanto, definiu-se que esse processo fosse a Constituinte Escolar, que tinha como grande objetivo garantir a participação, mas também qualificar as pessoas para a participação”. Portanto, “nós não queríamos fazer uma discussão das políticas no senso comum, queríamos ter uma fundamentação para que essa discussão fosse mais qualificada” (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Desse modo, a Constituinte Escolar, conforme Caderno n. 1: “é o instrumento estratégico de mobilização de todos os trabalhadores da Educação e sociedade em geral para juntos construirmos um projeto educacional comprometido com a transformação social e com a formação do cidadão na sua acepção mais ampla” (MATO GROSSO DO SUL, 1999b, p. 9) e tem como objetivo:

Promover a construção coletiva do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, tendo por objetivo a formação geral do homem, e como premissa a necessidade da compreensão dos mecanismos que ordenam a sociedade contemporânea, com vistas a sua transformação (MATO GROSSO DO SUL, Caderno da Constituinte Escolar n. 1, 1999b, p. 17).

Sendo assim, o Projeto Escola Guaicuru tinha o compromisso de estabelecer um processo participativo na construção de novos caminhos que garantam a democratização da educação.

Seus objetivos específicos são:

- garantir espaços democráticos de discussão e compreensão dos mecanismos da sociedade contemporânea e sua determinação sobre a educação;
- estabelecer as metas gerais e específicas do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul;
- estabelecer prioridades a partir do critério de justiça social;
- reorganizar a estrutura escolar nos âmbitos pedagógico (conteúdos, métodos, avaliação), na organização da convivência escolar (regimento escolar, direitos e deveres), administrativo e de expansão física;
- discutir e desenvolver formas fecundas e contínuas de participação da comunidade nas práticas educativas da escola (MATO GROSSO DO SUL, 1999b, p.17).

Com a Constituinte Escolar, o governo, conforme destaca o documento “Gestão Democrática”, buscava a participação efetiva da comunidade, ou seja, a democracia participativa, com caráter popular.

O Governo Popular tem como um de seus princípios a participação na qual o cidadão exerce o direito de opinar, contribuindo nas discussões, no planejamento e construção dos projetos específicos de cada área da administração pública. Essa participação propicia a transparência de gestão de recursos públicos, ao mesmo tempo em que permite a compreensão da realização de cada projeto, seus limites e possibilidades, democratizando tanto as relações como as decisões tomadas (MATO GROSSO DO SUL, 1999c, p.5).

O documento alerta, porém, que,

No processo participativo, a contradição está sempre presente; no entanto, o respeito às diferenças permitirá a superação dos conflitos, de forma que a comunidade compreenda o funcionamento e a organização da escola, percebendo as suas prioridades, dificuldades e possibilidades, reorganizando as suas ações na busca de qualidade social na educação (MATO GROSSO DO SUL, 1999c, p. 6).

A Constituinte Escolar, deflagrada em 12 de agosto de 1999, “pretendia promover a discussão ampla, qualificada, fundamentada sobre a escola necessária à população”. Nesse propósito é que se firma o eixo principal do projeto da Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição, “que é o compromisso de estabelecer um processo participativo na construção de novos caminhos que garantam a democratização da educação, no seu sentido mais amplo, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da gestão da escola pública” (MATO GROSSO DO SUL, 1999b, p. 15).

De acordo com Peroni (2004, p. 60), a Constituinte Escolar,

Foi um momento importantíssimo e estratégico para a comunidade escolar estabelecer suas propostas, aprofundar a gestão democrática na escola, e, também, garantir a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, neste momento decisório para a educação no Mato Grosso do Sul.

Após um período de discussão no âmbito das escolas, sobre as temáticas sistematizadas em cadernos, nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001 aconteceu em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, o I Congresso Estadual da Constituinte Escolar. Entre várias atividades, como conferências e palestras proferidas por professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade de São Paulo (USP), houve a grande plenária para a votação das

emendas e propostas resultantes dos seminários escolares, sistematizando, assim, o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, foi aprovado, no I Congresso Estadual da Constituinte Escolar, o **Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino** (MATO GROSSO DO SUL, 2001a). Conforme palavras do Secretário de Estado de Educação, Pedro Kemp, no texto de apresentação:

[...] germinou no solo da esperança, acalentada por aqueles que acreditam na educação como instrumento de transformação, cresceu no chão das escolas e seus resultados vão apontar novos caminhos.

A partir de diretrizes forjadas na luta dos trabalhadores em educação pela democracia, pela justiça e pela liberdade, surge de baixo para cima, como resultado das discussões teóricas sobre a sociedade e a educação, do olhar crítico sobre as práticas pedagógicas e da elaboração de propostas que apontam para educação de qualidade social.

A diferença de um plano ‘encomendado’ para um plano elaborado a partir de um processo coletivo de participação dos sujeitos envolvidos é que só o segundo é capaz de refletindo desejos, necessidades, angústias e esperanças, dar respostas efetivas aos interesses de classe de quem o elaborou. Uns poucos se recusam a participar, muitos se engajaram no percurso, milhares ousaram acreditar e ajudaram a escrever uma nova história da educação no Estado.

Durante o processo muitas propostas foram pactuadas e já passaram a integrar as políticas educacionais. [...] Outras ainda, exigirão longo processo de organização do trabalho coletivo, de tomada de decisões e de investimentos para se tornar realidade. Caberá a sociedade organizada, em especial aos movimentos do setor educacional, aos interessados na educação o acompanhamento e a fiscalização da fiel execução do plano que é de todos nós.

Creemos que cada pessoa hospeda dentro de si uma verdadeira ‘águia’ adormecida, ou seja, a capacidade de lutar diante das situações de opressão coletiva que ameaçam nosso horizonte de esperança. Esta ‘águia’ quer nascer, sente o chamado das alturas, busca o sol. Por isso, cabe a nós educadores tornar a educação poderoso instrumento para o grande desafio de libertar a águia que nos habita. Sem as armas da educação será difícil, senão, impossível a transformação que almejamos. Nascemos para as alturas. Jamais nos contentaremos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar (MATO GROSSO DO SUL, 2001a, p. 6).

Portanto, o documento assinala que a elaboração do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino ocorreu por meio de estudos, debates e discussões, com base em um processo de participação coletiva, considerando as necessidades da comunidade sul-mato-grossense, visando uma proposta comprometida com os direitos e interesses da população e aprovado pelos trabalhadores em educação, pais de alunos, estudantes e militantes de movimentos sociais (MATO GROSSO DO SUL, 2001a, p. 6).

Este Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, fundamentado nos princípios da democracia plena e do direito à igualdade concreta entre os homens, tem entre seus objetivos essenciais:

O compromisso de oferecer uma escola pública de qualidade social, com a convicção de que ela possa vir a ser o instrumento necessário para a construção coletiva de um novo modelo social, com vistas à superação do modelo capitalista vigente. Para tanto, defende o fortalecimento da autonomia, a educação para o desenvolvimento pleno dos sujeitos, a qualidade enquanto melhoria de condições de vida e a responsabilidade do Estado para com as políticas sociais (MATO GROSSO DO SUL, 2001a, p.11).

No entanto, no dia 28 de junho de 2001, culminando com o término do Congresso Estadual mencionado, o Secretário de Estado de Educação recebeu o comunicado<sup>7</sup> de seu afastamento do cargo, situação estendida a toda a sua equipe<sup>8</sup> de trabalho, que no ato da Constituinte Escolar, formava o quadro de coordenadores gerais, assessores e consultores.

Segundo Aranda e Senna (2005, p. 14) “a mudança de Secretário no ano de 2001 estava diretamente ligada a questões de ordem política”. Conforme Calixto (2008, p. 104) “a disputa política no interior do PT motivou a saída de Kemp da Secretaria de Educação para introduzir Biffi e seu grupo, pois o governo necessitava construir alianças para as eleições de 2002 e precisava do apoio do referido grupo que, sistematicamente, tecia críticas a gestão do governo José Orcírio, veiculada por meio da mídia”.

No interior do Projeto político-educacional da Escola Guaicuru, encontra-se a proposta para o Ensino Médio, discutida, também a partir de 1999, ao longo do processo do movimento da Constituinte Escolar.

---

<sup>7</sup> Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, em 28 de julho de 2001. Comunicado expedido pelo Governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT.

<sup>8</sup> Romilda Paracampos de Almeida (Superintendente de Políticas de Educação), Ilza Mateus de Souza (Coordenadora de Normatização das Políticas Educacionais), Elba Cristina Ferreira da Silva (Coordenadora da Educação Infantil e do Ensino Fundamental), Jussara Rodrigues de Almeida (Coordenadora do Ensino Médio e da Educação Profissional), Maria da Graça Amaral Silva (Coordenadora de Políticas Específicas em Educação), João Roberto Talavera (Superintendente de Apoio à Educação), Reginaldo Sanches da Silva (Coordenador de Rede Física), Maria Clotilde Pires Bastos (Coordenadora de Desenvolvimento Pedagógico), Bartolina Ramalho Catanante (Coordenadora de Gestão Escolar), Francisco Givanildo dos Santos (Coordenador de Programas Especiais), Terezinha Pereira Braz (Coordenadora de Projetos e Convênios), Élson Lot Rigo (Coordenador de Informação e Desempenho de Educação), Kelly Cristina de Lima Garcia (Superintendente de Administração e Finanças), Ana Maria da Silva Lata Escobar, Sílvia Mota Baez do Carmo (Coordenadora de Recursos Humanos), Walkiner Gonçalves França (Coordenador de Suprimento). Na coordenação específica da Constituinte Escolar: Francisco Givanildo dos Santos, Adriana Borges de Barros Godoy, Isabel Cristina Penteado Rezende, Leila Benites Ricardo, Nelson dos Santos, Noélia Maria Matos de Moraes Correia e Rejane Aparecida Rodrigues Candado. Na consultoria e assessoria: Vera Maria Vidal Peroni e Lígia Klein (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p.2-3)

## 2.4 A proposta do Ensino Médio no Projeto “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”

A proposta curricular do Ensino Médio, conforme o Caderno 2 (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 17), visava implantar um currículo para o Ensino Médio que tinha por objetivo desenvolver um processo que superasse o modelo tradicional, fundamentado na teoria do capital humano<sup>9</sup> que embasou a Lei n. 5692/71, ou seja, a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

Assim, as propostas apresentadas pela Escola Guaicuru para o ensino médio, segundo Brito (2008, p. 4),

partiram das críticas à forma como essa etapa da educação básica aparecia nas políticas neoliberais, a saber: não era prioridade, no que dizia respeito ao acesso, o que dificultava, inclusive, o seu financiamento; quebrava o caráter universal do projeto de escola comum, quando instituiu a profissionalização como meta, por meio do fortalecimento do ensino profissional, por um lado, e a formação geral, por outro; ao insistir na idéia de formar o jovem para o mercado de trabalho, reeditava a crença da Teoria do Capital Humano, enfatizando que o investimento em educação deve ser visto como investimento produtivo para a sociedade e para o indivíduo.

Durante os debates da Constituinte Escolar, o Ensino Médio constituiu-se em um dos temas centrais e por isso serviu de apoio para as discussões da Política do Ensino Médio. O texto preliminar denominado de Proposta Político-Pedagógica foi elaborado pelo Núcleo de Ensino Médio/SED-MS, e publicado no Caderno denominado “O Ensino Médio na Escola Guaicuru” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b).

A esse respeito, Souza (2005, p. 58) acentua que após vinte anos de políticas ajustadas aos ditames do governo federal, é digno de registro que Mato Grosso do Sul tenha apresentado um pensamento diferente ao que emana da instância maior, o MEC. Apresentou essa diferença teórica, entre outras, na questão da ética ao criticar, por exemplo, os livros didáticos de baixa qualidade.

Nos termos do Caderno,

[...] a sociedade do capital, em sua lógica e, por conseqüência, com sua ética da exclusão, tem mantido fora das escolas grandes contingentes de jovens; tem oferecido um ensino pautado em livros didáticos de qualidade deplorável, que favorecem muito mais as Editoras do que os alunos; tem se omitido de considerar nos currículos as contribuições culturais das etnias

---

<sup>9</sup> Entende essa teoria que o investimento em qualificação profissional rende divisas para o país, tirando-o do estágio de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que capitaliza as potencialidades individuais (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 17).

formadoras da cultura brasileira, de combater a discriminação aos grupos minoritários da sociedade. A lógica do capital contribui assim, por meio da exclusão, para ocultar dos cidadãos a compreensão dos verdadeiros móveis que geram problemas como, a atual qualidade do conhecimento, a prostituição infantil, a proliferação da AIDS, a depredação do meio ambiente (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 10).

Conforme Calixto (2008, p. 91) “a equipe que assumiu a Secretaria de Estado de Educação propôs aos educadores das escolas estaduais um debate que possibilitasse a formulação de uma Proposta Pedagógica para o Ensino Médio do Estado”. Para a autora, “a escola passou a ser um espaço de discussão coletiva para instaurar esta nova iniciativa”.

Ainda segundo Calixto (2008, p. 91),

a SED/MS convidou os profissionais de educação envolvidos com o Ensino Médio noturno e solicitou que cada unidade escolar, de acordo com as suas reais condições, desenvolvesse uma proposta alternativa para o ensino médio do referido período, pois era a etapa de ensino que apresentava maior índice de evasão e repetência.

Nesse sentido, a elaboração do Caderno “O Ensino Médio na Escola Guaicuru”, pautou-se pela preocupação de propr princípios e diretrizes para o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul e firmar diferença em relação às políticas nacionais emanadas do governo federal.

Dentre os aspectos norteadores das diretrizes da Escola Guaicuru para o Ensino Médio, destacam-se:

1. Quebra do parâmetro neoliberal responsável pela focalização das políticas públicas educacionais no ensino fundamental, abrindo espaço para o fortalecimento e valorização das outras etapas e modalidades de ensino (educação infantil, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial e o ensino médio e superior). Esse processo deveria partir da discussão de princípios, passando pelos currículos e chegando até a questão financeira;
2. Fortalecimento do saber científico e tecnológico, visto como aspecto básico da formação para a cidadania. Isso implicaria, por um lado, numa mudança teórico-metodológica, que partiria, necessariamente, da problematização da organização do trabalho didático, tal como se materializará até então no contexto da escola, chegando até os currículos e o instrumento de trabalho fundamental do professor, o livro didático. Por outro lado, tais aspectos teriam como suporte material o acesso à informática, não só para o gerenciamento e suporte administrativo para as mudanças pretendidas, mas, sobretudo como ferramenta do trabalho do professor em sala de aula;
3. Formação inicial e continuada do profissional da educação. Baseados na diretriz de que a escola única devia ser de formação geral para todos (e não dicotômica, ou seja, de acesso ao conhecimento geral para uns, e de formação para o mercado de trabalho, para outros), a Escola Guaicuru elegeu a valorização dos trabalhadores em educação como um de seus

- princípios, o que incluiria contemplar o alargamento de sua competência técnico-política para o exercício da docência;
4. Gestão democrática e participativa da educação, que incluiria o gerenciamento colegiado das unidades escolares, com o incentivo à formação dos grêmios estudantis e o fortalecimento de práticas já estabelecidas na rede estadual de ensino, como o colegiado escolar e a eleição direta de diretores (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 21-25).

De acordo com Brito (2008, p.2), com base no documento do governo (MATO GROSSO DO SUL, 1998), que apresentava como objetivo, construir uma escola democrática, o projeto se apresentava como alternativa à perspectiva tecnocrática neoliberal, então vigente em termos de governo federal, cujas propostas estavam centradas numa educação voltada para a competitividade, “visando a inserção do sujeito-educando e do país nos mercados local, nacional e internacional”. Assim,

contrapunha-se um projeto baseado nos interesses dos trabalhadores, cuja preocupação central deveria ser a formação geral de alunos e professores para o exercício da cidadania, por meio da apropriação e reelaboração dos conhecimentos produzidos no contexto social. O acesso de todos à educação pública marcaria, em última instância, o caráter democrático a ser assumido pela educação escolar mantida pelo Estado (BRITO, 2008, p.2).

A Superintendente de Educação (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009) acentua que já havia um projeto para o ensino Médio assinado entre a Secretaria de Estado e o MEC. No entanto,

[...] nós trabalhamos em cima desse projeto. Nós reformulamos esse projeto, porque ele não tinha ainda se construído ao ponto de ser apresentado ao MEC. E aí nós trabalhamos a nossa política. Quando a consultoria do MEC veio, nós tivemos o nosso primeiro caderno do Ensino Médio, onde nós fazemos crítica ao MEC. Era assim a nossa relação com o MEC era muito claramente colocada que, ideologicamente nós tínhamos posições diferentes e que isso apareceria nos documentos, não tinha como não aparecer. Mas que nós estávamos abertos a fazer considerações em nosso documento, desde que esses pontos centrais que demarcavam a nossa diferença, não fossem alterados. Fossem respeitados. E assim nós trabalhamos.

E continua:

Quando nós elaboramos o nosso primeiro documento, Caderno do Ensino Médio, a consultora veio e ela falou: nós discordamos em alguns pontos onde vocês fazem a crítica ao MEC do projeto Pró Jovem, mas como vocês deixam claramente a política de Educação que é traçada a partir da política do governo popular, nós também respeitamos os pontos de vocês, e isso não é ponto que leve o impedimento da aprovação do projeto. Porque o projeto previa recursos grandes para MS. Então houve muita transparência e eles sentiram muita seriedade no trabalho que a gente estava fazendo. (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Desse modo, o Caderno “O Ensino Médio na Escola Guaicuru” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b), expressa a proposta referencial do projeto, constituindo-se o instrumento para nortear as discussões acerca do Ensino Médio. Portanto,

Seu caráter referencial decorre do entendimento de que, muito embora a direção seja fundamental a todo projeto político-pedagógico e, portanto, ao projeto de transformação social desencadeado pelo Governo Popular, não se pode desconsiderar que a grande força propulsora de mudanças são os homens nos seus fazeres coletivos, nas instituições onde trabalham, a partir de suas próprias necessidades. Nesse sentido, entende-se que, no anonimato das salas de aula, nas muitas experiências desenvolvidas por professores e alunos, já vem sendo gestado um novo modo de entender e fazer educação. (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 9).

Assim, aponta que as experiências pedagógicas inovadoras praticadas pelas escolas públicas do estado significam, conforme o referido Caderno (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 10),

[...] práticas assentadas nos princípios de uma nova ética, isto é, na qualidade social<sup>10</sup> onde respeito e justiça sejam valores que incluam a superação de práticas embasadas na velha ética própria do capitalismo, cujas expressões são o preconceito, a discriminação, e a exclusão social, uma ética que tem favorecido a uma parcela mínima da sociedade em detrimento, hoje, da grande maioria da população.

Sob essa ótica, segundo consta no documento, cabe à Escola Guaicuru ao “desvelar os mecanismos que demandam a política neoliberal para o ensino médio construir, juntamente com as escolas que oferecem ensino médio em Mato Grosso do Sul, um novo currículo, cujas práticas pedagógicas sejam fundadas em novos princípios que não os do capital” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 17).

O currículo referencial, conforme consta no Caderno (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p.18-19), assenta-se em três eixos básicos, com base nos quais a escola poderá discutir, criticar, responder as indagações e propor situações e experiências convergentes para a formação do cidadão, tanto nas áreas que compõem a formação geral quanto na parte diversificada do currículo.

**Eixo n. 1** - Formação cultural: apropriação dos elementos culturais produzidos pelo homem, ao longo de sua caminhada histórica e a consciência da produção cultural de um povo como instrumento fundamental na formulação de novos princípios e valores sociais.

---

<sup>10</sup> “O conceito de qualidade total concebe todas as coisas como produto, mercadoria vendável, incluindo nessa concepção o próprio homem. Diferentemente, a qualidade social está centrada na valorização do homem como ser social e solidário, no processo de sua vida e no seu bem-estar” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 10).

**Eixo n. 2** – Formação econômica: requer o domínio dos fundamentos históricos que regem as relações de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais e espirituais, na sociedade contemporânea.

**Eixo n. 3** – Formação política: concebida como um conjunto de atitudes que deve desenvolver, não só o aluno, mas também o professor responsável pela formação da cidadania. É preciso que os conhecimentos adquiridos se revertam em atitudes concretas, no cotidiano da escola e da vida em sociedade e que tanto alunos como professores assumam posições frente às diferentes situações sociais.

O Caderno acrescenta que “formar politicamente significa, inclusive, questionar e redimensionar as competências e habilidades elencadas pelos PCN”. E ainda, “é preciso explicitar, para o aluno, a natureza dos acordos e condutas sociais, os interesses conservadores da ordem vigente, que informam o jogo social” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 19).

Com base nos eixos constituintes da formação do cidadão é que se definiu a proposta pedagógica referencial, de modo que sirva como referência ao trabalho no ensino médio. Conforme consta no Caderno “O Ensino Médio na Escola Guaicuru”, procurou-se considerar todos os elementos do processo escolar, bem como os agentes envolvidos (ANEXO 7).

Como se pode verificar, o Ensino Médio do projeto Escola Guaicuru propõe superar o ato de repassar o conhecimento, apresentando uma proposta alternativa, no sentido de possibilitar ao aluno, por meio de situações educativas, o acesso ao conhecimento sistematizado, construído historicamente, conhecimento que não se adquire por uma soma de informações, mas pelo domínio de uma teoria, no sentido de superar a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade nasce dentro de um movimento do mundo contemporâneo de tentar unir o que a história separou, de tentar imprimir um sentido humano ao excesso de racionalização das ciências. A divisão do trabalho nos moldes da indústria moderna exigiu que a ciência fosse sendo produzida de forma específica e especializada. Isso possibilitou a negação de um sentido histórico, isto é de uma utilidade, de uma finalidade construtiva para o conhecimento (MATO GROSSO DO SUL, 2001c, p.18).

Quanto à seleção, organização e abordagem social do conhecimento,

Diferentemente do que propõe o Parecer 15/98 CNE, entende-se que o esforço interdisciplinar que redundou na organização das áreas, nos PCN, não permitirá, necessariamente, uma visão de totalidade social e das dimensões humana do conhecimento. A proposta interdisciplinar do Parecer 15/98 CNE, sugere o trabalho didático a partir de projetos, temas geradores, articulação das disciplinas, integração de conceitos ou de epistemologias, coleta de informações sobre o cotidiano e a cultura do aluno. No entanto, nenhum desses procedimentos e artifícios garante a compreensão necessária do conhecimento, para que este se transforme em instrumento de

consciência, de cidadania e de luta (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 24).

Segundo o documento, se obtém o conhecimento socialmente útil pela abordagem dos conteúdos, sustentada por um referencial teórico-metodológico, de forma a possibilitar uma visão de totalidade social, levando-se em consideração os interesses antagônicos que permeiam a sociedade.

Ao criticar a proposta interdisciplinar expressa no Parecer 15/1998 do CNE, o Caderno enfatiza que,

Não por acaso, esse conceito ganha expressão e notoriedade no momento em que as empresas buscam, através do trabalho polivalente, uma forma de resolver a organização produtiva através da intensificação da exploração do trabalhador, e, no momento em que o discurso neoliberal tenta responder à crítica de que o trabalho produtivo parcializado inviabiliza para o trabalhador uma concepção de totalidade do conhecimento. (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 24).

Nessa direção, a proposta, com base na perspectiva teórico-metodológica assumida, entende que,

Como para o trabalhador produtivo, a solução para o aluno está em compreender seu papel, suas possibilidades e limites como cidadão, a partir e no interior do movimento e da lógica da acumulação de capitais, naquilo que esse movimento e essa lógica torna excludente e injusto no processo de cidadania, na perspectiva aqui concebida, e naquilo que ele, cidadão, pode contribuir com as transformações sociais.

**Esta compreensão tanto pode ser obtida no trabalho em área como no trabalho por disciplinas, pois a questão não é de natureza técnica e organizativa, mas de natureza teórico-metodológica.** De modo que o conteúdo deve ser trabalhado numa abordagem que permita aos alunos percebê-lo a partir de uma totalidade histórica que inclui toda a trajetória humana até os dias atuais e no interior da qual os homens ergueram as civilizações [...] (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 25, grifo do texto).

Sob essa ótica, ao argumentar que “os conhecimentos serão entendidos como formulações conceituais dos homens para responder necessidades do seu tempo”, o documento apresenta um exemplo, afirmando que encaminhar os alunos a uma atividade de campo para constatar a ação do homem sobre a natureza, pouco resolve, se eles não tiverem o entendimento de que “a lógica acumulativa do capital é, por natureza, depredatória, ao invés de lutar contra essa lógica e contra esse modo de produzir a vida, sua ação alcançará apenas a dimensão técnica de preservar o meio-ambiente. Não resultará assim, num trabalho político de combater os móveis da depredação ambiental” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 25).

Como analisa Souza (2005, p. 80) “para o Ensino Médio Guaicuru o problema não foi de ordem metodológica: de como, porque, quando ou o que ensinar e sim sob quais

princípios teóricos compreender-se-ia o conhecimento”. Nesse sentido, a autora ressalta que “buscou-se contrapor o conceito da interdisciplinaridade, entendido não como se preconizou nos manuais didáticos ou de metodologia científica”. Segundo a autora, “a questão independia do conteúdo ou disciplina, independia serem trabalhados agrupados interdisciplinarmente em áreas de conhecimento, ou não, pois o problema não era de natureza técnica e organizacional; a resposta a essa problemática encontrou-se em função de fatores teóricos”.

Desse modo, a autora acentua que “a contextualização deu-se na perspectiva da totalidade, ao situar o conhecimento no tempo histórico que o gestou, para desnudar a lógica, as razões e a união das disciplinas, significou organizar o currículo em unidades temáticas, nas eras históricas e no referencial teórico” (SOUZA, 2005, p. 80-81).

Em relação à proposta de organização do ensino médio, segundo a Superintendente de Educação entrevistada:

A reforma curricular, ela tinha os conteúdos do núcleo comum, por área de conhecimento e a parte diversificada. A gente investia nos projetos que era, como traduzir esse conhecimento, como nós vamos fazer para aplicar esse conhecimento na nossa comunidade. E aí a gente viabilizava a iniciação científica do nosso aluno. A aplicação do seu conhecimento em projetos que dessem respostas para a comunidade. Esse era o grande objetivo dos projetos que passou a ter a sua carga horária própria no quadro curricular. Nós queríamos nos liberar dessa questão, desse tempo, mas isso legalmente, infelizmente você está presa, você tem os limites estadual, federal, da própria legislação que te impede a romper de algumas coisas que você pretende. Mas isso também não impedia que nós déssemos saltos de qualidade na nossa proposta. A gente não precisava ficar amarrado nessa forma que estava organizado o trabalho (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Os projetos de pesquisa podiam incluir: apresentações culturais, pesquisas científicas, seminários, palestras, vídeos, painéis, entre outras formas, desde que os temas escolhidos pelos alunos sob orientação do professor, contribuíssem com a comunidade na qual o aluno estava inserido.

Assim sendo,

Tinha carga horária para base comum, tinha carga horária para parte diversificada. A parte diversificada seria a parte dos projetos. Isso se modificou, foi uma proposta diferente, porque ela não foi uma proposta traduzida como indicada pelo MEC. Teve uma característica muito particularizada de Mato Grosso do Sul (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

De acordo com a pesquisa de Souza (2005, p. 99), todas as escolas entrevistadas afirmaram ter organizado o trabalho didático com o recurso metodológico do projeto, orientado em áreas de conhecimento, de forma que as disciplinas pudessem contribuir com a pesquisa, superando os limites da disciplina e das áreas do conhecimento.

Além disso, a SED/MS, por meio da Diretoria de Educação Básica (DEB) e do Núcleo do Ensino Médio (NEM), apresentou uma proposta alternativa para atender o Ensino Médio noturno, denominada Projeto Aulas Programadas, que consistia em flexibilizar o primeiro e o último tempo aos alunos, para que desenvolvessem projetos de pesquisa. As escolas tinham autonomia para organizar os horários de aula do período noturno para melhor atender as necessidades dos alunos trabalhadores.

A esse respeito, a superintendente faz a seguinte afirmação:

Nós aproveitamos a experiência do Ensino Médio para colocar os projetos. Foi uma experiência que a gente teve com as aulas programadas que nós implantamos quando assumimos o governo, para resolver a questão do noturno que era um índice de falta muito grande dos alunos do noturno, no primeiro e último tempo. E nós instituímos as aulas programadas, que eram os projetos que os professores poderiam trabalhar no primeiro e no último tempo, e isso mexeu com a estrutura da escola, mexeu com a forma do trabalho didático dentro da escola. Isso foi referência para a gente propor isso numa forma mais estruturada e mais avançada, voltado ao Ensino Médio, na proposta do Ensino Médio (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

A entrevistada acrescenta, “nos projetos, você trabalhava conteúdos, mas também era uma forma de ter a iniciação científica no ensino médio, que era você trabalhar com a pesquisa com os alunos do ensino médio, era viabilizar isso” e os professores precisavam se interagir, se articular nesses projetos. De acordo com o seu relato, “havia uma carga horária específica para trabalhar nesses projetos, que mexeu no quantitativo da carga horária da grade curricular de cada professor”. Assim, a proposta previa como estratégia metodológica de ensino e aprendizagem nas escolas da Rede Estadual de Ensino Médio, o ensino por meio de projetos, com flexibilidade de horário para o aluno do período noturno e assegurando menor carga horária do professor em sala, para que tivesse tempo de estudar, pesquisar e orientar projetos” (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Dessa forma, conforme o Caderno, entendendo-se que o ensino noturno abriga os estudantes que já estão no mercado de trabalho e que “o aluno trabalhador sofre um desgaste significativo durante sua jornada de trabalho, chegando à escola em condições nem sempre as mais favoráveis ao desempenho das atividades escolares”, o **Projeto Aulas Programadas** surgiu do compromisso de a Secretaria de Estado de Educação em:

[...] minimizar esse problema e criar condições de funcionamento, no noturno, para atender melhor o aluno que trabalha, apontando uma solução prática para a questão do horário de entrada dos alunos que trabalham durante o dia. Consiste sua proposta, de acordo com a necessidade de cada escola, em elaborar um projeto de pesquisa, para ser desenvolvido pelos

alunos e orientado pelos professores, durante o 1º ou 5º tempo, ou durante ambos. O aluno pode desenvolver as atividades do projeto em locais diversos. Os professores permanecem na escola para orientar (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 32).

Na entrevista, a Superintendente detalha, um pouco mais, sobre o uso de projetos no ensino noturno:

[...] a gente tinha um estrangulamento na questão do ensino noturno, porque o aluno tinha dificuldade de chegar no primeiro tempo. Se era uma discussão do projeto, ele podia chegar 7h, 7h10min, 7h15min, porque a discussão do projeto era particularizada ou coletiva, na medida que o grupo sentia necessidade. O professor estava disponível para discutir com o aluno as questões práticas que ele estava desenvolvendo no projeto ou as discussões teóricas que ele estava desenvolvendo na pesquisa que estava fazendo, que podia ser discutido no último tempo, porque também era uma aula mais prazerosa. Porque o aluno no último tempo, ele está cansado para a aula teórica que o professor dava em sala de aula. O projeto era uma discussão, uma coisa mais prática, mais participativa, forma mais prazerosa para o aluno. E assim foi definida a política do Ensino Médio (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Na análise de Souza (2005, p. 85), o projeto de pesquisa possibilitou flexibilizar o horário, na entrada e na saída do aluno noturno, de forma que o aluno no primeiro e no último tempo de aula colocasse em discussão o seu projeto ao professor, que ficava na sala orientando, portanto, o horário foi flexibilizado para o estudante e não para o professor. No entanto, “não se flexibilizou o tempo dedicado ao projeto no período diurno, pois não apresentou os mesmos problemas do noturno”. Esse foco diferenciado no ensino médio noturno foi em decorrência das dificuldades que os alunos apresentavam como o cumprimento de horário.

O tempo flexibilizado no noturno, de acordo com a autora, permitiu desenvolver tais projetos e enfrentar os problemas de atrasos no horário de entrada do aluno e, no caso de antecipação do tempo de saída da escola, por motivos variados, como o horário de encerramento de aula ser diferente ao do transporte coletivo ou porque se temia a violência urbana (SOUZA, 2005, p. 85).

Assinala-se que o Caderno “O Ensino Médio na Escola Guaicuru” registra depoimentos e fichas de avaliação, elaborados pelos alunos e professores, por exemplo, da Escola Estadual Waldemir Barros da Silva de Campo Grande e acentua que “os alunos afirmam que o projeto permitiu a dinamização do conteúdo e sua associação com a vida prática. Os professores perceberam, no desenrolar do projeto, uma mudança significativa no comportamento do aluno e o despertar de um novo interesse nos conhecimentos pesquisados”.

Este interesse, segundo consta no Caderno, decorre do fato de que os conteúdos foram discutidos de forma contextualizada, possibilitando ao aluno a recuperação do sentido da existência humana no interior da sociedade (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 33).

Assim, a proposta da Escola Guaicuru enfatiza a articulação entre a Base Comum de formação geral, definida nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, a partir das três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, e a Parte Diversificada onde se produziam as condições para o aprofundamento dos eixos básicos (formação cultural, econômica e política).

A respeito da proposta de reforma curricular a entrevistada acentua:

A reforma curricular, ela tinha os conteúdos do núcleo comum, por área de conhecimento e parte diversificada. A gente investia nos projetos, que era como traduzir esse conhecimento, como nós vamos fazer para aplicar esse conhecimento na nossa comunidade. E aí a gente viabilizava a iniciação científica do nosso aluno. A aplicação do seu conhecimento em projetos que dessem respostas para a comunidade. Esse era o grande objetivo dos projetos que passou a ter a sua carga horária própria no quadro curricular.

A perspectiva que se fundamentava essa proposta, a perspectiva teórica mesmo que fundamentava o nosso trabalho era a Ciência da História<sup>11</sup>, que era por onde a gente caminhava teoricamente em todas as áreas da Secretaria de Educação.

A preocupação da proposta para o Ensino Médio era oferecer uma formação teórica consistente para este jovem, para que ele pudesse com esse conhecimento, ou seja, ele tinha que traduzir de certa forma no conhecimento dele, da sua realidade e dele poder participar ativamente dessa sociedade, para poder concorrer nesse mundo, nesse cotidiano, no seu trabalho na circunstância que fosse. Não tinha esse foco de preparação para o vestibular (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Ao ter como referencial a ciência da história, a proposta do Ensino Médio da Escola Guaicuru entende que para o acesso ao conhecimento,

[...] não se pode abrir mão dos clássicos, porque a caminhada dos homens se revela por meio de sua leitura. Neles estão registradas as lutas dos homens, as paixões e os compromissos que animam essas lutas. Neles, se revela a construção das civilizações como tarefa humana. Nele, é possível perceber que sendo a história tarefa humana, cabe-nos, hoje, através das nossas ações darmos consequência a esse trabalho gigantesco de mudar o curso da história. (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 26-27).

---

<sup>11</sup> Segundo Marx e Engels, o homem elaborou concomitantemente teoria e prática e configurou, assim, a única ciência, a **ciência da história**. (MARX; ENGELS, 1979, p. 46).

Nesse sentido, o documento ressalta que a seleção dos conteúdos deve contemplar a preparação do aluno para viver socialmente, sendo importante que o professor leve em consideração o contexto histórico, as transformações tecnológicas, o avanço das ciências, naquilo que esse contexto traz de possibilidade de mudanças e não de conservação. Assim, “a organização dos conhecimentos necessários à formação geral, bem como à parte diversificada do currículo, pode ser feita por Unidades Temáticas”. Sendo assim, “a criatividade e a autonomia adquirem uma dimensão renovada”, ou seja, “significam o direito dos professores de ousarem a superação do livro didático, organizando as Unidades Temáticas em Cadernos [...], que não serão uma réplica daquele, mas constituirão desdobramentos desta Proposta, no sentido da construção coletiva de uma escola voltada para a cidadania comprometida com a superação da ordem social vigente” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 27).

Reporta-se, a Souza (2005, p.83) ao afirmar que se buscou “[...] empreender os conteúdos na categoria totalidade social, todavia não requereu a superação dos *conteúdos entre a parte diversificada* e a parte geral, manteve-as por exigências legais”.

Na LDB n. 9.394/96, a Parte Diversificada foi “[...] exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela [...]” (BRASIL, 1998, p. 76). O Ensino Médio na Escola Guaicuru, por sua vez, propõe trabalhar o conhecimento historicamente produzido, por meio do resgate do pensamento dos homens que o elaboraram em cada tempo histórico.

Considerando-se que se existe algum avanço na proposição de um currículo por área de conhecimento, este implica a abertura de possibilidade para uma melhor articulação entre o conhecimento e a totalidade social, se trabalhadas adequadamente estas áreas. (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 23).

O Ensino Médio da Escola Guaicuru, como parte desse complexo social, diferencia-se ao fundamentar-se na perspectiva da ciência da história e quanto à contextualização do conhecimento quando, conforme Souza (2005, p. 83): 1) aprofundou o conhecimento, por meio dos eixos cultural, científico e econômico; 2) trabalhou o eixo não como disciplina; 3) utilizou os eixos também no projeto de pesquisa; 4) desenvolveu projetos artísticos; 5) imprimiu o recurso do seminário; 6) organizou aprofundou o conhecimento, por meio dos eixos cultural, científico e o trabalho didático em oficinas; 7) estruturou aulas programadas.

Com base nas discussões realizadas, o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, aprovado no Congresso Estadual da Constituinte Escolar, indicou que a Parte Diversificada

[...] está intrinsecamente relacionada ao conteúdo da Base Nacional Comum e será operacionalizada na Rede Estadual de Ensino em atividades de iniciação científica, por meio de projetos de pesquisa, por área de conhecimento, visando incentivar nos jovens a capacidade de criar, de pesquisar e de sistematizar o conhecimento, tendo como referência o aparato científico e tecnológico produzido pela humanidade; possibilitando ao aluno aprender a partir da problematização de situações concretas vivenciadas por ele e em comunidade, buscando o entendimento e interação na sociedade, consciente de seus limites e possibilidades (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 20).

Apontou ainda, que,

Os temas a serem desenvolvidos nos projetos terão por base o diagnóstico realizado por meio de pesquisas com alunos e professores e em consonância com os conteúdos das disciplinas das diferentes Áreas de Conhecimento. Estes devem contribuir para a análise da realidade Cultural, Política e Econômica da comunidade onde o aluno está inserido, a fim de gerar ações sociais concretas (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 21).

Referindo-se, ainda, à Parte Diversificada, “além de Projetos de Pesquisa, integra a Língua Estrangeira Moderna, que faz parte da Área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias e deve ser oferecida considerando os interesses da comunidade escolar e as condições da escola para esse atendimento” (MATO GROSSO DO SUL, 2001a, p. 20).

Quanto à aceitação dessa proposta por parte dos professores, coordenadores e diretores, segundo a Técnica 1 (2009), “não foi tranqüila”, conforme ela menciona:

Não foi tranqüila, até por conta do entendimento, não foi tranqüila porque mexia no cotidiano de sua prática, tinha que sair da rotina, entender essa nova proposta, mudar a sua forma de fazer as coisas. Então ela não foi tranqüila, mas ela não foi imposta. Ela foi construída. Então nós fomos tendo respostas diferenciadas das escolas. Escolas que apresentavam boas propostas e bons resultados, escolas que estavam caminhando no processo, outras que estavam assimilando. Quando nós saímos, o processo estava assim. Níveis diferentes de encaminhamento dessa proposta nas escolas de Mato Grosso do Sul (T1, ENTREVISTA, 06/03/09).

E acrescenta:

Mas assim, o que a gente via, pude assistir muitas apresentações culturais que eram as apresentações finais dos projetos e de que forma que eles estavam trabalhando com os clássicos que também era uma proposta nossa. Que toda a fundamentação teórica para eles, a busca de pesquisa, deveria ser nos clássicos. Então isso não é uma mudança que se faz rapidamente. Precisava-se um grande investimento (T1, ENTREVISTA, 06/03/09).

Conforme Souza (2005, p. 85), “o recurso do projeto veio ao encontro das expectativas da escola, assim como gerou críticas dos docentes porque: 1) não foram formados para desenvolvê-lo; 2) não foi objeto de concurso a aula de projeto; 3) o conteúdo programático para as aulas regulares é extenso”.

Segundo a proposta da Escola Guaicuru, o professor é o elemento fundamental que precisa “mudar os seus conceitos e derrubar preceitos, preparar-se e também preparar os alunos para situações de instabilidade, riscos e poucas escolhas”, e ao mesmo tempo, “de acenar-lhes com a possibilidade histórica de se construir uma sociedade baseada em novos princípios”. Também o diretor “tem um papel relevante nas transformações pedagógicas da escola, pois cabe a ele propiciar as condições materiais e políticas para a realização de mudanças”. Ao coordenador pedagógico compete “estimular as iniciativas de mudança” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 20, 23-24).

No que se refere à avaliação, o Caderno do Ensino Médio afirma que “no atual sistema escolar, tem servido como instrumento de punição e aferição dos resultados”. Diferente desta formulação, o Ensino Médio Guaicuru entendeu que,

[...] avaliar significa oportunizar aos alunos instrumentos que lhe permitam vencer etapas e descobrir novos ângulos no processo de construção de sua cidadania, compreendendo-a como histórica e, portanto, passível de acréscimo e de crítica permanente [...] De modo que a avaliação deve servir para dar ao aluno a medida dos limites do seu trabalho em um dado momento do processo, mas, também, da sua importância e, assim, servir de estímulo para aprimorar o seu conhecimento. É preciso, ainda, ajudar o aluno a superar o medo de ser avaliado e, o mais grave, a idéia de que ele só deve estudar para tirar nota. A nota deve ser discutida pelo professor como uma consequência do bom desempenho do aluno. (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 29).

Nessa ótica, a entrevistada destaca o papel do coordenador pedagógico e do diretor, afirmando que já estava definida com eles,

[...] que era contribuir com a formação do professor na escola. Essa era a grande função do coordenador pedagógico. Não precisava necessariamente que ele fosse a pessoa que tivesse o domínio de todos os conhecimentos para permear os estudos. Ele deveria ser uma pessoa que tivesse um conhecimento que pudesse estar discutindo com a escola, vendo qual era a necessidade da escola, de formação e fazer vinculação com a Universidade, com a organização da sociedade, buscar alternativas para fazer a formação dos professores da escola. Então se ele tinha esse papel, ele tinha grande papel de mobilizador no processo da Constituinte Escolar, mobilizar a comunidade escolar para o estudo. O diretor, nós queríamos um diretor que entendesse do administrativo, mas que fosse a pessoa chave do processo pedagógico. Também tinha essa grande diferença quando discutíamos com os diretores. Isso era claro que o diretor que se envolveu pedagogicamente, a escola dele deu saltos de qualidade. Assim como tínhamos aquele que não tinha o envolvimento ainda. O processo era totalmente diferenciado. Era um caminhar mesmo histórico, cada um com o seu tempo. Claro que a gente investindo, mas cada um aprendendo da sua forma. Tinha uma caminhada diferente nesse processo (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Ainda nessa perspectiva, afirma que uma coisa era visível,

[...] os professores são resistentes a mudanças e eles não participam do processo. Ele não sabe do porquê e até por que você não está ali no dia a dia, e você acaba desrespeitando o processo que eles estão vivenciando. Quando você começa a fazer a discussão a partir deles, da sua prática, vamos analisar o seu fazer e com a consciência de que a escola, ela é refratária de uma coisa maior que é o movimento da sociedade, que é a forma como a sociedade se organiza. Ela é o reflexo desse modo de produção e que, portanto, você professor, você precisa ter uma vinculação de conhecer o seu mundo e saber que mundo você quer construir. Você tem que ter o compromisso. Que mundo você deseja para o seu filho, que mundo você deseja para a nossa sociedade. E aí para eu fazer educação, eu preciso saber que tenho um compromisso muito maior, que é a transformação social e a Escola Guaicuru tinha esse compromisso, era articulado com isso. Nós queríamos uma educação que tivesse esse compromisso com a transformação social, não era qualquer educação. Era uma educação que tivesse esse compromisso e para isso nós tínhamos que entender a escola que nós tínhamos, a estrutura que nós tínhamos, os limites eram dados por que e por quem, até onde nós podíamos ir, quais eram os limites dados pela estrutura e quais eram os limites que nós podíamos romper. Então, quando você começa a trabalhar com essas questões, aí você pode discutir e analisar as práticas deles e aí eles começam a entender e a buscar outros caminhos (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Conforme a proposta, era necessário reorganizar a escola e os educadores teriam que ousar, ser criativos para oferecer instrumentos ao aluno para a sua formação como cidadão. No entanto, segundo Calixto (2008, p. 94), “os professores tinham dificuldades para trabalhar com a proposta, pois precisavam desenvolver uma nova forma de trabalho em sala de aula, diferente da sua prática cotidiana”. Além disso, a pesquisa de Giordani (2005, p. 40), em duas escolas que adotaram a metodologia de projetos, uma no município de Dourados e outra em Amambaí, registrou que a maioria dos docentes não sabia elaborar e nem trabalhar com projetos.

Em relação ao fato de a proposta utilizar os recursos do PROMED, com base em contrato e com a utilização de recursos do Banco Mundial, a Superintendente de Educação argumenta:

Nós fazíamos um esclarecimento, porque como esses Cadernos todos, eram Cadernos que eram discutidos nas escolas, no processo da Constituinte escolar, nós fazíamos um esclarecimento como se fundamentava os projetos e de onde vinham os recursos desses projetos e o que significava a relação com o Banco Mundial, de onde vinham os recursos para a educação, as dívidas que acarretavam, a questão da dependência do País que se vinculava aos Estados Unidos, e ao projeto do capitalismo. Por outro lado, nós tínhamos a clareza que nós também não podíamos abrir mão da vinda desses recursos e daí, como é que tínhamos que lidar com isso (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

Segundo Calixto (2008, p. 86), “as políticas educacionais implantadas na Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul na década de 1990, de certa forma, acompanharam as políticas nacionais e responderam às diretrizes internacionais desenhadas pelos seus organismos de financiamento”.

No entanto, a entrevistada assinala:

Nós tínhamos que ter a clareza disso e usar esses recursos que fossem favoráveis a nós. Por exemplo, utilizar esses recursos na formação de professores. O MEC não definia qual era, que linha nossa de formação. Isso nós podíamos decidir. Então, não tinha implicação nenhuma. A gente tinha que saber qual era a política, por exemplo, do amigo na escola. Então se a escola dissesse que sou favorável ou desfavorável a essa política, ela tinha que saber por que estava sendo desfavorável, o que isso implicava para a escola quando você traz um amigo para a escola, você não traz um profissional para a escola. Você não traz o recurso para que essa escola tenha dinheiro suficiente para manter o seu quadro de profissionais. Então a gente fazia essa discussão com a escola, e isso estava claro nos documentos. Essa era uma grande diferença que demarcou para o MEC, porque nós fazíamos essas críticas a esses projetos do MEC (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

A formação continuada de docentes voltada para a qualidade social da Educação tornou-se tema importante nos documentos do governo, como condição essencial para que a proposta político-educacional para a rede e, principalmente para o ensino médio, fosse concretizada. Conforme Calixto (2008, p. 105), foram três os Programas de formação<sup>12</sup> com contrapartida do MEC/BIRD.

Ainda, segundo a Superintendente de Educação (ENTREVISTA, 06/03/09), “o período do secretário Pedro Kemp foi demarcado pelo investimento no pedagógico”. Continuando, ela afirma: “[...] é claro que você tinha demanda administrativa, da construção das escolas, dar sustentação à estrutura da escola, essa parte é fundamental [...]. Além da infra-estrutura que a escola precisa fazer, nosso grande objetivo era mexer na questão do trabalho didático pedagógico da escola. A escola tinha a função de atender o seu momento histórico”.

Assim, com base nesses pressupostos, foi implantado o Plano Curricular do Ensino Médio, por meio da Resolução SED/MS n. 1.453/2000, sendo que o Currículo do Ensino Médio foi definido para o período diurno com carga horária anual de 867 horas, sendo

---

<sup>12</sup> O primeiro intermediado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura (FAPEC), em 2002. No segundo mandato do governo (2003-2006) aconteceu o segundo programa durante o ano de 2004, intermediado pela URCA e em 2005 o terceiro programa ministrado pela UNIGRAM. Em 2006 aconteceu a última ação de formação continuada de docentes do ensino médio intermediado pela Fundação Candido Rondon com recursos do Estado (CALIXTO, 2008, p. 105).

667 horas para a Base Nacional Comum e de 200 horas para a Parte Diversificada, conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

**Quadro n. 1 - PLANO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – Período diurno/2000**

EIXOS FORMADORES	BASE NACIONAL COMUM	Áreas de Conhecimento	Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
		Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	2	2
Literatura	2		2	2		
Artes	1		1	1		
Educação Física	1		1	1		
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Física	2	2	2		
	Química	2	2	2		
	Biologia	2	2	2		
	Matemática	2	2	2		
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2		
	Geografia	2	2	2		
	Ciências Sociais	2	2	2		
Subtotal horas semanais				20	20	20
Total				667	667	667
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna			1	1	1
	* Áreas de Conhecimento e Eixos Formadores			5	5	5
	Subtotal horas Semanais			6	6	6
	Total			200	200	200
CARGA HORÁRIA TOTAL			Semanal em h/a	26	26	26
			Anual em horas	867	867	867

FONTE: MATO GROSSO DO SUL, Resolução/SED n. 1.453, de 18 de dezembro de 2000.

\*A Parte diversificada, além da Língua Estrangeira Moderna abrangerá as Áreas de Conhecimento por meio de Projetos de Pesquisa considerando os Eixos formadores.

No parágrafo único do artigo 6º da referida Resolução, consta que os horários dos projetos de pesquisa, que são trabalhados na parte diversificada, podem ser desenvolvidos no primeiro ou no último tempo de aula. De acordo com o artigo 7º, a carga horária das

atividades de pesquisa, que é integrada à parte diversificada, é destinada ao aluno e não faz parte do horário de aula.

Quanto ao período noturno, a Resolução/SED n. 1.453 determinou a carga horária anual de 867 horas, sendo 634 horas para a base nacional comum e de 233 horas para a parte diversificada, distribuídas no mínimo em 200 dias letivos, conforme quadro a seguir.

**Quadro n. 2 - PLANO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – Período Noturno/2000**

EIXOS FORMADORES	BASE NACIONAL COMUM	Áreas de Conhecimento	Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
		Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	2	2
Literatura	2		2	2		
Artes	1		1	1		
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Física	2	2	2		
	Química	2	2	2		
	Biologia	2	2	2		
	Matemática	2	2	2		
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2		
	Geografia	2	2	2		
	Ciências Sociais	2	2	2		
Subtotal horas semanais				19	19	19
Total				634	634	634
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna					
			1	1	1	
	* Áreas de Conhecimento e Eixos Formadores					
			6	6	6	
		Subtotal horas Semanais	7	7	7	
		Total	233	233	233	
CARGA HORÁRIA TOTAL			Semanal em h/a	26	26	26
			Anual em horas	867	867	867

FONTE: MATO GROSSO DO SUL, Resolução/SED n. 1.453, de 18 de dezembro de 2000.

\*A Parte Diversificada, além da Língua Estrangeira Moderna, abrangerá as Áreas de Conhecimento, por meio de Projetos de Pesquisa considerando os Eixos Formadores.

A Resolução/SED/MS n. 1.461 de 17 de janeiro de 2001, alterou o artigo 4º “O currículo do Ensino Médio é constituído por uma carga horária total de 2600 horas, com

duração de 3 anos letivos”, da Resolução/SED/MS n. 1.453 de 18 de dezembro de 2000, ficando com a seguinte redação: “O currículo do Ensino Médio é constituído por uma carga horária total de 2601 horas distribuídas em 3 (três) anos letivos”.

Cabe assinalar, como já mencionado, que o Secretário de Estado de Educação, Pedro Kemp foi destituído do cargo, conforme Aranda (2004, p. 60), “assume a pasta da educação o Professor Antonio Carlos Biffi e, novas propostas, mais administrativas que pedagógicas, são colocadas em prática”.

Como afirma Calixto (2008, p. 104), “a política educacional de Estado, no mesmo governo experimentou descontinuidade de ações, prevalecendo apenas ‘prioridades’ do momento, ou seja, a eleição de 2002”.

## **2.5 A proposta do Ensino Médio do final de junho de 2001 a dezembro de 2002**

Com a saída de Pedro Kemp, assumiu a Secretária de Educação Antônio Carlos Biffi e várias ações que já haviam sido acordadas na gestão anterior foram desencadeadas, com recursos do PROMED. A partir da mudança da titularidade da pasta da Educação em Mato Grosso do Sul, o projeto denominado Escola Guaicuru passou a chamar-se Escola do Governo Popular.

Segundo Braz (2008, p. 177), o novo Secretário, apesar de ignorar o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, deu continuidade aos projetos que estavam em andamento. Portanto, para dar continuidade à Reforma do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso do Sul, o Secretário apresentou um termo aditivo ao Convênio 259/00/PROMED, cujo Plano de Trabalho foi aprovado pelo Conselho Diretor do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED/ Projeto Escola Jovem), no dia 16 de agosto de 2001 e tinha por objetivo reprogramar os prazos e destinar recursos para algumas das atividades prioritárias do referido convênio, com relação ao desenvolvimento curricular.

Inicialmente, conforme o PI/MS, o objetivo era, com o apoio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, viabilizar um programa de capacitação dos professores nas três áreas do conhecimento, de modo a torná-los aptos a colaborar na construção dos referenciais curriculares do Estado. Essa capacitação abrangeria os sete pólos regionais existentes no Estado e capacitaria cerca de 4.000 docentes do Ensino Médio até o final de 2001. Com base nas discussões ocorridas ao longo das capacitações, deveriam ser construídos os referenciais curriculares do Estado nas áreas. O documento final contendo os referenciais

seria impresso e distribuído para todos os professores, sendo que a divulgação seria por meio de boletins e teleconferências (MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p. 104).

Assim, a União, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), representado pelo diretor de Programas Raul David do Valle Júnior e o Estado do Mato Grosso do Sul, por intermédio da sua Secretaria de Educação, representada pelo Secretário Antonio Carlos Biffi, celebraram o Termo Aditivo ao Convênio n. 259/00/PROMED no dia 27 de setembro de 2001.

Ressalta-se que uma das ações desenvolvidas na gestão do Secretário de Educação Biffi foi o Curso Popular Pré-Vestibular. Segundo Calixto (2008, p. 103) “o curso popular foi uma ação que deu visibilidade à política educacional do governo, pois, o cursinho para os alunos egressos do Ensino Médio permaneceu como uma ação do governo durante toda gestão do PT.”

No entanto, conforme ainda Calixto, Antônio Carlos Biffi fez uma gestão mais pragmática, considerando que ficaria no cargo apenas 9 meses, pois se candidatou a uma vaga de Deputado Federal pelo PT.

No período de abril de 2002 a dezembro de 2002, assumiu a Secretaria de Estado de Educação a Secretária Elza Aparecida Jorge, em virtude do afastamento do Secretário Antonio Carlos Biffi. Antes da sua gestão, já estava sendo oferecido curso de capacitação aos professores e conforme expressa o Caderno 2.1 “Perspectivas Pedagógicas para o Ensino Médio” (2002a) visava superar os problemas e, também, oferecer suporte para a organização das novas referências curriculares para o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul. O documento acentua que

Nele, estaremos refletindo, em conjunto, sobre os novos conteúdos e práticas, métodos e recursos, com o objetivo de contribuir para uma forma de reorganização do trabalho didático, de modo que a escola, cada vez mais, seja o lugar onde o adolescente possa compreender o mundo em que vive e, assim, exercer plenamente seu papel social (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 5).

A publicação do Caderno denominado “Perspectivas Pedagógicas para o Ensino Médio (Proposta Político-Pedagógica. Governo Popular de Mato Grosso do Sul - 1999-2002) ocorreu “para ser trabalhado nas 44 horas não presenciais da capacitação e como suporte para as 48 horas da capacitação presencial”. Esclarece este Caderno que procurou explicar a política com uma linguagem menos acadêmica, possibilitando aos professores acesso

facilitado aos princípios norteadores do Ensino Médio, como subsídio para a compreensão do “Currículo Referencial e que servirá de instrumento para a discussão das áreas do conhecimento” (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 5-6).

Dessa forma, segundo o Caderno, formar o cidadão,

[...] significará formar um homem em condições de busca e exercitar um novo jeito de viver, consigo mesmo e com os outros, de se reconhecer enquanto partícipe ativo da história das civilizações, de forjar dentro de si novos valores, de acreditar no seu potencial de realizar a história por meio de atos solidários; de buscar desafios e superar dificuldades, preconceitos e, fundamentalmente, de conhecer as conquistas humanas e utilizá-las na direção de construir uma sociedade melhor (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 10).

De acordo com o documento era necessário “fazer com que os homens continuem produzindo ciência e tecnologia para servir a humanidade e não para destruí-la, que os homens construam o mundo sem perder o sentido civilizatório da educação” (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 10). Nessa direção afirma que “o aluno deve ter os conhecimentos necessários para o seu viver individual e coletivo, face ao aparato científico-tecnológico que conforma a sociedade vigente, consciente dos seus limites e possibilidades de transformação vigente” (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 21).

Nesse sentido, a Técnica 1 (2009) faz a seguinte afirmação:

Queríamos um Ensino Médio que fosse capaz de fornecer, de dar uma formação ao nosso jovem, que essa formação lhe valesse para a vida, no sentido que ele pudesse ser um cidadão com informações melhores, compreendendo o mundo em que ele está vivendo. Ele poder participar enquanto jovem e também poder progredir no processo de escolaridade (T1, ENTREVISTA, 06/03/2009).

A proposta particularizada no Caderno “Perspectivas Pedagógicas para o Ensino Médio” (MATO GROSSO DO SUL, 2002a p. 11) reafirma a necessidade de um currículo:

[...] que privilegia o *conhecimento* como direito inalienável dos alunos e como instrumento de luta na conquista de espaços de intervenção na sociedade, de superação dos preconceitos de toda espécie; que privilegia, ainda, a estimulação da sua *sensibilidade* e *afetividade*, de modo a prepará-lhes para as situações diversificadas que o mundo contemporâneo lhes tem imposto, em que a organização social aponta inevitavelmente para situações que se alternam entre o viver só e convívios transitórios e diversificados; que os orienta para as rupturas com os conceitos ultrapassados, para a substituição do preconceito pela inclusão e da competição desenfreada pela solidariedade, enfim, para a humanização das relações sociais (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 11).

Assinala que a organização didática sugerida seria feita no sentido de facilitar a superação dos limites dados pela especialização do conhecimento, que no âmbito da escola, se expressam na segmentação disciplinar. Destaca que um dos caminhos didáticos para realizar essa superação é desenvolver um currículo por Unidades Temáticas, que envolvam todos os professores de uma determinada área, num trabalho planejado e executado em conjunto.

Esse formato curricular estimulará a aquisição de conhecimentos sobre a história dos homens por meio de sua produção cultural como suporte para a compreensão da natureza histórica do mundo contemporâneo e para a formação de princípios éticos e valores comprometidos com o avanço civilizatório (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 26).

É importante ressaltar, de acordo com o documento, no que se refere ao diferencial da proposta,

[...] que existe uma diferença basilar entre esta proposição fundada no desvelamento das necessidades humanas e de suas respostas como base para a formação da cultura, e aquela utilizada pela chamada escola tradicional, em cujo interior os conhecimentos eram repassados ao aluno com o concurso do livro didático, de forma linear, dogmática e inquestionável como verdades prontas e acabadas e que, ao final, confirmavam a ordem social vigente e adaptava o aluno a essa ordem. Ao contrário, o trabalho por área, no Currículo de Referência favorecerá o desenvolvimento de atividades independentes do livro didático e permitirá implementar os projetos de iniciação científica e de ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 27).

Assim, a sugestão apresentada pelo Currículo de Referência, portanto, é que as Unidades Temáticas envolvam todos os professores de uma determinada área, num trabalho planejado e executado em conjunto. Par a isso,

[...] organizou-se uma sugestão de ementa por unidades temáticas, cujos eixos formadores da cidadania emanarão de uma matriz comum às três áreas, que é a *história da vida material dos homens na construção da sua cultura*, como forma de recuperar conceitualmente a natureza histórica das civilizações e a tarefa que cabe a cada homem (MATO GROSSO DO SUL, 2000a, p. 26).

Ressalta-se que durante a gestão da secretária Elza Aparecida Jorge, por intermédio da Coordenadoria de Educação Básica, tendo em vista a Reforma, Expansão e Melhoria do Ensino Médio, propôs-se o Segundo Termo Aditivo, o qual tinha por objetivo alterar o período de vigência e reprogramar os prazos de execução das metas para agosto de 2003, bem como especificar a dotação orçamentária das ações a serem executadas, referentes ao Convênio 259/00/PROMED.

O Conselho Diretor do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem, aprovou no dia 18 de novembro de 2002, o Plano de Trabalho do Segundo Termo Aditivo ao Convênio 259/00/PROMED do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, a União, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), representada pelo seu Secretário Dr. Raul David do Valle Júnior, e o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Secretaria de Educação, representada pela sua Secretária Elza Aparecida Jorge, celebraram no dia 5 de dezembro de 2002, o Segundo Termo Aditivo ao Convênio n. 259/00/PROMED, para dar continuidade à implementação, no âmbito do estado, do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – 1. Fase – Projeto Escola Jovem, nos termos do Contrato de Empréstimo n. 1225/OC-BR, firmado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BRASIL, 2000a, p. 211).

É importante ressaltar, segundo Braz (2008, p. 221), que no período de 2001 a 2002, os recursos do PROMED/Escola Jovem possibilitaram a elaboração, impressão e distribuição, pela SED/MS dos cadernos: “O Ensino Médio na Escola Guaicuru: proposta político-pedagógica” (Caderno 2) e “Perspectivas Pedagógicas para o Ensino Médio: proposta político-pedagógica” (Caderno 2.1). E ainda foram capacitados 3.600 professores da Rede Estadual, nas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. De acordo com o Termo de Referência (TOR) 002/2001 o programa de formação de docentes teve como objetivo geral:

Capacitar docentes do Ensino médio nas três áreas do conhecimento para implementação dos referenciais curriculares de Mato Grosso do Sul, com vistas às mudanças da estrutura e organização do novo Ensino Médio, a fim de efetivar os princípios da Proposta Político Pedagógico e as DCNEM (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

O Plano de Trabalho (Processo n 29/066631/2001 folha 09) enfatizava que com apoio das universidades seria viabilizado um programa de capacitação dos professores de modo a torná-los aptos a ajudar na construção dos referenciais curriculares do Estado.

Os dados levantados neste estudo possibilitaram verificar que a reforma educacional do Ensino Médio no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1999 a 2002, esteve pautada na proposta intitulada “Escola Guaicuru: Vivendo uma nova Lição”.

Destaca-se que o projeto político-educacional da Escola Guaicuru se diferenciava da proposta oriunda do MEC, uma vez que esta proposta, conforme, acentua Souza (2005, p. 130), “resguardou o direito de entender à questão da cidadania, no sentido pleno, suscita a visão de cidadania para além da generalidade e abstração conceitual e de não utilizar na

formulação dos princípios que adotou a organização metodológica da interdisciplinaridade e da contextualização posta nas DCNEM”.

Portanto, o Ensino Médio da Escola Guaicuru propôs um diferencial às determinações da DCNEM, quando aprofundou o conhecimento por meio dos eixos cultural, político e econômico; na parte diversificada utilizou os eixos também nos projetos de pesquisa; assim como propôs o desenvolvimento de um currículo por disciplina e estruturou aulas programadas.

O processo de elaboração do Ensino Médio da Escola Guaicuru em Mato Grosso do Sul ocorreu, contraditoriamente, com os recursos do PROMED.

O próximo capítulo analisa a proposta de reforma curricular para o Ensino Médio implantada no Estado de Mato Grosso do Sul, no segundo período da gestão do Governo Popular (2003-2006).

## **CAPÍTULO III**

### **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA SEGUNDA GESTÃO DO GOVERNO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL (2003-2006)**

Este capítulo analisa a proposta de reforma para o Ensino Médio implantada no Estado de Mato Grosso do Sul, na segunda gestão do Governo de José Orcírio dos Santos (2003-2006).

Para realizar essa tarefa foram destacados o Plano Estadual de Educação (2003c), o projeto “Escola Inclusiva: espaço e cidadania” (2005) e de modo específico, os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul”, e neles a Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (2004a).

#### **3.1 O Ensino Médio no Plano Estadual de Educação**

Em janeiro de 2003, iniciou-se a segunda gestão do Governo Popular e o Professor Hélio de Lima assumiu a Secretaria de Estado de Educação e retomou alguns encaminhamentos dos primeiros anos do referido Governo. No entanto, pode-se afirmar que a principal ação, inicialmente, encaminhada foi a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE). Nas palavras do Secretário de Estado de Educação, na apresentação do Plano:

Este Plano é o resultado de ampla discussão iniciada com a Constituinte Escolar que estabeleceu as diretrizes e metas para a rede estadual de ensino. Posteriormente, essas discussões foram ampliadas em oito Oficinas Regionais, pesquisas com comunidade, uma Pré-oficina e uma Oficina

Estadual, abrangendo representantes de todos os segmentos envolvidos com a área educacional. A sua legitimidade está referendada por esse trabalho de elaboração coletiva e pela aprovação da Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2003c).

Assim, conforme o documento, o Plano foi elaborado em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul (FAPEMS), a União dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul (SINEP) e a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 4).

É importante ressaltar que a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE) veio atender a orientação do art. 2º da Lei n 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), de que a partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar seus planos decenais. O PEE foi aprovado pela Lei Estadual n. 2.791, e 30 de dezembro de 2003, para 10 anos, e, oficialmente deveria nortear a elaboração dos planos municipais de educação (Art. 2º). Assim, segundo o documento, o Plano Estadual de Educação,

[...] veio para assegurar a continuidade de políticas educacionais e a articulação das ações do Estado e dos seus municípios; preservar a flexibilidade necessária para fazer face às contínuas transformações sociais; concretizar os objetivos e metas consagradas no Plano Nacional de Educação; estabelecer prioridades que contemplem a diminuição das desigualdades sociais e regionais; garantir a universalização da formação escolar mínima, a elevação do nível de escolaridade da população e a melhoria geral da qualidade de ensino e, ainda, propor metas viáveis em torno das quais possa haver um efetivo compromisso das redes estadual, municipais e particular de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 14).

De acordo com o referido documento, durante a elaboração do Plano Estadual de Educação, elaborado um diagnóstico, acerca do ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul, no qual foram constatados alguns problemas que emergiram nas discussões, assim registrados:

- má qualidade da educação básica pública, o que dificulta o acesso à universidade;
- insuficiência e ineficiência do atendimento no ensino médio;
- Distribuição inadequada da carga horária das disciplinas da matriz curricular;
- diminuição da carga horária, ocasionando dificuldades na lotação de professores;

- implantação inadequada dos projetos nos cursos de ensino médio, em decorrência do despreparo dos professores da rede pública para o desenvolvimento dos projetos de ensino e de pesquisa (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 28-29).

Como se verifica, a elaboração dos projetos no Ensino Médio, proposta que permeou as discussões durante o processo da Constituinte Escolar, é destacada entre os problemas levantados, e “identificado como preocupação da rede estadual, aparece em outros momentos como potencialidade, o que indica que não existiu total rejeição à proposta, mas talvez a forma de operacionalização inadequada, incluindo a preparação dos docentes para tal” (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 29).

O documento aponta, ainda, que “o grande desafio que se impõe, diante da crescente demanda que vem se configurando, é a falta de expectativa de acesso à educação superior, que está longe de poder atender a todos os que aspiram à universidade e continua causando a exclusão de egressos do ensino médio” (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 29).

Desse modo, de acordo com o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, o Ensino Médio

[...] configura-se no contexto educacional brasileiro como o nível de ensino para o qual demanda um crescente contingente de jovens e adultos, composto de concluintes do ensino fundamental e de segmentos já inseridos no mercado de trabalho que buscam a escolarização como recurso para a promoção de sua ascensão social e melhoria salarial.

Essa condição impõe que essa etapa de ensino seja concebida pelas políticas públicas com dois objetivos distintos. O primeiro relativo à necessidade de uma projeção do número de alunos para os próximos anos, de forma que o Estado esteja preparado para absorver o aumento considerável da demanda que ocorre ano após ano. O segundo refere-se à preparação da escola para responder às exigências de um ensino de qualidade que possa corresponder às expectativas e necessidades de seus usuários, especialmente daqueles que buscam o Ensino Médio como possibilidade de crescimento profissional e social (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p.29).

Com base nessas definições, segundo o Plano, é que foram indicadas

[...] as grandes diretrizes para essa etapa de ensino, as quais se traduzem em ampliação das possibilidades de acesso da significativa demanda mediante medidas econômicas que assegurem os recursos financeiros para a garantia da oferta de ensino com qualidade, investimento na formação inicial e continuada do professor, medidas administrativas e pedagógicas no sentido da correção do fluxo de alunos na escola básica, entre outras (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 22)

No Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, foram traçadas, portanto, com base em um diagnóstico, diretrizes, assim como objetivos e metas para essa etapa de ensino, podendo ser destacadas dentre as 39 metas:

- elaborar, a partir da vigência deste Plano, referenciais curriculares, para essa etapa de ensino, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação, envolvendo profissionais do ensino médio, da educação superior e de reconhecido conhecimento na área, visando ao atendimento das necessidades próprias das comunidades (META 19);
- assegurar à escola autonomia para propor e operacionalizar a parte diversificada do currículo do ensino médio (META 21);
- adequar a proposta curricular do ensino médio, em termos de conteúdos, metodologia, calendário e organização escolar, para o atendimento à população rural (META 27);
- produzir e disponibilizar referenciais curriculares voltados às diferentes realidades regionais e especificidades de Mato Grosso do Sul, e, também, aos conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade (META 37) (MATO GROSSO DO SUL, 2003c, p. 24-25).

Desse modo, entre as metas do Plano Estadual de Educação para o Ensino Médio, destaca-se aquela relacionada à necessidade de elaborar, produzir e disponibilizar referenciais curriculares para as escolas de ensino médio, que terminou se efetivando no ano de 2003, com a publicação dos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul.

### **3.2 O Projeto “Escola Inclusiva: espaço e cidadania”**

Com a elaboração do Plano Estadual de Educação, a Secretaria de Estado de Educação apresentou, para o quadriênio 2003-2006, o projeto político-educacional denominado “Escola Inclusiva: espaço de cidadania”, que assinala como propósito básico o acesso de todos à educação de qualidade. Segundo as palavras do Secretário de Estado de Educação Prof<sup>o</sup> Hélio de Lima, no texto de apresentação,

Dando prosseguimento à proposta da gestão anterior, esse projeto evidencia a inclusão social e a formação para a cidadania como metas ético-político-sociais a serem alcançadas, no compromisso de romper com práticas cristalizadas e excludentes que impedem a educação de dar o salto de qualidade tão necessário à dignificação da vida dos sul-mato-grossenses.

O projeto *Escola Inclusiva: espaço de cidadania* está alicerçado em três eixos: a) democratização de acesso, da permanência e da progressão escolar, b) a democratização do saber e da qualidade e c) a democratização da gestão. Nestes eixos, explicitamos programas, projetos e ações que marcam o compromisso desta gestão com os desafios de uma nova organização do trabalho didático ao investir na inserção das tecnologias digitais como instrumentos de inclusão da instituição escolar no processo civilizatório contemporâneo.

O Governo Popular, por meio da Secretaria de Estado de Educação, quer, portanto, construir, junto com a comunidade escolar, uma nova escola – inclusiva, cidadã, democrática e contemporânea – que responda às necessidades e às expectativas da sociedade sul-mato-grossense. Para tanto, conta com a adesão, o entusiasmo, a ousadia e o compromisso de todos na concretização desta tarefa (MATO GROSSO DO SUL, LIMA, 2005, p. 5-6).

O documento especifica que o acesso ao ensino deve ser para todas as crianças e jovens em idade escolar, assim como para jovens acima de 15 anos e adultos que não puderam estudar em idade própria, pessoas com necessidades educacionais especiais, assentados, acampados, indígenas, afrodescendentes, pantaneiros e populações ribeirinhas (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p. 15).

Segundo, ainda, o referido documento, a aprendizagem do aluno era foco central, e, portanto, a escola deveria ser organizada para fazer com que todos os alunos aprendessem, buscando estratégias que promovessem a qualidade do ensino e, que reduzissem as diferenças, apesar da grande diversidade regional, cultural e étnica, marcada historicamente pela desigualdade social. Assim,

A escola inclusiva é um espaço educativo de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, criativas, que independentemente das diferenças, participam de um processo em que a cidadania vai sendo construída nas relações interpessoais, no compartilhar de saberes e experiências e no respeito (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p. 15).

O Projeto “Escola Inclusiva: espaço de cidadania”, portanto, estava alicerçado em três eixos. “Eixo 1 - “democratização do acesso, da permanência e da progressão escolar” -; Eixo 2 - “democratização do saber e da qualidade” -; e Eixo 3 - democratização da gestão”, sendo definidas várias metas para cada um desses eixos (ANEXOS 8, 9 e 10).

Cabe destacar, no Eixo1, o Programa “Ensino Médio em expansão”, cuja meta é “ampliar a oferta do ensino médio na rede estadual de ensino”. (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p. 18).

Desse modo, no início da segunda gestão do governo, foi aprovada a Resolução/ SED n. 1.629 de 1º de abril de 2003, que estabeleceu as normas para as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, quanto ao Plano Curricular Unificado do Ensino Médio. Conforme o art. 2º, o currículo do Ensino Médio está pautado em três eixos que contribuem para a formação do cidadão:

- I. Formação Cultural - apropriação dos elementos culturais produzidos pelo homem e a consciência da produção cultural de um povo para a compreensão de novos princípios e valores sociais.
- II. Formação Econômica - domínio dos fundamentos históricos que regem as relações de produção, acumulação e consumo de bens materiais e espirituais na sociedade contemporânea.
- III. Formação política - conhecimento, posicionamento e intervenção dos alunos e professores frente às diferentes situações sociais (MATO GROSSO DO SUL, 2003a).

No artigo 3º da Resolução/SED n. 1.629, o currículo do Ensino Médio foi organizado por séries, contemplando a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

Parágrafo 1º A Base Nacional Comum é constituída de três Áreas de Conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Parágrafo 2º A Parte Diversificada, além da Língua Estrangeira Moderna, abrange as Áreas de Conhecimento, **devendo os temas** referentes a estas áreas, serem desenvolvidos por meio de Projetos de Pesquisa ou Projetos de Ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2003a, grifo nosso).

Como se pode verificar, o Parágrafo 2º, da referida Resolução, define que os temas referentes às diferentes áreas do conhecimento, da Parte Diversificada devem ser trabalhados por meio de Projetos de Pesquisa ou Projeto de Ensino, mantendo o que havia sido definido no Plano Curricular Unificado do Ensino Médio, ou seja, na Resolução/SED n. 1.453, de 18 de dezembro de 2000 e na Resolução/SED/MS n. 1.461 de 17 de janeiro de 2001, aprovadas no decorrer do processo da Constituinte Escolar, na gestão do primeiro mandato do governo.

No início da nova gestão (2003-2006), a SED diminuiu a carga horária da Parte Diversificada, alterando assim a carga horária total do currículo, passando de 2.601 horas para 2.502 horas, e logo em seguida realizou outra mudança na matriz curricular, retirando a carga horária destinada à parte diversificada que foi incorporada às horas/aulas das disciplinas, com carga horária total de 2.400 horas.

Os quadros a seguir mostram o Plano Curricular Unificado do Ensino Médio de Mato Grosso do Sul (2003), tanto do período diurno, como do período noturno.

**Quadro n.3 – Plano Curricular Unificado do Ensino Médio – Período Diurno**

EIXOS FORMADORES	BASE NACIONAL COMUM	Área de Conhecimento	Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	
		Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	2	2	
			Literatura	2	2	2	
			Artes	1	1	1	
			Educação Física	1	1	1	
		Ciência da Natureza Matemática e suas Tecnologias	Física	2	2	2	
			Química	2	2	2	
			Biologia	2	2	2	
			Matemática	2	2	2	
		Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2	
			Geografia	2	2	2	
			Ciências Sociais	2	2	2	
		Subtotais	Horas-aula semanais	20	20	20	
			Horas-aula anuais	800	800	800	
			Horas anuais	667	667	667	
		PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna			1	1
	* Áreas de Conhecimento e Eixos Formadores			4	4	4	
	Subtotais		Horas-aula semanais		5	5	5
			Horas-aula anuais		200	200	200
			Horas anuais		167	167	167
	Cargas Horárias Totais		Horas-aula semanais		25	25	25
		Horas-aula anuais		1000	1000	1000	
Horas anuais			834	834	834		

FONTE: MATO GROSSO DO SUL (2003a), Resolução n. 1.629 de 1º de abril de 2003

\*A Parte Diversificada, além da Língua Estrangeira Moderna, abrangerá as Áreas de Conhecimento, por meio de Projetos de Pesquisa ou de Projetos de Ensino, considerando os Eixos Formadores.

**Quadro n.4**– Plano Curricular Unificado do Ensino Médio – Período Noturno

EIXOS FORMADORES	BASE NACIONAL COMUM	Área de Conhecimento	Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	
		Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	2	2	
			Literatura	2	2	2	
			Artes	1	1	1	
		Ciência da Natureza e Matemática e suas Tecnologias	Física	2	2	2	
			Química	2	2	2	
			Biologia	2	2	2	
			Matemática	2	2	2	
		Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2	
			Geografia	2	2	2	
			Ciências Sociais	2	2	2	
		Subtotais	Horas-aula semanais	19	19	19	
			Horas-aula anuais	760	760	760	
			Horas anuais	634	634	634	
		PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna		1	1	1
			* Áreas de Conhecimento e Eixos Formadores		5	5	5
			Subtotais	Horas-aula semanais	6	6	6
				Horas-aula anuais	240	240	240
		Horas anuais		200	200	200	
		Cargas Horárias Totais	Horas-aula semanais	25	25	25	
			Horas-aula anuais	1000	1000	1000	
			Horas anuais	834	834	834	

FONTE: MATO GROSSO DO SUL (2003 a), Resolução n. 1.629 de 1º de abril de 2003.

\*A Parte Diversificada, além da Língua Estrangeira Moderna, abrangerá as Áreas de Conhecimento, por meio de Projetos de Pesquisa ou de Projetos de Ensino, considerando os Eixos Formadores.

Quanto ao horário, de acordo com o artigo 6º, o desenvolvimento dos projetos, no turno noturno, com uma hora a mais, deverá ser distribuído no primeiro ou no último tempo. Enquanto, no turno diurno, ficará a critério de cada escola, a definição do horário dos Projetos.

Na Parte Diversificada, também, a Educação Física deverá ser oferecida somente no turno diurno.

No entanto, conforme consta no *site* da SED/MS, tendo como base o Projeto Educação Inclusiva, a Política do Ensino Médio passou por um processo de avaliação realizado pela equipe da Coordenadoria de Educação Básica e de Educação Profissional, Gestão do Ensino Médio da SED, envolvendo professores da Rede Estadual de Ensino, para analisar a implementação das metas e ações propostas para as escolas do Estado. Portanto, para atender os resultados dessa avaliação, a nova equipe do Ensino Médio fez uma adequação no currículo do ensino médio (MATO GROSSO DO SUL/SED, Política do Ensino Médio. Disponível em [www.sed.ms.gov.br](http://www.sed.ms.gov.br). Acesso em 09/2008).

Diante disso, percebe-se que o Plano Curricular Unificado foi alterado, com base na Resolução/SED n. 1.700, de 30 de janeiro de 2004; conforme o seu Art. 5º, o currículo do Ensino Médio passou a ser pautado nos seguintes eixos:

- I. Formação científico-cultural – apropriação dos elementos culturais produzidos pelo homem, a consciência da produção cultural de um povo para a compreensão de novos princípios e valores sociais e da superação dos conceitos do senso-comum;
- II. Formação Político-econômica – domínio dos fundamentos históricos que regem as relações de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais e espirituais na sociedade contemporânea, propiciando o posicionamento e a intervenção do educando às diferentes situações sociais;
- III. Formação Tecnológica – apropriação dos avanços tecnológicos como agentes facilitadores das atividades no campo individual e coletivo, observando a ética e a preservação ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2004d).

De acordo com o parágrafo único do Art. 4º da referida Resolução, “as três grandes áreas deverão ser trabalhadas por disciplinas”.

Ainda, segundo o Art. 8º, o ensino médio, etapa final da Educação Básica, com duração de 03 (três) anos, terá carga anual de, no mínimo, 800 (oitocentas) horas e 200 (duzentos) dias letivos, com jornada de quatro horas de efetivo trabalho escolar, no período diurno e noturno (MATO GROSSO DO SUL, 2004d).

§ 1º no período noturno haverá flexibilização da carga horária do educando, no primeiro ou no último tempo de aula.

§ 2º a flexibilização deverá ocorrer sob a metodologia de projetos.

§ 3º a metodologia do Ensino Médio **poderá ocorrer** por meio de Projetos de Pesquisa<sup>13</sup>, Projetos de Ensino<sup>14</sup> ou Projetos de Extensão<sup>15</sup> (MATO GROSSO DO SUL, 2004d, grifo nosso).

Assim, a SED realizou mudanças no currículo do Ensino Médio, com base na Resolução/SED/MS n. 1.700/2004, conforme quadro a seguir:

---

<sup>13</sup> “Objetiva desenvolver no aluno uma postura indagadora, investigativa que evidencie situações práticas e teóricas. Exige disciplina, disposição e confiança no trato com os problemas da sociedade, tanto por parte do professor como do aluno” (MATO GROSSO DO SUL, BOLETIM DO ENSINO MÉDIO, GESTÃO 2003-2006, p. 02).

<sup>14</sup> Tem por objetivo “aprofundar o estudo sistematizado do conteúdo visando à aprendizagem” (MATO GROSSO DO SUL, BOLETIM DO ENSINO MÉDIO, GESTÃO 2003-2006, p. 02).

<sup>15</sup> “Elaborado a partir do planejamento de atividade proposta, extrapola os limites físicos da própria escola em busca de parcerias com entidades e instituições da comunidade, com acompanhamento da gestão escolar, do corpo docente e da coordenação pedagógica” (MATO GROSSO DO SUL, BOLETIM DO ENSINO MÉDIO, GESTÃO 2003-2006, p. 02).

**Quadro n. 5 – Matriz Curricular do Ensino Médio – Diurno e Noturno**

EIXOS FORMADORES: CIENTÍFICO-CULTURAL, POLÍTICO-ECONÔMICO E TECNOLÓGICO	Áreas do conhecimento	Disciplinas	1ª série B.N.C + PD	2ª série B.N.C + PD	3ª série B.N.C+ PD	
	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	03	03	03	
		Literatura	02	02	02	
		Artes	01	01	01	
		Educação Física	01	01	01	
		Língua Estrangeira Moderna	02	02	02	
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Física	02	03	03	
		Química	02	02	03	
		Biologia	03	02	02	
		Matemática	03	03	02	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	02	02	02	
		Geografia	02	02	02	
		Ciências Sociais	02	02	02	
	Total da carga horária semanal			25	25	25
	Horas-aula anuais			1000	1000	1000
	Anual em horas			834	834	834

FONTE: MATO GROSSO DO SUL/SED (2004d), Resolução n. 1.700 de 30 de dezembro de 2004.

BNC: Base Nacional Comum

PD: Parte Diversificada

Assim, a Matriz Curricular do Ensino Médio, passou a ser a mesma, tanto para o período diurno, quanto para o período noturno. A disciplina de Educação Física passou, também, a ser ministrada no período noturno.

Como se observa na Matriz Curricular do Ensino Média acima, a carga horária da Parte Diversificada foi incorporada às horas/aula das disciplinas, deixando para as escolas a possibilidade de desenvolver estudos por meio de projetos (pesquisa, ensino e extensão).

A justificativa para a mudança na metodologia de projeto no Ensino Médio, pode ser vista no *site* da Secretaria ao informar que,

atendendo ao que estabelece a LDB n. 9.394 de 1996, no que se refere à forma flexibilizada de organização do currículo, permitindo e incentivando um formato diferente das disciplinas escolares tradicionais sem, contudo, modificar o conteúdo nelas expressos e as áreas que as abrangem, modificou-se em função das indicações feitas pelas escolas e pelo Plano Estadual de Mato Grosso do Sul, de 2003, desencadeado na gestão do Secretário de Educação Professor Hélio de Lima (MATO GROSSO DO SUL/SED, Política do Ensino Médio, [www.sed.ms.gov.br](http://www.sed.ms.gov.br). Acesso em 09/2008).

Ainda conforme consta no *site* da Secretaria de Estado de Educação, a partir de 2003, a metodologia de projetos foi organizada respeitando efetivamente a autonomia da escola, pois cada unidade escolar poderia decidir sobre a inclusão ou não de projetos no Ensino Médio. No entanto, acentua que no período de 2003 a 2006, um número significativo de projetos foi elaborado pelas escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, sendo que muitos desses projetos foram apresentados em eventos de renome como Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Feira Brasileira de Ciência e Engenharia (FEBRACE) entre outros. Esses projetos, considerando a sua qualidade como produção científica e como aprofundamentos de estudos, foram premiados em âmbito estadual, regional e nacional. O *site* informa, ainda, que a Revista do Ensino Médio de Mato Grosso do Sul, traz uma ampla divulgação dos projetos mais relevantes desenvolvidos pelos professores e alunos do Ensino Médio (MATO GROSSO DO SUL, 2006).

Sob o argumento da autonomia da escola e apesar de afirmar que um número significativo de escolas elaborou e desenvolveu projetos, chegando a ser premiados, em função da qualidade que apresentavam, a SED flexibilizou a metodologia de projeto para o Ensino Médio.

Desse modo, concordando com a análise de Brito (2008, p. 9),

Deixou de existir, dessa forma, a perspectiva da aula programada enquanto espaço de desenvolvimento de um projeto de pesquisa ou de ensino, de estabelecimento de discussões coletivas entre os professores e desses com os alunos, visando a construção coletiva de conhecimento.

Nesse quadro, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Coordenadoria de Educação Básica, tendo em vista a continuidade da Reforma do Ensino Médio, retomou as ações do PROMED/ Projeto Escola Jovem e propôs vários Termos Aditivos, no sentido de viabilizar a sua execução.

### 3.3 A execução do Promed na segunda gestão do Governo

As ações do PROMED/Escola Jovem reiniciaram-se no segundo mandato do governo, apenas no começo do ano letivo de 2004, pois de acordo com Braz (2008, p.222), o Secretário de Educação, Hélio de Lima, juntamente com sua equipe, levou um tempo para compreender o desenvolvimento do PROMED/Escola Jovem e planejar ações compatíveis com o propósito do governo nesse novo período. Assim, as ações do PROMED/Escola Jovem iniciaram-se priorizando capacitações sobre o referencial pedagógico realizadas pela Universidade do Cariri, no Ceará, momento em que os professores convocados ainda não estavam nas escolas. Além disso, afirma que a Universidade desenvolveu capacitações que não condiziam com o método que orientava os referenciais curriculares em andamento nas escolas, resultando em gastos e fracasso das ações na maior parte das regiões desenvolvidas.

De acordo com Calixto (2008, p. 116), por meio do convênio 259/2000 do PROMED, foram realizados: o primeiro programa de formação continuada de docentes do ensino médio durante a primeira gestão do governo popular; o segundo e o terceiro programa de formação continuada de docentes do ensino médio, que aconteceu durante a segunda gestão do governo, sendo que o quarto programa foi financiado com recursos do próprio Estado, em 2006.

Porém, vários termos aditivos foram elaborados ao Convênio 259/2000/PROMED, solicitando reprogramação de prazo, também para especificar a dotação orçamentária das ações a serem executadas.

A esse respeito, a Gestora do Ensino Médio (Técnica 2) faz a seguinte afirmação:

Nós fizemos um levantamento nas escolas para saber as prioridades. E todas as prioridades eram as mesmas. Você tinha que escolher a prioridade da prioridade. Era quadra coberta para dar a mesma valorização da Educação Física com relação a outras disciplinas. E não criar um clima de disciplinas mais privilegiadas. Você tinha que fazer quadras cobertas, o dinheiro não dava. Reformas profundas na rede física, você não tinha como fazer coisas assim graves, o transporte escolar para o Ensino Médio, pagamento dos professores. Foi programado uma coisa para o momento de 1999 a 2002, que você teve que refazer e daí vieram os aditivos e novos planos de trabalho, tivemos que refazer tudo, porque agora as necessidades eram outras. E a nova necessidade, nós fizemos não a partir do que nós achávamos legal, mas a partir do que a escola precisava (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009).

Para dar prosseguimento ao Convênio 259/00/PROMED, a Secretaria de Estado de Educação propôs mais cinco Termos Aditivos (quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono e

décimo), os quais foram aprovados e alterados os períodos de vigência e os prazos para execução, ficando o último para dezembro de 2006.

A esse respeito a Gestora do Ensino Médio entrevistada (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009), explica que houve muito desgaste para cumprir as metas, , uma vez que “o processo de licitação era muito lento e era necessário publicar os editais em jornais de grande circulação, o que tornava muito caro o processo. Situações como essas e outras, levaram à celebração de vários Termos Aditivos ao Convênio, reprogramando o tempo de aplicação dos recursos financeiros”.

De acordo com Fonseca (1998, p. 98-100), “a experiência dos projetos de financiamento mostra que a cooperação do BIRD tem esbarrado em dificuldades técnicas e políticas, o que tem comprometido sobremaneira o sucesso dos acordos”. E acrescenta que “[...] o bom desempenho de um projeto de financiamento internacional depende de quatro fatores fundamentais, a saber: 1) a estabilidade econômica do país; 2) a estrutura operacional do BIRD; 3) condições organizacionais e 4) características do setor”.

Na análise de Braz (2008, p. 221):

As razões alegadas pela SED para a celebração de tantos Termos Aditivos são inúmeras: falta de previsão dos recursos no Orçamento do MS no ano de 2000; dificuldades de liberação dos recursos da contrapartida do Estado, no momento em que esses eram solicitados; variação do valor do dólar, exigindo a reprogramação dos valores das aplicações; burocracia a ser obedecida para a aplicação dos recursos, morosidade nas licitações realizadas pela Secretaria de Fazenda de Mato Grosso do Sul; lentidão dos técnicos da SED no planejamento da aplicação; dificuldade dos técnicos da SED em atender às exigências e prestar contas do dinheiro gasto ao MEC; as trocas periódicas das equipes técnicas da SED, por ocasião de mudanças de secretários estaduais e ministros; e o tempo levado para que cada Termo Aditivo chegasse a ser aprovado e publicado.

Portanto, ainda conforme a autora, a necessidade de vários Termos Aditivos e os atrasos na execução das metas e até mesmo a interrupção das ações, podem ser explicados, entre outros, pela complexidade administrativa do setor educacional público que não propicia a agilidade necessária para o atendimento das regras internacionais de financiamento, principalmente no que se refere ao processo de repasse de recursos e de prestação de contas.

Diante de diversos termos aditivos ao Convênio 259/00/PROMED, que visavam a prorrogação de prazo, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), do Partido dos Trabalhadores, o mesmo partido do governador do estado, a Secretaria de Estado

de Educação de Mato Grosso do Sul, por intermédio do seu Secretário Hélio de Lima, no dia 28 de maio de 2004, solicitou outro Convênio para dar continuidade à implantação do projeto de Investimento do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso do Sul.

A justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, deve-se à constatação de que no período compreendido entre os anos de 2002 a 2004, houve um acréscimo de cerca de 25% na matrícula de alunos para o Ensino Médio. Assinala que “a expansão da oferta do Ensino Médio demonstra o compromisso do Estado de Mato Grosso do Sul em cumprir a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Inciso VI do Art. 10), onde reza que os Estados devem “assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio”, bem como a obrigatoriedade do oferecimento desta etapa final da Educação Básica aos egressos do Ensino fundamental. Assinala, ainda, que “essa expansão deve estar interligada à melhoria da qualidade da educação, assim sendo, faz-se necessário dispor de maior demanda de recursos públicos” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 2).

O documento acrescenta que a definição das prioridades para o uso desses recursos

[...] deve-se à consulta ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) sobre os baixos índices de qualidade do ensino, e, além disso, segue-se a prática do governo Popular, de ouvir a comunidade escolar através de reuniões, visitas técnicas às unidades escolares, avaliação dos encontros realizados (seminários e fórum), concluindo-se a necessidade de ofertar cursos para formação continuada aos educadores, de adquirir acervo didático-pedagógico para assessorar os professores e alunos do Ensino Médio e, ainda, de construir quadras poliesportivas cobertas para atender a obrigatoriedade da prática da Educação Física na Educação Básica (MATO GROSSO DO SUL 2004, p.2).

Diante disso, o documento enfoca o Projeto de Investimento nos seguintes componentes: **Desenvolvimento Curricular e Racionalização e Expansão da Rede Escolar e Melhoria do Atendimento**. Quanto ao primeiro, destaca que tem o propósito de corrigir a distorção idade/série e possibilitar o acesso à educação para aqueles que não puderam fazê-lo em idade própria, incluindo-se não só as comunidades urbanas (diurno e noturno), como também as rurais e indígenas, o Ensino Médio noturno e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que exigem investimentos, tanto em cursos de capacitação, quanto em subsídios didático-pedagógicos (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 2).

No que se refere ao outro componente, ou seja, **Racionalização e Expansão da Rede Escolar e Melhoria do Atendimento** acentua que prevê a construção, ampliação e reformas de quadras cobertas, contemplando 18 unidades escolares em nove municípios, e kits de Acervo Bibliográfico e material didático-pedagógico para implantação dos Referenciais Curriculares, beneficiando cento e vinte mil alunos do Ensino Médio das duzentas e setenta e duas escolas que oferecem Ensino Médio nos setenta e sete municípios do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 2).

Portanto, no dia 29 de junho de 2004, foi celebrado o Convênio n. 025/2004/PROMED, entre a União, por intermédio do Ministério da Educação, representado pelo seu Ministro, Dr. Tarso Herz Genro e o Estado do Mato Grosso do Sul, por meio do seu Secretário, Hélio de Lima, para implementar, no âmbito do Estado, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – 1ª. Fase, nos termos do Contrato de Empréstimo n. 1225/OC-BR, firmado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e dos instrumentos suplementares (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 198).

No entanto, outro convênio foi firmado, sob o argumento da necessidade de recursos financeiros, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, representado por seu Presidente José Henrique Paim Fernandes e o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, por intermédio do seu Secretário Hélio de Lima, no dia 31 de agosto de 2005, ou seja, o Convênio n. 838011/2005/PROMED, em conformidade com o Plano de Trabalho e demais peças constantes do processo n. 23034.018891/2005-81, regido pelo Contrato de Empréstimo n. 1225/OC-BR, celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros. Este Convênio tem por objeto a assistência financeira direcionada à execução de ações do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED), voltadas ao apoio e promoção da reforma e expansão do Ensino Médio. (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 2005, p. 254).

A vigência do referido Convênio foi de 365 dias, a contar da data de sua assinatura, sendo prorrogado pelo Primeiro Termo Aditivo, aprovado no dia 28 de agosto de 2006, para 31 de dezembro de 2006.

Segundo Braz (2008, p. 227), neste convênio verifica-se a prioridade na construção de quadras e aquisição de mobiliários para laboratório de informática e equipamentos para as escolas.

A esse respeito, a Gestora de Educação afirma:

Nós compramos materiais. Na época havia um clamor por laboratório. Todo mundo queria duas coisas: laboratório de informática e laboratório de ciências. Só que nós implantamos, eu fiz questão de visitar o estado inteiro com a equipe para ver a situação dos laboratórios. Nós chegamos a escolas em que os materiais estavam empacotados e aí criamos uma forma que a secretaria pagasse o professor para atuar no laboratório, para dar sustentação ao professor da escola. Para tudo isso a escola tinha que elaborar um projeto dizendo como isso ia acontecer, em que horário e tinha que ser nos três horários (turnos). Resultado, das 300, quase 400 escolas, só três apresentaram o projeto. Isso porque mandávamos o técnico (se sentir dificuldade, mande nos dizer que o técnico vai aí fazer). Só que poucas escolas deram importância. E aí, quando vem a auditoria do governo federal mesmo, Procuradoria Geral da União (PGU) chega, ele vai para cada escola ver o laboratório e aí ele registra justamente que os laboratórios estavam sendo, estava para fomentar as bactérias, porque ninguém usava o material. Esse foi um problema e todas as escolas pediam laboratório e aí, nesse momento, a PGU se posiciona, manda uma nota para o MEC para suspender a compra de laboratórios. Mesmo assim, o Estado consegue comprar, porque as escolas apresentaram projetos. Foi comprado para as escolas que apresentaram projetos, pois não adiantava mandar laboratórios para as escolas que queriam usar o livro didático e não queriam usar o laboratório (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009).

A afirmação da gestora do ensino evidencia, por um lado, que as escolas tiveram dificuldades na elaboração de projetos e, por outro, que houve outra direção na ação educativa, diferente da que se anunciava na proposta político-pedagógica da Escola Guaicuru.

Para a execução do PROMED, conforme Braz (2008, p. 231), o Estado de Mato Grosso do Sul se deparou com várias dificuldades, dentre elas, a questão dos prazos fixados para a execução das metas, a organização de equipes de gerência, o repasse de recursos do MEC para o Estado, além da dificuldade de providenciar a contrapartida financeira.

Quanto à meta de desenvolvimento curricular, os recursos do BID

[...] não viabilizaram mudanças no fazer pedagógico dessa etapa de ensino. As ações foram muito espaçadas e, justamente, a meta 'Democratização de Acesso', que financiaria o acompanhamento do Referencial Pedagógico proposto, foi cancelada [...] Para o trabalho da SED foi um recurso muito significativo, porque os recursos antes disponibilizados eram ínfimos e não possibilitavam o desenvolvimento de ações pedagógicas, encontros ou debates sobre a qualidade do ensino médio (BRAZ, 2008, p. 232)

No que se refere ao PROMED, segundo, ainda, Braz (2008, p. 232), “a efetividade de seus resultados em relação aos objetivos propostos é questionável”, uma vez que, “as ações não foram contínuas, não houve acompanhamento, assim como não houve e não foi programado financiamento para a escola executar o Referencial Curricular proposto”.

Dessa forma, o PROMED/Escola Jovem mostrou-se dispendioso do ponto de vista de se ampliar a dívida do Estado e pouco relevante do ponto de vista de seus resultados educacionais.

### **3.4 Referenciais Curriculares para o Ensino Médio**

Com várias mudanças em curso, foram elaborados e publicados em 2004, os “Referenciais Curriculares do Ensino Médio de Mato Grosso do Sul”, organizados em três volumes, cada um deles referente a uma das três áreas do conhecimento: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias (2004a); Ciências Humanas e suas tecnologias (2004b); Linguagens, códigos e suas tecnologias (2004c).

Como analisa Brito (2008, p. 7) “sua aprovação e publicação, contudo, veio a público, num momento histórico distinto daquele que marcou as discussões da escola Guaicuru em seus primórdios”.

Conforme consta no *site* da Secretaria de Estado de Educação, os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul representam o ensino que permite o salto qualitativo na práxis de alunos e professores na busca do conhecimento. Eles “contêm a Fundamentação Teórica que permite o estudo, por meio de Unidades Temáticas, para entender a trajetória do homem na construção das civilizações ocidentais, desde o Mundo Antigo até a Sociedade de nossos dias” (MATO GROSSO DO SUL/SED, Política do Ensino Médio, [www.sed.ms.gov.br](http://www.sed.ms.gov.br). Acesso em 09/2008).

A organização interna de cada volume inclui dois eixos: 1) textos de fundamentação teórica, reflexões sobre os desafios daquela área particular; 2) três temas para saber: a) o mundo antigo (as civilizações Gregas e Romanas); b) a Europa medieval (o mundo feudal e a transição para a modernidade); c) a modernidade (o desenvolvimento da modernidade e a era dos monopólios e a crise da modernidade). Fechando cada volume, tratou-se de considerar a questão da avaliação do fazer pedagógico; a devolutiva social e a informática para além da função de recurso didático (MATO GROSSO DO SUL, 2004a, p. 9-10).

Além da parte comum, segundo o documento, cada área tratou de forma particular a abordagem a ser realizada pelo coletivo de professores, a elas vinculadas. Afirma que “Se o planejamento não for em conjunto, com certeza ficará redundante o trabalho isolado de cada professor” (MATO GROSSO DO SUL, 2004b, p. 10).

No entanto, como afirma Brito (2008, p.8):

[...] abandonou-se a perspectiva de uma ação intencional do órgão gestor no sentido de direcionar a ação educativa, de forma coletiva, para uma nova organização do trabalho didático, tal qual se anunciava na proposta político-pedagógica da Escola Guaicuru para o Ensino Médio [...]. No projeto agora assumido pela Secretaria de Educação, as mudanças seriam de responsabilidade do professor, fruto de seu esforço individual, inclusive para disponibilizar em sua carga horária para estudo.

Sobre os referenciais curriculares para o Ensino Médio, a Gestora de Educação, no período de sua elaboração, acentua:

O referencial curricular que nós entregamos, ele era dentro da proposta marxista, ele era, uma proposta de uma escola ideal, o que a gente sonhava - a proposta dos sonhos. E forçava o professor a estudar, a descobrir a origem das coisas, trabalhava com a gênese das coisas. (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009)

E continua:

Eram três livrinhos, tinha propostas que não era para o mundo de hoje, uma proposta em que você entrava revendo todos os conteúdos estudados na educação básica. Havia uma revisão de todo o conteúdo para que sejam resignificados. Esses conteúdos precisavam se resignificados. Isso aí eu tenho claramente, porque temos conteúdos de matemática que são da época do Império, da matemática voltada para a engenharia, que hoje a engenharia com as novas tecnologias, já não usa mais. E o Ensino Médio continua fazendo os cálculos. Cálculos que hoje já foram superados, por outros usos de tecnologias. Nós não trazemos isso para a escola e a gente continua dando as mesmas coisas (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009).

Acrescenta à sua afirmação, a seguinte crítica:

A proposta do MS estava preocupada com essa diversidade. Ela peca quando não abre para nenhuma outra proposta, quando ela se fecha em Marx Ortodoxa, Acho que ali está o pecado dela. Ela não consegue lidar com nenhuma outra, não aceita. Acho que isso foi o golpe mortal da proposta. E por mais que você quisesse dar outra formatação, a proposta, ela já estava pronta (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009).

Pelo exposto, pode-se inferir que a entrevistada discorda do referencial teórico que fundamentou a proposta para o ensino médio, desde o seu início, o que significa discordar da proposta, deixando a entender, inclusive, que a sua publicação, no decorrer da sua gestão, deve-se ao fato do Referencial Curricular, já se encontrar finalizado.

No entanto, é incisiva, quando afirma que a proposta se diferenciava da apresentada pelo governo federal.

Diferenciava muito. Primeiro porque a proposta do governo federal tem um neoliberalismo impregnado, a questão do positivismo estava muito evidente mesmo no avanço dos PCNs. Quando você puxa o que está propondo isso aqui, aonde quer chegar, ao currículo comum, ao que é? Daí você vai descobrindo que a proposta é um currículo unificado, e aí você tem uma população indígena para ser atendida, tem uma população do campo, tem população de quilombolas, eu tenho uma escola urbana, que não é a mesma da escola do centro, que cada bairro tem sua peculiaridade. E aí? (T2, ENTREVISTA, 13/02/2009)

Assim, foram publicados os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul, organizados em três volumes, referentes a cada uma das três áreas do conhecimento e encaminhados às escolas da rede estadual de ensino.

### **3.5 O Referencial curricular para o ensino Médio na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**

No que se refere à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, na carta endereçada ao professor, Mianutti<sup>16</sup> (2004) afirma:

Este documento é parte de um esforço coletivo que envolveu diretamente, além dos técnicos da SED/MS, uma equipe de professores vinculados às universidades, com formação bastante diferenciada, mas ligados pela experiência docente no ensino médio e pela convicção da urgência de ações comprometidas com uma educação para a cidadania. [...] o debate fez emergir com muita intensidade a necessidade de mudanças e as dificuldades que terão que ser, gradativamente, enfrentadas para implementação da proposta (MATO GROSSO DO SUL, 2004a, p. 12).

Segundo Mianutti (2004a, p. 12), a proposta visava “superar o modelo da fragmentação, da especialização e da disciplinarização do conhecimento”. Nesse sentido, destaca que ela requer do professor a disposição para inovar e se inovar para buscar novos recursos didáticos, ou lançar sobre o material conhecido um novo olhar.

Em função das especificidades da área os temas e as unidades temáticas foram distribuídos, conforme o quadro a seguir.

---

<sup>16</sup> Prof. MSc. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Consultor para a elaboração do Referencial Curricular para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul, na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (MATO GROSSO DO SUL, 2004a).

**Quadro n. 6 – Área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**

<b>1º ANO</b>	TEMA A – O MUNDO ANTIGO Unidade temática I – As civilizações Grega e Romana TEMA B – A EUROPA MEDIEVAL Unidade temática II – O mundo feudal e a transição para modernidade
<b>2º ANO</b>	TEMA C – A MODERNIDADE Unidade temática III – O desenvolvimento da modernidade
<b>3º ANO</b>	Unidade temática IV – A era dos monopólios e a crise da modernidade

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2004a

Em cada Unidade Temática acompanha um pequeno texto por disciplina, propondo alguns conhecimentos para serem trabalhados. Na seqüência, são sugeridas, nos procedimentos metodológicos, fontes para aquisição da linguagem formulada pelas ciências e temas para fomentar a iniciação científica. Além disso, propõe-se a realização de atividades experimentais e na medida do possível, o uso do computador e dos recursos da informática para elaboração dos relatórios.

O texto “Subsídios para pensar a Biologia no currículo do Ensino Médio”, Guterres (2004a, p. 128) ressalta, por exemplo, que:

Hoje, a apropriação de conhecimentos biológicos é essencial para que os jovens possam exercer sua cidadania, participando de debates sobre questões polêmicas, como as relacionadas com o desenvolvimento econômico, a exemplo do aproveitamento dos recursos naturais e a utilização de tecnologias que podem produzir impactos no ecossistema. Os grandes avanços da Genética, da Biologia Molecular, das tecnologias de manipulação de DNA e a clonagem colocam em pauta aspectos éticos na produção e aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

O documento aponta que a opção teórica sugerida pela SED/MS visa “superar uma visão que desvincula a ciência das condições de sua produção”, pois “as ciências modernas, inclusive a Biologia, no seu desenvolvimento histórico, produziram uma linguagem própria, uma lógica interna, métodos particulares de investigação, manifesto nas teorias e nos modelos construídos para interpretar os fenômenos que se propõe explicar”.

A proposta para o ensino médio procurou superar o modelo baseado na fragmentação do conhecimento, na interdisciplinaridade e pautou-se na compreensão do

conhecimento que recupere o sentido humano, sob o entendimento de que “qualquer singularidade a ser estudada, quer seja um fato social, como a depredação do meio ambiente, quer seja uma obra literária, requer a compreensão de que essa singularidade traz em si as contradições do seu tempo histórico, isto é, da universalidade” (MATO GROSSO DO SUL, 2001c, p. 18).

Portanto para a Biologia, buscou-se sublinhar os conhecimentos relevantes para serem tratados no âmbito das Unidades Temáticas, conforme consta no quadro abaixo (MATO GROSSO DO SUL, 2004a, p. 128).

**Quadro n. 7** – Conhecimentos da Biologia para serem tratados no âmbito das Unidades Temáticas

UNIDADE TEMÁTICA	CONHECIMENTOS
As civilizações Grega e Romana	- produzidos por Aristóteles sobre os animais, Teofrasto sobre as plantas e Galeno no campo da anatomia.
O mundo feudal e a transição para modernidade	- produzidos no âmbito da anatomia, da fisiologia, o início das investigações de seres microscópicos, o sistema de classificação de Linné e as idéias de Bufon sobre as transformações das espécies.
O desenvolvimento da modernidade	- Teoria celular: processos metabólicos, como respiração e fotossíntese; constituição tecidual; trabalhos de Lamarck e Darwin sobre a evolução das espécies; trabalhos de Gregor Mendel, fundamentos da genética moderna; considerações sobre a classificação dos seres vivos e conceitos básicos de ecologia.
A era dos monopólios e a crise da modernidade	- Experimentos que denotaram ser o ácido desoxirribonucléico (DNA) o material genético, o modelo de Watson e Crick para a estrutura da molécula de DNA; o experimento de Stanley Miller para testar a hipótese científica sobre a origem da vida, o código genético, organismos geneticamente modificados e os vários aspectos relacionados a crise ecológica.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2004a

Assim, a proposta para o ensino médio, expressa no referencial curricular para a área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, nos termos de Mianutti (2004a, p. 12-13), exigia recuperar o conhecimento produzido nos contextos históricos, para pensar a

ciência moderna. Isso requer, por sua vez, do professor, leitura e pesquisa de textos clássicos, que possam contribuir para a compreensão dos conteúdos das disciplinas do currículo do ensino médio. Afirma, ainda, que além de superar a problemática da fragmentação do conhecimento, verifica-se a necessidade de rever a organização do conhecimento e uma caminhada coletiva para que os professores de diferentes áreas, juntamente com os alunos, busquem conhecimentos relevantes que levem a compreensão dos problemas fundamentais da sociedade (MIANUTTI, 2004a, p. 20).

Nesse sentido, o referencial curricular busca recuperar a totalidade do conhecimento, entendendo, conforme a proposta, que “a interdisciplinaridade é a somatória de fragmentos sobre determinado objeto, o que não traz nenhum benefício ao aluno na medida em que, por retalhos, não se consegue apreender a totalidade do viver na sociedade do capital”. E que é fundamental ao professor apropriar-se de um referencial teórico-metodológico que, para além da interdisciplinaridade, ou apesar dela, funcione como um eixo unificador do currículo [...] (MATO GROSSO DO SUL, 2001c, p. 20).

Em síntese, no período de 2003 a 2006, a Secretaria de Estado de Educação desencadeou o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação e pautou as suas ações no Projeto “Escola Inclusiva”, em que afirma entender a educação como direito de todos. No desenvolvimento desse projeto, deu continuidade à reforma do ensino médio, iniciada na primeira gestão do governo de José Orcírio Miranda dos Santos e retomou as ações do PROMED.

No entanto, ao dar prosseguimento a reforma curricular para esta etapa de ensino da educação básica, substituiu o Plano Curricular Unificado para o Ensino Médio, pela Matriz Curricular para o Ensino Médio, com alterações, principalmente, na Parte Diversificada e na metodologia de projetos.

Nesse percurso, priorizou a elaboração dos “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul”, concluindo o segundo período da reforma iniciada em 1999, no decorrer do processo de Constituinte Escolar

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de implantação da reforma do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, no decorrer do governo de José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores, nos anos de 1999 a 2006, levando-se em consideração a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394 de 1996.

Cabe lembrar que a reforma educacional iniciada no Brasil na década de 1990 centrou-se, principalmente, no ensino fundamental. No entanto, teve início um processo de mudanças para o ensino médio, tanto no que se refere ao currículo, como na definição de ações, no sentido de atender a demanda, considerada em crescimento, e viabilizar os dispositivos da LDB, sancionada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 20 de dezembro de 1996.

Para viabilizar a implementação da reforma do Ensino Médio no país, o MEC desenvolveu o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED), denominado “Escola Jovem”, elaborado em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e solicitou aos estados brasileiros a apresentação de um Projeto de Investimento (PI), cujas ações deveriam estar articuladas às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

O Parecer n. 15, de 1º de junho de 1998 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, estabelecidas por meio da Resolução n. 3, de 26/6/1998, da Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), explicitam as formulações gerais da LDB.

A Resolução indica que o currículo para o Ensino Médio deve ser composto das seguintes áreas de conhecimento: Linguagens Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias. Para isso, define como eixos estruturadores: Identidade, Diversidade e Autonomia; Interdisciplinaridade e Contextualização.

É importante destacar que o período da pesquisa compreendeu um momento histórico de mudanças na política de Mato Grosso do Sul, pois elegeu pela primeira vez em 1998, desde sua criação em 1977, um Governo de esquerda, do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio de coligação (PT, PDT, PPS, PC do B, PAN, PSB).

No início do mandato, em 1999, a Secretaria de Estado de Educação, na gestão do professor Pedro César Kemp Gonçalves apresentou seu projeto político-educacional denominado “Escola Guaicuru: Vivendo uma nova lição”, baseado na Proposta do Governo Popular, que entende a educação como um direito de todos e como um dos pressupostos básicos para a cidadania ativa. Assim, essa proposta objetivou uma ruptura na tradição educacional do estado.

O Projeto Político-Educacional estava assentado em três Programas, que visavam garantir a democratização do acesso escolar, a qualidade social da educação e a democratização da gestão escolar. Cada um dos programas, por sua vez, abrangia um conjunto de projetos e metas a serem materializados ao longo dos quatro anos da gestão do governo estadual.

Para a efetivação do referido Projeto, a Secretaria de Estado de Educação desencadeou um movimento participativo, denominado Constituinte Escolar, que em sua concepção visava possibilitar a participação da comunidade escolar e da sociedade civil organizada, com o intuito de elaborar um Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no âmbito do Projeto da Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição.

Nesse período, que vai de janeiro de 1999 a junho de 2001, foram elaborados os Cadernos da Escola Guaicuru, em que constavam: a fundamentação teórica do Projeto; a proposta curricular para o ensino médio; a metodologia de projetos; instituição das Aulas Programadas, entre outros (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, 1999b, 1999c, 2000a, 2000b).

A Constituinte Escolar culminou com a realização do I Congresso Estadual da Constituinte Escolar, que aprovou em 28 de junho de 2001, o Plano para a Rede Estadual de Educação.

A política educacional para o Ensino Médio, construída no período de 1999 a 2002, baseou-se em princípios definidos na Constituinte Escolar. No interior desse movimento foi constituída uma proposta curricular para o ensino médio, projetado com base na concepção da Escola Única, ou seja, voltada para a formação geral, articulada em três eixos: formação cultural, formação econômica e formação política.

A proposta estava fundamentada na ciência da história e em uma organização do trabalho didático, baseada no desenvolvimento de projetos de pesquisa, cuja viabilização exigia estudo sistemático, trabalho coletivo e envolvimento de todos os profissionais da educação. Dessa forma, trata-se de proposta que se apresentava como alternativa à perspectiva neoliberal, assim como contrária à fragmentação do conhecimento, à perspectiva da interdisciplinaridade, implícita no Parecer CNE nº 15/1998, uma vez que essa perspectiva não está voltada para a formação de seres humanos, como seres sociais históricos.

Com base nesses elementos foi implantado, na primeira gestão do governo popular, o Plano Curricular Unificado do Ensino Médio para o Estado de Mato Grosso do Sul, enfatizando a articulação entre a base comum de formação geral e a Parte Diversificada, mantida no Plano por exigência legal, porém, em que deveriam ser aprofundados os eixos básicos e regulamentado por meio das Resoluções SED/MS n. 1.453/2000 e n. 1.451/2001. Uma concepção de Ensino Médio que garante uma educação unitária, ou seja, que tenha como eixo articulador uma sólida formação geral.

De modo específico, para o período noturno, o Plano inseriu o Projeto Aulas Programadas, flexibilizando o primeiro e o último tempo aos alunos do referido período, para que desenvolvessem projetos de pesquisa e para melhor atender as suas necessidades.

Com a mudança de Secretário de Estado de Educação, em 2001, na gestão do professor Antônio Carlos Biffi e, depois, na gestão de Elza Aparecida Jorge, que assumiu a Secretaria no período de abril de 2002 a dezembro de 2002, a Escola Guaicuru passou a denominar-se Escola do Governo Popular. Apesar de não se levar em consideração o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, algumas ações que já haviam sido encaminhadas anteriormente, com a utilização de verbas do PROMED, tiveram continuidade. Entre essas ações destacam-se: a capacitação de professores, diretores coordenadores pedagógicos; e a edição do Caderno “Perspectivas Pedagógicas para o Ensino Médio” (MATO GROSSO DO SUL 2002a).

Ressalta-se, que o Plano Curricular Unificado do Ensino Médio não sofreu alterações até o final da primeira gestão do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.

No segundo mandato do governo de José Orcírio Miranda dos Santos (2003-2006), a principal iniciativa no campo educacional, na gestão do Secretário Hélio de Lima, foi à elaboração do Plano Estadual de Educação, em atendimento ao Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001), aprovado por meio da Lei Estadual n. 2.791, e 30 de dezembro de 2003.

Em relação ao ensino médio, a SED/MS, no âmbito do Projeto “Escola Inclusiva: espaço de cidadania” retomou as diretrizes que haviam sido definidas na proposta da Escola Guaicuru e, por intermédio de consultores contratados e responsáveis pela fundamentação teórica do projeto original, elaborou e aprovou os “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul”, nas três áreas do conhecimento: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Linguagens, códigos e suas tecnologias.

Nesse período retomaram-se, também, as ações do PROMED e as atividades foram desenvolvidas com recursos oriundos do Programa, principalmente, para as capacitações realizadas que visavam orientar os referenciais curriculares, em andamento. Esses referenciais contêm a fundamentação teórica e orienta o estudo por meio de Unidades Temáticas, no sentido de entender a trajetória do homem na construção das civilizações ocidentais, desde o Mundo Antigo até a Sociedade de nossos dias.

O Referencial Curricular para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, por seu turno, com base nos pressupostos teórico-metodológicos definidos, buscava superar uma visão que desvinculava a ciência das condições de sua produção. Desse modo, os conteúdos selecionados deveriam ser tratados no âmbito das Unidades Temáticas.

Diante do exposto, é preciso considerar as contradições que permearam o processo. O primeiro ponto a destacar é que para garantir as atividades desenvolvidas pela SED/MS, para o Ensino Médio, foram utilizados os recursos provenientes do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PROMED)/Projeto Escola Jovem, do governo federal, oriundos do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O segundo ponto é que apesar dos “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio”, aprovados e enviados às escolas, em 2004, apresentarem a fundamentação teórica com base no projeto original, a sua elaboração parece não ter sido pautada em uma construção

coletiva, uma vez que foram elaborados sem a participação dos professores, ou seja, sem o debate coletivo em relação à temática e que, por sua vez, marcou a elaboração do projeto original. Além disso, uma proposta diferenciada exigia uma formação consistente para o professor. No entanto, as capacitações realizadas não corresponderam ao aporte teórico que orientava os referenciais curriculares em desenvolvimento nas escolas.

Outro ponto a ser destacado é que a SED/MS alterou, na gestão do segundo mandato do governo, o Plano Curricular Unificado para o Ensino Médio e aprovou a Matriz Curricular para o Ensino, retirando a carga horária da Parte Diversificada que garantia a materialização da unidade do Plano Curricular, regulamentado pela Resolução/SED/MS n. 1.700/2004. Assim, as condições de trabalho com projetos de pesquisa foram modificadas, interferindo de forma significativa na organização do trabalho didático, proposta no projeto original.

A pesquisa apresentada, ao investigar a implantação da reforma do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1999 a 2006, não se esgota aqui. Consideramos a importância de outros estudos que analisem, por exemplo, como a proposta chegou às escolas, até que ponto se materializou em sua totalidade, a permanência da proposta ou de como os referenciais curriculares vem sendo desenvolvidos. Abrem-se outras possibilidades, no que se refere à análise da Política para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que se trata da etapa da Educação Básica, que possibilita ao jovem a continuidade de seus estudos na educação superior.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry, Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda. **A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001):** uma proposta de gestão democrática. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCDB, Campo Grande, MS, 2004.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda; SENA, Ester. **A Constituinte Escolar na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999-2001):** acertos e desacertos com a democracia. Campo Grande, MS: UCDB, 2005. (Série Estudo, n. 20). Disponível em: [http://www.ucdb.br/serieestudos/publicações/ed20/\\_10\\_Mari/pdf](http://www.ucdb.br/serieestudos/publicações/ed20/_10_Mari/pdf). Acesso em: 30 de julho de 2009.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BRAZ, Terezinha Pereira. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no financiamento do Ensino Médio. **Série Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 18. p. 143-159, jul./dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. **O financiamento do ensino médio da rede estadual de Mato Grosso do Sul (1996-2006)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A reforma do ensino médio e a reinserção da Sociologia no currículo em Mato Grosso do Sul (1999-2006)**. V Congresso Brasileiro de História de Educação, Aracajú, SBHE, 2008.
- CALIXTO, Ernângela Maria de Souza. **Políticas de formação continuada de professores do ensino médio, 1999-2006**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação**, São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30/03/2008.
- DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra e OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação e Sociedade**. [online]. 2000, vol. 21, n.70, pp. 63-79. ISSN 0101-7330. Campinas: 2000.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 85-122.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003. <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 07/08/2009

\_\_\_\_\_. **Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio**. 2004. [www.cefetrn.br/documentos/ensino\\_medio\\_gaudencio.pdf](http://www.cefetrn.br/documentos/ensino_medio_gaudencio.pdf). Acesso em: 06/09/09.

GIORDANI, Loreni. **O Sentido e o Significado do Ensino Médio Noturno na Construção das Atividades dos seus alunos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2005.

GUTERERRES, Zaira da Rosa. Subsídios para pensar a Biologia no currículo do ensino médio. In: **Referencial curricular para o ensino médio de Mato Grosso do Sul**. SED (Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias). Campo Grande, 2004.

KRAWCZYK, Nora. A escola média: um espaço sem consenso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 169-202, nov. 2003. [www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf). Acesso em: 02/05/2008.

KRAWCZYK, Nora: A escola Média: um espaço sem consenso. Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho./ secretaria de Educação Média e Tecnológica. Organizadores: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavata. \_ Brasília: MEC, SENTEC, 2004.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação e Sociedade**, Campinas v. 21, n. 70, 2000a. <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 05/09/07.

\_\_\_\_\_. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo, Cortez, 2000b.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26. maio/jun./jul./ago. 2004. [www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf). Acesso em: 20/08/09.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 6. ed. São Paulo. Hucitec, 1979.

MELLO, Guiomar Namó de. **Organização do currículo do ensino médio**. São Paulo: 1998.

MITRULIS, Eleny. Ensaio de inovação no ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 217-244, jul. 2002. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 20/11/07.

OLIVEIRA, Ramon. **Ensino médio e educação profissional – reformas excludentes**. GT-09: Trabalho e Educação. Caxambu, ANPED, 2001a. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em: 10/09/2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001b. p. 15-43.

PERONI, Vera Maria Vidal. Perspectivas da gestão democrática da educação na elaboração de políticas públicas: a constituinte escolar de Mato Grosso do Sul. **Série Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande: UCDB. p. 49-62, jul./dez. 2004.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. Reflexões sobre direcionamentos e rebatimentos das orientações do Banco Mundial para a educação brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 74, jul. 2007. <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 13/08/09.

SANFELICE, José Luís. Pós-Modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, José Cludinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: SC:UNC, 2001. p. 5-12.

SANTOS, Fabiola Silva dos. **Política de Alfabetização de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul**: a experiência do Movimento de Alfabetização – MOVA/MS (1999/2006). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. Acomodações neoliberais na educação brasileira e as estratégias do Banco Mundial. **Revista PUCVIVA**, n. 13 jul.-set. 2001. Disponível em: [www.apropucsp.orerag.br](http://www.apropucsp.orerag.br). Acesso em: 09/09/09.

SOUZA, Zaira Portela de. **A Política de Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul**: a Escola Guaicuru de 1999/2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

#### **Documentos:**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília/DF, 1977.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 14 de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 ADCT. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal n. 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, 18 abr. 1997.

\_\_\_\_\_. CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Relatora: Guiomar Namó de Mello. Aprovado em 01/06/98. (cópia impressa).

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/CEB. **Parecer n. 15/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Relatora: Guiomar Namó de Mello. Disponível em: [www.mec.gov.br/cne](http://www.mec.gov.br/cne). Acesso em: 05/2006.

\_\_\_\_\_. INEP/MEC. **Resultados finais do Censo Escolar 1999**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar>. Acesso em: 20/05/2009.

\_\_\_\_\_. INEP/MEC. **Resultados finais do Censo Escolar 2002**. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar\\_2002](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2002). Acesso em: 20/05/2009.

\_\_\_\_\_. INEP/MEC. **Resultados finais do Censo Escolar 2006**. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar\\_2006](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2006). Acesso em: 20/05/2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Projeto de investimento, convênios e os planos de trabalho**. Brasília, SEMTEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio: Escola Jovem**. Brasília/DF, SEMTEC, 2000a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio: Escola Jovem**. Projeto de Investimento/MS. 2000b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172/2001 – O Plano Nacional de Educação**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 29/07/08.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CEB. **Resolução nº 03/98**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: [www.mec.gov/cne](http://www.mec.gov/cne). Acesso em: 05/2006.

\_\_\_\_\_. **Contrato de Empréstimo n. 1052/OC-BR**. Brasília/DF: Ministério da Educação Média e Tecnológica, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Convênio 259/00/PROMED**. Brasília/DF, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer de aprovação do Termo Aditivo pelo Conselho Diretor do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROMED**. MEC/SEMTEC. Brasília/DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Convênio n. 025/2004/PROMED**. Brasília/DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Convênio n. 838011/2005/PROMED**. MEC/FNDE. Brasília/DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 2). Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21/08/2009.

\_\_\_\_\_. **Censo Populacional 2007**. Ano 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estados>. Acesso em: 20/02/2009.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa de Governo para Mato Grosso do Sul: Movimento Muda Mato Grosso do Sul – PT/PDT/PPS/PC do B/PAN/PSDB**. Campo Grande, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta de educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1999a. (Cadernos da Escola Guaicuru, 1).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **O que é a Constituinte Escolar**. Campo Grande, 1999b. (Série Constituinte Escolar, n. 01/1999).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Gestão Democrática**. Campo Grande, 1999c. (Série Constituinte Escolar, n. 11/1999).

\_\_\_\_\_. **Constituinte escolar**. Construindo a escola cidadã. Subsídio teórico. Estado e política educacional. Dívida externa. Campo Grande, 2000a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **O ensino médio na Escola Guaicuru: proposta político-pedagógica para Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2000b. (Cadernos da Escola Guaicuru, 2).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio**: Projeto de Investimento. Campo Grande, 2000c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Resolução n. 1.453, de 18 de dezembro de 2000. Estabelece as normas para as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino quanto ao Plano Curricular Unificado. **Diário Oficial**, n. 5414, 19 de janeiro de 2000. Campo Grande, 2000d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de Educação para Rede Estadual de Ensino**. Campo Grande, 2001a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Resolução n. 1.461, de 17 de janeiro de 2001. Altera dispositivo da Resolução SED n. 1.453 de 18 de dezembro de 2000. **Diário Oficial**, n. 5.631, 19 de janeiro de 2001. Campo Grande, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Termo de Referência n. 002/2001**. Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROMED. Processo n. 29/066631/2001. Programa de Formação Continuada desenvolvido pela FAPEC. Campo Grande, 2001c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Perspectivas pedagógicas para o ensino médio**. V. 2.1. 2.ed. Campo Grande, 2002a. (Série Fundamentos Político-Pedagógicos).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo referencial**. Ciências humanas e suas tecnologias. Campo Grande, 2002b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Resolução n. 1.629, de 1º de abril de 2003. Estabelece as normas para as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino quanto ao Plano Curricular Unificado do Ensino Médio. **Diário Oficial**, n. 5.970, 2 de abril de 2003. Campo Grande, 2003a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Lei n. 2.787, de 24 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2003b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Lei n. 2.791 de 30 de dezembro de 2003**. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Campo Grande, 2003c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial para o ensino médio de Mato Grosso do Sul**: área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Campo Grande, 2004a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial para o ensino médio de Mato Grosso do Sul**: área de Ciências Humanas e suas tecnologias. Campo Grande, 2004b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial para o ensino médio de Mato Grosso do Sul**: área de Linguagens, códigos e suas tecnologias. Campo Grande, 2004c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Resolução n. 1.700, de 30 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar do ensino fundamental, nos anos finais e no ensino médio das unidades escolares da rede estadual de ensino. **Diário Oficial**, n. 6.175, 30 de janeiro de 2004. Campo Grande, 2004d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de Trabalho do Convênio n. 025/2004/PROMED**. Campo Grande, 2004e.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político-Educacional, Escola inclusiva**. Campo Grande, 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Revista do Ensino Médio de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Programa Político-Educacional:** Escola Inclusiva: Espaço de Cidadania. Boletim do Ensino Médio. Gestão 2003-2006. Disponível em: [http:// www.sed.ms.gov.br](http://www.sed.ms.gov.br). Acesso em: 06/2007.

### Sites

[www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescola](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescola).

[www.portalms.com.br/.../Historia-de-Mato-Grosso-do-Sul/Mato-Grosso-do-Sul/Mato-Grosso-do-Sul/Historia/...](http://www.portalms.com.br/.../Historia-de-Mato-Grosso-do-Sul/Mato-Grosso-do-Sul/Mato-Grosso-do-Sul/Historia/...)

[www.sed.ms.gov.br](http://www.sed.ms.gov.br)

[www.mec.gov/cne](http://www.mec.gov/cne)

[www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados>.

### Entrevistas

**ENTREVISTA.** Técnica 1. Superintendente de Educação da Secretaria de Estado de Educação, em 06 de março de 2009.

**ENTREVISTA.** Técnica 2. Gestora do Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação, em 13 de fevereiro de 2009.

## ANEXO 1

### Roteiro de Entrevista

1. Como o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED), conhecido como Projeto Escola Jovem, do governo federal (Secretaria de Educação Média Tecnológica/MEC) foi implantado no estado de Mato Grosso do Sul?
2. Qual a importância do PROMED/Projeto Escola Jovem, para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul?
3. Qual a relação do PROMED do governo federal, com a reforma para o Ensino Médio do estado de Mato Grosso do Sul?
4. O Estado, por meio da Secretaria de Educação, elaborou um Projeto de Investimento (PI), solicitado pelo MEC. Quais os principais princípios e eixos definidos pelo Estado nesse Projeto. Como foram definidos?
5. Em que medida os princípios e diretrizes definidos na proposta para o ensino médio em Mato Grosso do Sul diferenciam-se das políticas nacionais emanadas do governo federal?
6. Com relação ao processo de elaboração da Reforma do **Ensino Médio** no Estado de Mato Grosso do Sul:
  - Quando iniciou o processo?
  - Como foi desencadeado?
  - Em que perspectiva se fundamentava essa proposta?
  - Qual a preocupação/propósito principal da proposta de reforma?
  - Como foi o envolvimento dos professores? Coordenadores pedagógicos? Diretores?
  - Houve dificuldades? Quais foram?
  - Como se desencadeou o processo durante a sua gestão?
7. No que se refere, especificamente, a reforma curricular, em que se pautava a proposta de organização do ensino médio?
8. Qual a proposta para a área de Ciências da natureza e matemática?
9. Qual o tratamento dado na proposta pedagógica referencial para a área de Ciências da natureza e matemática?
10. Qual a sua avaliação sobre a reforma do ensino médio em Mato Grosso do Sul, desencadeada no período do governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2006)?
11. Qual a sua avaliação sobre o Referencial Curricular do Ensino Médio (RCEM), publicado em 2004?

## ANEXO 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ELISETE EMIKO OBARA, sou atualmente mestrando (a) do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A minha pesquisa, para a elaboração de dissertação de mestrado, tem por objetivo analisar os principais eixos e metas da Reforma do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, no período de 1999 a 2006.

Como pesquisadora responsável pela realização das entrevistas com a superintendente e a gestora do ensino médio do período (1999-2006) selecionadas para estudo, registrarei as informações prestadas, comprometendo-me a dirimir qualquer dúvida ou prestar esclarecimentos que, eventualmente, o entrevistado (participante) venha a ter durante a pesquisa e mantendo o compromisso de compatibilizar as necessidades da pesquisa com o respeito ao cotidiano de funcionamento da instituição.

A professora Dr<sup>a</sup> Regina Tereza Cestari de Oliveira, da UCDB, é a minha orientadora no desenvolvimento da pesquisa e na elaboração da Dissertação de Mestrado e está à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, pessoalmente ou pelo telefone (67) 3312- 3728.

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_

- Autorizo a realização do estudo na Instituição ( ) Sim ( ) Não.
- Em caso positivo: concordo com a identificação de meu nome nos relatórios da pesquisa e publicações associadas: Sim ( ) ( ) Não.
- Concordo com a gravação da pesquisa ( ) Sim ( ) Não.  
Campo Grande, MS \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (a) Entrevistado(a) (de acordo)

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador ( a)

Elisete Emiko Obara

### ANEXO 3

#### Componentes e metas do Projeto de Investimento do Estado de Mato Grosso do Sul para o Ensino Médio

COMPONENTES	METAS
<b>1. Fortalecimento institucional da Secretaria de Educação</b>	<p>1.1. Adquirir equipamentos para aparelhar a Coordenadoria de ensino Médio com recursos tecnológicos e estrutura material.</p> <p>1.2. Garantir a participação da equipe da Coordenadoria do Ensino Médio em cursos e visitas técnicas a outros estados, visando buscar subsídio para implantação da reforma do Ensino Médio.</p> <p>1.3. Garantir o acervo para a Coordenadoria de Ensino Médio composto de livros e assinatura de revistas e jornais.</p> <p>1.4. Capacitar a equipe da Coordenadoria do Ensino Médio para elaboração e utilização do material de apoio pedagógico para os professores.</p>
<b>2. Qualidade social da educação</b>	<p>2.1. Imprimir e distribuir 13500 kits com 4 cadernos cada para apoio às escolas na implementação do currículo.</p> <p>2.2. Realizar visitas técnicas aos municípios para apoiar o desenvolvimento dos projetos escolares.</p> <p>2.3. Apoiar as escolas nas ações relacionadas com o desenvolvimento dos projetos escolares.</p> <p>2.4. Apoiar elaboração e desenvolvimento dos projetos juvenis.</p> <p>2.5. Acompanhar e avaliar a execução dos cursos de formação inicial.</p>
<b>3. Plano de comunicação e difusão</b>	<p>3.1. Publicar Boletim, produzir Teleconferência e Vídeos referente à reforma do Ensino Médio.</p>
<b>4. Democratização do acesso</b>	<p>4.1. Contratar consultoria para apoiar a equipe no desenvolvimento das propostas de capacitação dos professores que atuam nas comunidades rurais.</p> <p>4.2. Capacitar técnicos e professores que atuam nas comunidades rurais.</p>
<b>5. Desenvolvimento curricular</b>	<p>5.1. Estabelecer convênio com agência formadora para capacitação dos docentes.</p> <p>5.2. Capacitar docentes, coordenadores, diretores e assessores técnicos nas três áreas do conhecimento para apoiar os docentes no desenvolvimento do projeto pedagógico.</p>
<b>6. Racionalização, expansão da rede escolar e melhoria do atendimento</b>	<p>6.1. Equipar os laboratórios de informática e equipar e mobiliar os laboratórios de ciências.</p>

FONTE: MATO GROSSO DO SUL, 2000c, p. 25-26

## ANEXO 4

### Programa: Democratização de Acesso Escolar

PROJETOS	METAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bolsa escola</li> <li>2. Reorganização da Formação e do tempo escolar – ciclos</li> <li>3. Transporte escolar –áreas de difícil acesso</li> <li>4. Manutenção e recuperação da rede física</li> <li>5. Telematrícula</li> <li>6. Ensino noturno na ESCOLA GUAICURU</li> <li>7. Inclusão do portador de necessidades especiais no sistema regular de ensino</li> <li>8. Redimensionamento e fortalecendo o ensino médio</li> <li>9. Jovens e adultos na escola</li> <li>10. Educação escolar indígena:uma questão de cidadania</li> <li>11. Efetivando a municipalização da educação infantil</li> <li>12. Educação profissional uma política a ser construída</li> <li>13. Tecnologia no contexto da ESCOLA GUAICURU</li> <li>14. Fortalecimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)</li> <li>15. Educação escolar e as diferentes etnias</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar o geoprocessamento da demanda escolar da Rede Estadual de Ensino.</li> <li>2. Assegurar a oferta de matrícula no ensino fundamental, para crianças, jovens e adultos e com prioridade o Ensino Médio.</li> <li>3. Implementar a política de inclusão do Portador de Necessidades Especiais no sistema regular de ensino.</li> <li>4. Implementar projeto de metodologia e procedimento inovador quanto à organização do currículo escolar no ensino fundamental.</li> <li>5. Garantir transporte escolar aos alunos das regiões de difícil acesso.</li> <li>6. Promover a manutenção e recuperação da rede física das unidades escolares.</li> <li>7. Implantar gradativamente o Programa Bolsa-escola.</li> <li>8. Construir participativamente a política educacional da diversidade étnica.</li> <li>9. Implantar uma política de atendimento para o ensino noturno.</li> <li>10. Assegurar recursos do Tesouro Nacional para implantar a política de ensino médio e educação profissional.</li> <li>11. Construir coletivamente uma política de educação para jovens e adultos, que enfrente o analfabetismo.</li> <li>12. Implementar a municipalização da educação infantil.</li> <li>13. Intensificar o uso de modernas tecnologias da informação.</li> <li>14. Fortalecer a TVE, objetivando a expansão gradativa do sinal para todos os municípios do estado.</li> <li>15. Fortalecer a UEMS, reconhecendo a Universidade Estadual como instituição estratégica para o desenvolvimento social do Estado.</li> </ol>

Fonte: Mato Grosso do Sul, 1999a, p. 20-21-22

## ANEXO 5

### Programa: Democratização da Gestão Escolar

PROJETOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>01. Autonomia escolar</li> <li>02. Planejamento participativo</li> <li>03. Eleição de diretores</li> <li>04. Fortalecendo os colegiados escolares</li> <li>05. Constituinte escolar</li> <li>06. Dinamizando a coordenação pedagógica</li> <li>07. Redimensionando a inspeção escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>01. Viabilizar a descentralização administrativa, pedagógica e financeira.</li> <li>02. Garantir a autonomia financeira, pedagógica e administrativa às unidades escolares.</li> <li>03. Criar espaços permanentes de discussão que assegurem a participação dos diferentes segmentos envolvidos no processo educacional para efetivação dos propósitos da ESCOLA GUAICURU.</li> <li>04. Reorganizar o processo de eleição de diretores e colegiados escolares.</li> <li>05. Reestruturar o serviço de inspeção escolar.</li> <li>06. Implantar o Programa Planejamento e Orçamento Participativo.</li> </ul>

Fonte: Mato Grosso do Sul, 1999a, p. 22-23

## ANEXO 6

### Programa: Qualidade Social da Educação

PROJETOS	METAS
01. Desenvolvimento profissional 02. Apoio e incentivo à formação profissional 03. Estatuto social para os trabalhadores da educação	01. Implantar uma política de desenvolvimento profissional para os trabalhadores da educação. 02. Estabelecer processo de discussão coletiva junto aos trabalhadores da educação, objetivando a construção do seu Estatuto social. 03. Ampliar e assegurar os serviços de apoio aos trabalhadores da educação. 04. Instituir a coordenação pedagógica como elemento de articulação e promoção do processo de capacitação dos educadores na unidade escolar.

Fonte: Mato Grosso do Sul, 1999a, p. 24-25

## ANEXO 7

### Proposta Pedagógica Referencial para o Ensino Médio na Escola Guaicuru

ELEMENTOS/AGENTES	DESCRIÇÃO
<b>O PROFESSOR</b>	Elemento fundamental na construção de um currículo, que requer dele uma disposição para mudar conceitos e derrubar preconceitos, preparar-se e também preparar os alunos para situações de instabilidade, riscos e poucas escolhas. O professor não poderá mais ser entendido como o repassador de conhecimentos estabelecidos e cristalizados. De professor repassador, ele deverá transformar-se em professor pesquisador. Diante de um mundo marcado pela presença de novas tecnologias, é exigência que o professor recorra a essas tecnologias.
<b>O ALUNO</b>	Deverá ser colocado em situações que estimulem: 1. Valores como solidariedade, justiça social, espírito de luta e auto estima; 2. Atitudes como disciplina, responsabilidade, rapidez de decisões, autonomia, capacidade de escolher, de repartir, de auxiliar; 3. Os conhecimentos necessários para o seu viver individual e coletivo, face ao aparato científico-tecnológico que conforma a sociedade vigente, consciente dos seus limites e possibilidades de transformação social.
<b>A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA</b>	O currículo por áreas de conhecimento, permite aos professores uma nova organização do trabalho coletivo, na escola, onde eles poderão juntos preparar os conteúdos dentro de Unidades Temáticas mais amplas e se revezarem no trabalho com o aluno, usando recursos da mídia, recorrendo as bibliotecas, à internet, a videotecas, etc.
<b>O COLEGIADO ESCOLAR, O DIRETOR E O COORDENADOR PEDAGÓGICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Colegiado Escolar tem um papel fundamental: consolidar as bases políticas de uma pedagogia voltada para a valorização do ser humano e estabelecer por meio dos COUNE (Conselhos das Unidades Escolares Estaduais), uma permanente articulação com a Secretaria de Estado de Educação para estar viabilizando os caminhos da construção dessa pedagogia; buscar parcerias com instituições privadas para fazer frente às necessidades.</li> <li>- Cabe ao diretor propiciar as condições materiais e políticas para a realização de mudanças na escola, no que diz respeito às organizações dos espaços, do currículo, à alteração do regimento escolar, da grade curricular, à disponibilização de recursos tecnológicos e principalmente à descentralização das decisões e delegação de competências.</li> <li>- Coordenador Pedagógico é a força catalizadora das mudanças na escola. É de sua responsabilidade a tarefa de estimular as iniciativas de mudança. Deverá estar atualizando seus conhecimentos e perfilando-se com as mudanças já em curso na sociedade.</li> </ul>
<b>SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ABORDAGEM SOCIAL DO CONHECIMENTO</b>	A seleção e organização dos conhecimentos, tanto de formação geral como da parte diversificada devem não só levar em conta a natureza histórica do contexto dos monopólios, mas estar apoiados nos valores e atitudes referenciados pelos eixos básicos, necessários à formação da cidadania.
<b>OS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO GERAL</b>	Organizados em áreas, de acordo com os PCNs. Essa abordagem em áreas deve ser utilizada para o favorecimento de uma maior autonomia na organização do trabalho didático. A criatividade e a autonomia adquirem uma dimensão renovada.
<b>OS CONTEÚDOS DA PARTE DIVERSIFICADA</b>	Os conteúdos podem ser trabalhados através da realização de projetos científicos e artísticos, de seminários e oficinas, organizados de forma concomitante com as áreas de formação geral.
<b>AVALIAÇÃO</b>	Oportunizar aos alunos instrumentos que lhes permitam vencer etapas e descobrir novos ângulos no processo de construção de sua cidadania, compreendendo-a como histórica e, portanto, passível de acréscimos e de crítica permanentes
<b>AS ALTERNATIVAS PARA VIABILIZAR O TRABALHO DIDÁTICO</b>	Não só a substituição do livro didático pelos Cadernos, mas também outras experiências inovadoras na escola serão apoiadas e subsidiadas pela Secretaria de Estado da Educação, na forma de uma política de capacitação dos docentes que atuam no ensino médio.
<b>A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS NA ESCOLA</b>	<p>As atividades contempladas pelos Cadernos podem ser realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pela utilização de tecnologias áudio-visual disponível ao aluno;</li> <li>- Através da leitura permanente de obras clássicas do pensamento e da literatura universais, bem como de autores pouco ou mesmo desconhecidos;</li> <li>- Pela utilização da internet: acesso ao conhecimento científico e tecnológico;</li> <li>- Pela sistematização dos conteúdos temáticos, através de palestras, seminários, conferências, aulas programadas, entre outras atividades.</li> </ul>
<b>CAPACITAÇÃO</b>	O programa de capacitação previsto pela Secretaria está assentado em três eixos: 1. A natureza histórica da sociedade vigente; 2. As novas tecnologias da comunicação e da informação, bem como de suas linguagens; 3. Os conteúdos pertinentes a cada uma das áreas do conhecimento.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 20-31.

## ANEXO 8

### Democratização do acesso, da permanência e da progressão escolar

PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	METAS
Telematrícula e matrícula digital	Garantir a matrícula no ensino fundamental e no ensino médio, para crianças, jovens e adultos, assegurando com prioridade o acesso ao ensino médio.
Construção, ampliação, reformas e adequação da rede física	Realizar construção, reforma, ampliação e adequação na estrutura física das escolas, ampliando o número das escolas, ampliando o número de quadras de esporte cobertas.
Transporte escolar	Assegurar transporte escolar gratuito, em parceria com os municípios, para os alunos da zona rural e das regiões de difícil acesso.
Ensino Médio em Expansão	Ampliar a oferta do ensino médio na rede estadual de ensino.
Merenda Escolar	Garantir a merenda escolar de qualidade para os alunos do ensino fundamental e médio.
Educação Infantil	Assegurar o acesso e, a permanência, às crianças de 0 a 6 anos nos Centros de Educação Infantil (CEIs) já existentes.
MOVA-MS alfabetizado	Alfabetizar jovens com idade acima de 15 anos e adultos, em parceria com municípios e instituições.
Educação de Jovens e Adultos	Implementar a política de atendimento a jovens e adultos que não tiverem acesso à escola em idade própria.
Vivendo novas lições de cidadania	Assegurar o acesso à educação escolar e a continuidade dos estudos aos jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas e de adultos em unidades prisionais.
Curso popular pré-vestibular	Possibilitar ao jovem egresso do ensino médio de escola pública a participação em curso pré-vestibular gratuito.
Educação básica do campo	Oferecer educação básica às comunidades moradoras do campo.
Educação para igualdade racial	Fomentar discussões sobre mitos e preconceitos na comunidade escolar visando à superação de atitudes discriminatórias, promotoras de exclusão escolar e social.
Educação profissional	Divulgar, implantar e implementar a política da educação profissional e promover o acesso de jovens e adultos a cursos gratuitos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.
Educação escolar indígena	Assegurar o ingresso das diversas etnias no processo escolar, preservando a cultura e a autonomia dos diferentes grupos existentes no estado.
Educação especial	Garantir o acesso de pessoas com necessidades especiais no ensino comum.
Escola básica ideal	Desenvolver projeto que, em convênio com o MEC, prevê reformas e ampliações de 3 municípios do estado – Corguinho, Tacuru, Douradina – além da aquisição de equipamentos, materiais de consumo e adicional para transporte escolar.
Escola ativa	Assegurar o acesso dos alunos do meio rural aos anos iniciais do ensino fundamental.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.18-19-20

## ANEXO 9

### Democratização do saber e da qualidade

PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	METAS
Formação continuada em Língua Portuguesa de professores dos anos iniciais do ensino fundamental	Ampliar o número de turmas de professores alfabetizadores, expandindo o programa para todos os municípios do Estado.
Desenvolvimento profissional	Promover a formação continuada dos professores, coordenadores pedagógicos, diretores, assessores técnicos e secretários, oferecendo cursos de atualização, extensão e pósgraduação <i>lato sensu</i>
Informática na Educação: construindo o cidadão do século XXI	Equipar as escolas de todos os municípios com salas de tecnologias educacionais, capacitando professores para a utilização do computador no processo pedagógico.
Segundo tempo	Expandir o programa, com apoio do MEC e Ministério dos Esportes, para outras escolas de ensino fundamental de Campo Grande e outros municípios do Estado.
Xadrez na escola	Ampliar, com apoio do MEC e Ministério dos Esportes, o escopo do projeto, inserindo outras escolas de ensino médio da Capital e de outros municípios.
Educomrádio.Centrooeste	Implementar o projeto, com apoio do MEC e USP, expandindo para outras escolas de ensino médio
Transitando	Estender o projeto, em parceria com o DETRAN, para outras escolas de ensino médio.
Ética e cidadania	Implantar o projeto, com apoio do MEC e do Ministério de Direitos Humanos, em todas as escolas da rede estadual de ensino.
Avaliação educacional	Realizar avaliações bianuais – SAEB e SAEMS - em todas as escolas do Estado, para orientação das políticas educacionais.
Censo escolar	Levantar dados estatísticos das escolas públicas e particulares do Estado para norteamento das ações educacionais.
Biblioteca na escola	Prover as escolas da rede estadual de ensino de bibliotecas.
Projeto vídeo-escola	Implementar o projeto com ampliação do acervo.
Vamos cuidar do Brasil com as escolas	Implantar o projeto da Educação Ambiental nas escolas do Estado, em parceria com o MEC e o Ministério do Meio Ambiente.
Educação a distância	Implementar o projeto ampliando o número de cursos oferecidos.
Ciência para todos	Implementar, com apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, o projeto nas escolas de ensino médio.
Fazendo escola	Capacitar professores e adquirir material didático de apoio para alunos da Educação de Jovens e Adultos, em parceria com o MEC.
Iniciação científica	Ampliar a oferta de estágio de iniciação científica dos alunos do ensino médio, em parceria com a FUNDECT.
Formação continuada da educação infantil	Dar continuidade ao processo de formação continuada dos professores dos Centros de Educação Infantil (CEIs), técnicos e dirigentes municipais

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.22-23-24

## ANEXO 10

### Democratização da gestão

PROGRAMAS/PROJETOS/ AÇÕES	METAS
<b>Plano Estadual de Educação e Lei de Sistema de Ensino de Mato Grosso do Sul</b>	Aplicar o estabelecido no Plano Estadual de Educação e na Lei de Sistema de Ensino de MS e coordenar a avaliação da execução no sistema estadual de ensino.
<b>Escola Autônoma de Gestão Compartilhada</b>	Expandir o projeto para todas as escolas da rede estadual de ensino.
<b>Escola Aberta</b>	Implementar o programa em parceria com FNDE, MEC, UNESCO e outros.
<b>Direção Colegiada</b>	Fortalecer o processo democrático de gestão colegiada nas escolas da rede estadual e Centros de Educação Infantil mantidos pelo Estado.
<b>APMs (Associação de Pais e Mestres) e Grêmios</b>	Fortalecer as APMs (Associação de Pais e Mestres) e Grêmios das escolas.
<b>Sistema de Gestão Escolar (SIGE)</b>	Implementar o Sistema de Gestão Escolar (SIGE) para dar maior agilidade ao fluxo de informações referentes à vida escolar do aluno.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.26-27